

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

GABRIEL SILVA PEDRAZZANI

CRIAÇÃO E FALÊNCIA DE UMA COOPERATIVA NO MOVIMENTO
DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA DE SANTA CATARINA:
QUANDO A SOLUÇÃO VIRA PROBLEMA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
FLORIANÓPOLIS – SC
2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

GABRIEL SILVA PEDRAZZANI

CRIAÇÃO E FALÊNCIA DE UMA COOPERATIVA NO MOVIMENTO
DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA DE SANTA CATARINA:
QUANDO A SOLUÇÃO VIRA PROBLEMA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia Política, sob orientação da Profa. Dra. Bernardete Wrublevski Aued.

FLORIANÓPOLIS – SC
2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

GABRIEL SILVA PEDRAZZANI

CRIAÇÃO E FALÊNCIA DE UMA COOPERATIVA NO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA DE SANTA CATARINA: QUANDO A
SOLUÇÃO VIRA PROBLEMA

Esta dissertação de mestrado foi julgada e aprovada, para a obtenção do grau de Mestre, em Sociologia Política no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, de agosto de 2006

Profa. Dra. Cécile Helene Jeanne Raud Mattedi
Coordenador do Programa

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Bernardete Wrublevski Aued.
Orientadora

Prof. Dra Marlene Ribeiro (UFRGS)

Prof. Dra Célia R. Vendramini (UFSC)

Prof. Dra Márcia Grisotti (UFSC) - suplente

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, devo agradecer aos meus pais, irmãos, avós, tios, tias, primos, primas; sem eles eu não estaria aqui.

À Izabel, pela compreensão e motivação nos momentos mais difíceis e pela amizade e companheirismo de sempre, que me fizeram persistir nesta valiosa empreitada.

Agradeço muito à professora/orientadora Bernardete Wrublevski Aued, sem a qual este trabalho talvez não existiria, especialmente, pela ajuda fundamental na minha trajetória acadêmica e por ter me concedido a oportunidade de estudar o MST. Agradeço também, a professora Edna Maciel Fiod, por suas contribuições para o desenvolvimento desta pesquisa e, as professoras Célia Vendramini e Marlene Ribeiro pela disposição em apreciar esta dissertação.

Aos companheiros e companheiras do MST de todo o Brasil, por acreditarem e mostrarem que “um novo mundo é possível” e, especialmente, aos amigos *sem-terra* do assentamento 25 de Maio, pela hospitalidade e generosidade com que me receberam.

Aos amigos e amigas de minha cidade natal que, de alguma forma, contribuíram na construção de minha personalidade. Ao amigo do curso, Fábio, e vários outros amigos da Universidade, simplesmente pelas nossas conversas.

E aos professores e professoras deste Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política que, independentemente das áreas, contribuíram para a base de minha formação.

LISTA DE SIGLAS

CCA/SC – Central de Cooperativas dos Assentados de Santa Catarina

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

Cooperjus – Cooperativa Regional de Comercialização Justino Draszkeski

CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária

CPS – Cooperativa de Prestação de Serviços

ha – hectares

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LUMIAR – Programa de Assistência Técnica à Assentamentos

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar

PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária.

SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados

RESUMO

O objetivo principal desta dissertação é compreender as possibilidades e os limites das cooperativas do MST, em Santa Catarina, principalmente o caso da Cooperjus, uma cooperativa de prestação de serviços, que foi desativada. Procuraremos caracterizar as relações de produção e os processos de trabalho no interior da cooperativa, analisar o processo de criação e a situação atual da cooperativa, mapear as formas de poder, identificar as estratégias adotadas para tentar solucionar os problemas, delimitando os possíveis limites que a levaram a ser desativada e as perspectivas de transição criadas que colocam em prática outras formas de viver. A metodologia adotada é a de reconstrução histórica, por meio de pesquisa de campo (observação e entrevistas) e de pesquisa documental e bibliográfica. Fizemos visitas de uma semana aos assentamentos da região de Abelardo Luz, na secretaria regional do MST e, ainda em Abelardo Luz, passamos mais uma semana no assentamento 25 de Maio, onde está a Cooperjus.

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Cooperativa, Transição

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO 1 – O MST e a Cooperjus: quando a solução vira um problema	10
1.1. A experiência da Cooperjus - Cooperativa Regional de Comercialização Justino Draszkeski LTDA	14
1.1.2 Principais problemas enfrentados	19
1.1.3 Alguns problemas na relação com o MST	20
1.2. Situação atual	21
CAPÍTULO 2 – O Dilema entre ser Empresa Capitalista ou Cooperativa Autogerida	32
2.1. O trabalho coletivo e a constituição de cooperativas	35
2.2. As Cooperativas e o Estado	40
2.3. As Cooperativas e o Mercado	43
2.4. As Cooperativas e os Integrados	48
2.5. A gestão social nas cooperativas	50
2.6. A concepção de atividades coletivas para o MST	53
CAPÍTULO 3 – Possibilidades das Cooperativas no Capitalismo	64
3.1. A Economia Solidária e as Cooperativas do MST	69
3.1.1. As possibilidades da Cooperativa	71
3.1.2. Os limites da economia solidária no que tange o desenvolvimento de cooperativas do MST	75
3.2. O Socialismo com Autogestão	77
3.3. Outras abordagens sobre cooperativas	78
3.4. Problemas resultantes das possibilidades de transição	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	92
ANEXOS I, II e III	

INTRODUÇÃO

Atualmente, no Brasil, há grande disponibilidade de terras cultiváveis, massa trabalhadora desejando voltar ao campo, de onde foi expulsa, e demanda potencial de produtos agrícolas no país e no exterior. Nesse contexto, a volta de um contingente populacional oriundo do campo poderia ser caracterizada por um ajuste, tanto social, quanto econômico, que redesenharia uma ocupação do espaço rural dentro de um novo paradigma de reestruturação das relações sociais entre o próprio meio rural e entre este e o meio urbano. Nesse sentido, a emergência de uma efetiva Reforma Agrária, além de possibilitar o resgate de uma dívida social, estaria ocupando novos espaços produtivos, fomentando novas formas de organização social e novas relações humanas.

A temática da Reforma Agrária vem ocupando espaço crescente no debate acadêmico, nas instituições e na sociedade em geral, dado o potencial da sua possível contribuição na resolução de graves problemas brasileiros, tais como a concentração de renda, de poder e o desemprego. Mas não basta apenas conceder terra, é necessário que sejam criadas condições para que as famílias assentadas permaneçam no campo. Nessa dinâmica, ocorrida nos últimos 20 anos, os movimentos sociais de luta pela Reforma Agrária sempre estiveram presentes. Tomando-se como referência o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, inicialmente, preocupava-se mais em conquistar terras e dar condições para que as famílias sobrevivessem e, posteriormente, foram criadas condições para os assentados desenvolverem melhor sua produção e sua organização, constituindo associações e cooperativas.

Em algumas cooperativas do MST, especificamente no estado de Santa Catarina, constata-se que, assim como nascem e se desenvolvem, estas também são desativadas¹. Ou seja, apesar das estratégias operadas pelo MST na construção de suas cooperativas, este está inserido na sociedade capitalista, onde a propriedade privada dos meios de produção, por meio da exploração da força de trabalho para produção de mercadorias, determina um processo de produção em que são acirradas as competições por créditos, fatias de mercado e, por que não, trabalho (assalariamento).

¹ Conforme tabela apresentada em Aued e Chaves (2003: 67) (Anexo I) e, também, conforme argumentado por Ribas e Machado (2003: 26-7): “Iniciativas de cunho cooperativista ou de condomínio de produtores parecem conter, de forma invariável, uma **tendência degenerativa imanente**: a disputa encarniçada pela repartição dos lucros ou sobras (conquanto existam!)”.

O MST convive com essa contradição, qual seja, especificamente, colocar-se como alternativa ao capital ou sucumbir a ele. Por isso, tenta criar possibilidades para que suas cooperativas possam condições de praticarem outras formas de produção, distribuição e consumo, baseadas nos princípios fundamentais da cooperação e da autogestão. Para implementar tais princípios, o MST adota a estratégia de construir, principalmente, Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) e Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS). Mas, como destacado pelos trabalhos de Dalmagro (2002) e Pedrazzani (2003)², ao implementar formas solidárias, cooperativas e autogestionárias para a produção da existência *sem-terra*, por meio destas cooperativas, contraditoriamente, possibilitou-se o desencadear da acumulação capitalista, por meio da maquinaria e da tecnificação empregadas na CPA, que engendram outro tipo de organização da vida *sem-terra*, não apenas a forma solidária. Então, caberiam algumas indagações: como priorizar formas solidárias de produção capazes de gerar trabalho e renda para os assentados? Quais os fundamentos de uma CPA e de uma CPS? Porque se prioriza este tipo de organização?

O objetivo principal desta dissertação é compreender as possibilidades e os limites das cooperativas do MST, em Santa Catarina, principalmente o caso da Cooperjus, uma CPS que foi desativada. Procuraremos caracterizar as relações de produção e os processos de trabalho no interior da cooperativa, analisar o processo de criação e a situação atual da cooperativa, mapear as formas de poder, as hierarquias e formas de controle social e identificar as estratégias adotadas para tentar solucionar os problemas.

A metodologia adotada é a de reconstrução histórica, por meio de pesquisa de campo, entrevistando assentados, lideranças e ex-associados e, por meio de pesquisa documental, dos produtos do MST sobre cooperativas e organização dos assentamentos, e de pesquisa bibliográfica dos clássicos autores sobre o tema, com: Marx, Lênin, Luxemburgo. E outros, como: Singer, Meszáros e Carvalho, que nos ajudaram a dissertar sobre as categorias de cooperativas, trabalho e transição. Ainda, fizemos visita de uma semana aos assentamentos da região de Abelardo Luz³, visitamos a secretaria regional do MST, onde foi possível colher mais alguns depoimentos e, ainda em Abelardo Luz, passamos mais uma semana no assentamento 25 de Maio, onde estava a Cooperjus. Deste modo, trançamos os caminhos e descaminhos desta cooperativa que deixou sua experiência e sua memória.

² Trabalhos que investigaram o assentamento do MST “Conquista na Fronteira” e sua cooperativa, “Cooperunião”, em Dionísio Cerqueira, no extremo oeste catarinense. Este assentamento coloca-se como modelo de cooperativismo para o MST.

³ Município do oeste de Santa Catarina, como veremos nos mapas mais adiante.

Enquanto o materialismo histórico representa o veio teórico que explica o andamento do real, ou da formação social, a dialética representa o método de abordagem deste real esforçando-se por compreender o fato da historicidade humana, por analisar a prática efetiva do homem empírico e por fazer a crítica das ideologias. Em suma, nesta pesquisa, a dialética possibilitará a compreensão dos processos que comandam a sociedade a partir da luta de classes e da prática coletiva pela emancipação do homem, contra a exploração, em prol da igualdade social (Minayo, 1993). Não há dúvida que as estruturas sociais existem e devem ser conhecidas, mas é a ação humana coletiva, a interação social, que se constitui como *locus* da sociologia, ou seja, é por meio das diferentes formas de interação entre as ações coletivas diversas que se torna possível analisar e compreender as formações sociais (Bourdieu, Chanboredon e Passeron, 2000).

No primeiro capítulo, exporemos a situação específica da Cooperjus, delimitando os possíveis limites que a levaram a ser desativada. No segundo capítulo, demonstraremos as condições de existência das cooperativas, assim como as implicações sociais e econômicas em sua formação, em sua organização e em suas relações sociais, para clarear os cominhos pelos quais são levadas as experiências cooperativas. E, no terceiro capítulo, faremos uma discussão sobre os principais conceitos desenvolvidos no decorrer da dissertação, procurando dissertar sobre uma síntese entre a teoria e a prática, preocupados em pensar sobre. Ao fazer essa separação entre a primeira parte descritiva e analítica, e a segunda mais teórica e sintética, optamos por, primeiramente, demonstrarmos qual a nossa compreensão da realidade encontrada no estudo e, posteriormente, ampliar o que enxergamos nessa realidade relacionando com as discussões teóricas clássicas e contemporâneas sobre o tema.

Capítulo 1

O MST e a Cooperjús: quando a solução vira problema

A História de Santa Catarina e de Abelardo Luz ficariam comprometidas se não registrássemos, como marco histórico, o dia 25 de Maio de 1985. Esta data, marcada pela luta dos trabalhadores sem trabalho e sem terra, despertou questionamentos na sociedade sobre os problemas sociais, como o desemprego, a violência e a reforma agrária. Lisboa (1988), narra o reinício da luta⁴ pela terra no oeste catarinense da seguinte forma:

25 de Maio de 1985 – O dia da posse do oeste. Todos os anos no mês de maio, comemora-se na cidade de Guaraciaba (extremo oeste catarinense) a festa de Nossa Senhora do Caravagio, que atrai milhares de peregrinos. Estes, organizam caravanas em forma de comboios de caminhões e de ônibus em direção ao local. O MST, organizado pelas comissões municipais, aproveitou a ocasião para deflagrar a operação integrada de ocupações simultâneas. Fazendo se passar por romeiros, o comboios de caminhões com os Sem Terra não despertam atenção em nenhum município e eles puderam ocupar as propriedades quase sem resistência. As famílias que estavam organizadas para as ocupações saíram de 18 municípios da região oeste catarinense: Abelardo Luz, São Domingos, Galvão São Lourenço do Oeste, Coronel Freitas, Caibi, Anchieta, São Miguel do Oeste, Palmitos, Caxambu do Sul, Romelândia e Descanso. (LISBOA, 1988 p.72).

As 1500 famílias que se dirigiram para Abelardo Luz foram barradas na chegada da fazenda, quando jagunços fortemente armados colocaram fogo numa ponte de madeira pela qual os caminhões iriam passar. Porém, as mulheres desceram dos caminhões e começaram a apagar o fogo com lençóis, panos, galhos de árvores e outros objetos. Tudo isso, aos olhos dos pistoleiros dos fazendeiros, que não tiveram coragem de agredi-las. Após ter desencadeado todo o processo de luta pela terra, e logo em seguida, a conquista do assentamento, o fato ocorrido ficou conhecido por “Fogo na Ponte”. Neste momento, torna-se imprescindível demonstrar as localidades das quais estamos nos referindo, vamos aos mapas:

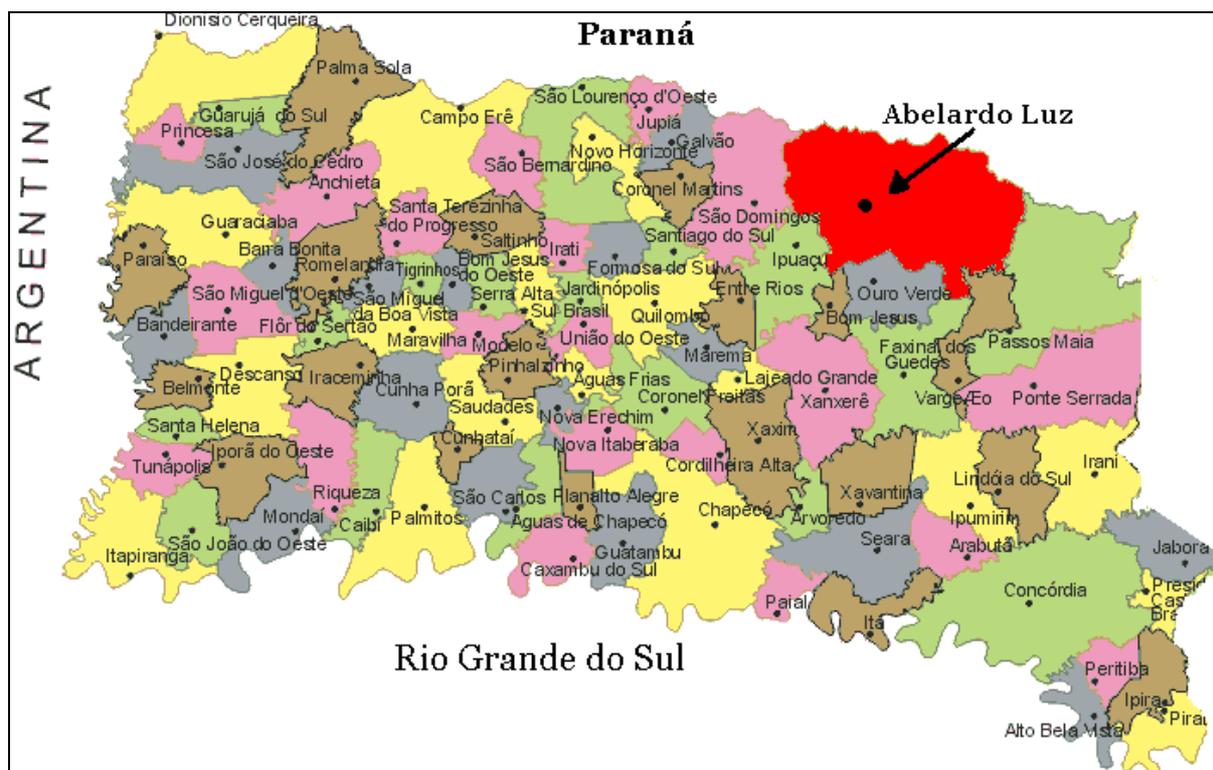
⁴ O MST tem um passado cujas origens encontram-se no alvorecer do Brasil contemporâneo: nas lutas de Canudos, Contestado e, mais recentemente, nas Ligas Camponesas. Lutas camponesas que ensejaram os sem-terra de hoje, sua origem e suas possibilidades históricas. Sobre as origens sociais do MST consultar em AUED e FIOD (2002).



Mapa 1 – Região Sul



Mapa 2 – regiões do estado de Santa Catarina



Mapa 3 – Região Oeste do estado de Santa Catarina

Nos primeiros dias após o 25 de Maio de 1985, todos os setores (comerciantes, fazendeiros, funcionários públicos e moradores) do município de Abelardo Luz agitaram-se contra a mobilização dos camponeses. Todavia, as famílias sem-terra fizeram diversas pressões junto ao INCRA de Chapecó, e isso, começou a repercutir favoravelmente aos camponeses. Fruto das pressões dos trabalhadores, foram assinados acordos de assentamentos provisórios com o INCRA, e este se responsabilizaria em desapropriar 20 mil ha para assentamentos definitivos, conforme descrito pelo assentado P. do assentamento 25 de maio.

Aqui, nós tínhamos uma discussão assim: quando o Incri nos trouxe, isso aqui era tudo fazenda e nós éramos assentados aqui também, era até perigoso. Até a estrada não era essa, era por lá, cheio de valetão de barro. Lá embaixo tem o fazendeiro, ele botou um correntão na estrada e nós sempre tínhamos que pedir para passar. O pessoal da cidade falava mal de nós, falava dos acampados, mas agora melhorou muito, nós temos crédito na cidade, chegamos lá numa oficina mecânica e arrumam um carro, vai num mercado e compra.

Destas ocupações de terra, organizadas pelo MST, que desencadeavam um processo de luta e organização em muitas regiões do país, muitos latifúndios foram transformados em assentamentos da Reforma Agrária.

Em 1985, 47% das terras de Abelardo Luz estavam concentradas nas mãos de apenas sete famílias que moravam em Curitiba, São Paulo ou Rio de Janeiro; elas tinham em suas fazendas apenas casas para fazerem festas principalmente nos finais de semana. Com a implementação dos projetos de assentamentos, “*as áreas produtivas não utilizadas reduziram-se de 5% para 0,9%*” (REYDON, 1999 p.10) qualificando e aumentando a sua função social. A estrutura fundiária de Abelardo Luz, que na década de oitenta, era altamente concentrada, só a partir daí começa a ser questionada. Hoje, essa concentração de terra ainda está presente, mas num grau menor, e isso só foi possível com a luta dos sem-terra na região.

Em mais de dezenove anos de lutas, foram conquistados, nessa região, 23 assentamentos, compreendendo, aproximadamente, mais de 20 mil hectares de terra e beneficiando 1429 famílias, que se organizam familiarmente e coletivamente, fazendo deste espaço seu habitat de sobrevivência e desenvolvendo a produção de onde tiram seu sustento⁵.

Diante da análise do desenvolvimento econômico do município de Abelardo Luz prova-se com toda certeza que este não teria crescido e se desenvolvido economicamente, politicamente e socialmente sem a presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A economia abelardense move-se, basicamente, por meio da produção agrícola advinda dos assentamentos e das pequenas propriedades. A partir do momento em que a situação fundiária do município foi redimensionada em pequenas propriedades, os produtos começaram a circular no município, pois a parca produção dos latifúndios não permanece na região. É comum ouvir, dos comerciantes, assentados, entre outras pessoas abelardenses, que “*quando os ônibus dos assentamentos saem, Abelardo Luz morre*”. Segundo P.

Depois do ano de 1985, dentro desses vinte anos, o MST expandiu, porque é grande a coisa. Só aqui em Abelardo Luz, tem 23 assentamentos, e acho que deve ter uns dois ou três acampamentos. Assentados mesmo são 1500 e poucos. A produção que sai dos assentamentos é grande. A cidade de Abelardo, quando nós viemos, em 85, devia ter uns dois mercadinhos e hoje deve ter uns vinte mercados. Proceira que vinha, custeio, recurso, calcário e o dinheiro fica tudo em Abelardo. E a cidade cresceu. Agora com esse colégio de segundo grau que terá aqui, aí vai aumentando, a cooperativa aqui dá andamento, vai crescendo, vai crescendo. Já era para ser distrito, mas nós tínhamos pessoas aqui que formaram uma associação pro distrito. Tu viu a sede ali? Então, já passou pelo Incra, mas tem que passar por Brasília e o Incra não fez mais nada.

⁵ Ver a lista dos assentamentos da região no Anexo II

O espaço de Abelardo Luz espelha a relevância da Reforma Agrária, que alterou consideravelmente sua dinâmica social, econômica e política. O município possui a maior área contígua e o maior número de assentamentos da região oeste de Santa Catarina, com cerca de 20% do total de assentamentos, e uma das maiores concentrações de famílias assentadas entre os municípios brasileiros.

Entre os assentamentos, há grupos coletivos, como o dos irmãos Lavratti, juntos desde 1985. Esse grupo é composto por seis irmãos e não possui divisões de lotes. Além do cultivo de grãos, criação de vacas leiteiras e algumas ovelhas, eles possuem uma pequena serraria onde beneficiam madeiras para o próprio uso e para o uso das famílias assentadas nas proximidades, além de fabricarem caixas de abelhas comercializadas dentro do próprio MST e com outros agricultores. Porém seu maior recurso advém da plantação de fumo, como integrados. Ainda há uma CPA, a Coopernova, onde toda a organização produtiva é coletiva, semelhante à vigente em Dionísio Cerqueira, no assentamento Conquista na Fronteira. Esse grupo comporta doze famílias e, basicamente, produz leite, que é recolhido pelo próprio MST e beneficiado na Cooperoeste, em São Miguel d'Oeste. Para muitos dos agricultores envolvidos neste processo, o acesso à terra representou a conquista tanto de um direito social e econômico quanto da capacidade para estabelecer suas estratégias reprodutivas.

1.1. A experiência da Cooperjus - Cooperativa Regional de Comercialização Justino Draszewski LTDA.

No início da década de 1990, surgiu a necessidade de se organizar a produção dos assentados, criando uma ferramenta que possibilitasse a canalização e a comercialização da produção dos assentamentos da região, especificamente os assentamentos de Abelardo Luz. Tinha-se por objetivo organizar a produção para comercialização, livrando-se dos atravessadores, criando um mecanismo que possibilitasse aos assentados desenvolver relações com o mercado. Avaliando esta realidade, os dirigentes do MST, fomentaram a discussão na região, com o objetivo de resolver esta necessidade que afetava as famílias. Esta discussão permeou por muito tempo os assentamentos. Nas coordenações do MST, estava claro que a melhor possibilidade de resolver seria cooperando, tal avaliação resulta do acúmulo histórico das experiências do MST na organização de sua base social.

Em 1994, esta deliberação ainda enfrentava muitas resistências, devido às experiências negativas com a organização de outros grupos coletivos, e outras experiências de cooperação,

na região oeste de Santa Catarina. Mesmo com essa resistência, foi fundada a Cooperjus, em 30 de julho de 1994⁶.

Por esse motivo, podemos dizer que a cooperativa já nasce com um problema, que é a não aderência, por parte da grande maioria das famílias assentadas, de uma organização cooperada. Portanto, no início, seu principal problema foi sua auto-estruturação e implantação, devido às resistências internas e às condições externas de fomento a este tipo de organização dos trabalhadores. Desta forma, era necessário organizar o assentamento, organizando a produção, a comercialização, as famílias em núcleos, enfim, era preciso melhorar as condições de vida das famílias assentadas. Assim, a Cooperjus tornou-se a primeira experiência de uma cooperativa de prestação de serviços no MST de Santa Catarina.

A sede administrativa da Cooperjus estava situada no assentamento 25 de maio. Inicialmente, foram estabelecidas metas para a organização de seu quadro social, que começou com a organização dos núcleos. A idéia era tentar organizar os grupos de produção da cooperativa, objetivando organizar toda a base social do MST. Neste sentido, os membros da cooperativa seriam os responsáveis por organizar os assentamentos.

Segundo informações dos assentados, o assentamento 25 de maio incorporou, originalmente, 58 famílias assentadas, em 1.039 ha, das quais apenas 25 permanecem até hoje em seus lotes. Foram tantas as mudanças entre essas famílias que se perdeu o controle das razões que levaram à saída delas. Entre os motivos mais fortes, estão os econômicos, pela impossibilidade de pagamento das dívidas contraídas no sistema bancário, mas também a não adaptação à região e a falta de tradição agrícola das famílias. O tamanho dos lotes variou de 13 a 17 ha, de acordo com a qualidade da terra, e a participação do beneficiário. Como descreve o assentado T.

Nós pedimos ao Incra para fazermos uma roça de milho, reunimos as doze famílias que estavam aqui, um roçava, outro derrubava de machado e fomos derrubando essa lasca de mato aqui. Queimamos tudo e o prefeito arrumou umas sementes de milho para nós. Foram vinte e uma bolsas de milho e ninguém colheu uma espiga, nada. A terra era só estopa de taquara e xaxim, fazer o que? Tinha uma liderança que negociava com o prefeito para conseguir recursos e calcário. Enfim, saiu uma verba do Procera para os assentados. Cada um tinha cinquenta horas de trator para destocar, era tudo mato! E veio o calcário, fomos calcariando e hoje a terra está produzindo bem. A terra desse lote meu aqui, precisava dezessete toneladas de calcário por hectare. Depois foi criada a associação de grupos. Tinha um grupo que nós compramos o maquinário. Com um Procera compramos um trator, uma plantadeira, arado, grade e um batedor, fazia as lavouras para nós. Teve a associação

⁶ Essa data é em concordância com a ata de fundação, e não com informações obtidas nas entrevistas.

das abelhas, entramos de sócio para comprar tudo, madeira, tábua, montamos as caixas e pegamos as abelhas, estávamos com cinquenta e três caixas e tiramos 512 quilos em um ano. Eu ainda tenho algumas abelhas. Daí foi formada uma associação que nós achávamos que era a solução para nós. Fizemos reunião e estudos até formarmos a associação. Veio dinheiro para compra de um caminhão, a gente fazia os cortes e cerrava. Só que entrou o Collor de Melo e, desde então, Santa Catarina não tem mais projeto de corte de matéria prima. Então lacrou aqui, aí que foi vendido um caminhão para um lado, o outro para outro, tinha umas dívidas e o que sobrou foi repartido entre os sócios. E fomos indo, fomos lutando e fomos indo, e foi feita a cooperativa, tinha o regimento só que nunca cumpriram.

Para tornar-se associado da Cooperjus, o assentado deveria estar organizado em núcleos e integralizar suas cotas partes na forma de cinco sacas de milho. O núcleo é que se associava à cooperativa, não era permitido a associação sem este vínculo, e estes núcleos variavam de no mínimo cinco e no máximo dez famílias. Existiram até dezenove núcleos associados à Cooperjus, sendo que quatro eram do assentamento 25 de maio.

Das 1.200 famílias assentadas em Abelardo Luz, nós tivemos 335 sócios [...] Então, essa associação é feita somente por núcleo, o assentado tem que estar nucleado, nós tivemos 19 núcleos associados à Cooperativa. Dentre eles, têm os grupos coletivos, que fazem todos trabalhos em conjunto, tem aqueles que só fazem tarefas, ou só tem uma máquina, ou peixe, que são os grupos semi-coletivos, e tem aqueles núcleos que é só de informação, assim fica mais fácil da gente trabalhar. Fizemos reuniões periódicas com os coordenadores, ou nos próprios núcleos e para a gente fazer esse trabalho, tinha também essa divisão por setores, tem o pessoal que trabalhou na área da administração e tem o pessoal que trabalha na área de nucleação (assentado J. do 25 de Maio).

A atividade da cooperativa resumia-se na comercialização da produção e na troca dos custos da produção pelos insumos (basicamente calcário, adubo e sementes). Havia um mercado, onde se trocavam as mercadorias pela produção que, hoje em dia, será reativado com a ajuda da Cooperoste.

A Cooperjus é uma cooperativa de prestação de serviço (CPS)⁷, que é uma das possibilidades adotadas pelo MST para massificar a cooperação dentro dos assentamentos. Isso porque ela não é uma das formas mais complexas de cooperação existentes nos assentamentos, pois não ocorre a socialização dos três fatores de produção (terra, capital e

⁷ As Cooperativas de Prestação de Serviços, segundo os documentos do MST, dedicam-se basicamente à comercialização (organizar o processo de compra e venda de insumos e da produção de bens de consumo para os associados), da assistência técnica, do serviço de máquinas, da formação política e da capacitação técnica, da organização da produção - definição de estratégia de desenvolvimento da região, definição de linhas de produção e implantação de unidades de processamento (moinho de milho, descascador de arroz, soque de erva-mate, despoupadeiras e etc.). O objetivo principal das CPSs é centralizar toda a produção de um assentamento ou de vários assentamentos para viabilizar a comercialização e a industrialização.

trabalho). Analisando os diversos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais das famílias assentadas, as CPSs são as que tem melhores condições para se desenvolver, mas elas não se desenvolvem espontaneamente. Para se desenvolver, precisam de algumas condições concretas, como:

Aplicar nos assentamentos o excedente de produção. - Onde haja vários assentamentos próximos uns dos outros.- Fazer estudos econômicos sobre a potencialidade de mercado. - Os sócios devem estar vinculados com a organização de base dos assentamentos (núcleos de produção, etc). (STÉDILE, 1995 p.12).

As CPSs representam um amadurecimento do MST, pois além de aparecer como uma necessidade para organizar os assentamentos, possibilita fortalecimento de sua organização política. Com a organização das cooperativas, a CPSs, além de garantir a comercialização da produção das famílias assentadas, desta maneira, garantiriam condições para que as famílias assentadas se mantivessem organizadas em núcleos, amadurecendo a organização política do MST.

No que se refere à organização social e política dos assentamentos, a cooperativa se encarrega de organizar a produção e os núcleos de base nos assentamentos, com a organização de sua base social. Além da cooperativa se tornar força econômica coletiva, é mais uma ferramenta de luta e resistência no embate de projetos na sociedade.

Na Cooperjus foi montada uma estrutura de comercialização, que prestava serviços com enfoque nas principais linhas de produção, definidas em 1996 pelos seus sócios, pelos dirigentes do MST e pelos assistentes técnicos do projeto LUMIAR⁸, que eram mais precisamente, grão, leite, erva-mate e peixe.

Além da comercialização, ainda foi possível organizar o transporte, com ônibus dos assentamentos até a cidade, e trabalhar como fornecedora de sementes e insumos agrícolas para os assentados, principalmente, via financiamento de custeios agrícolas. Com isso os cooperados criaram uma certa dependência destes financiamentos de custeio agrícola, que era a principal movimentação financeira que a mesma fazia.

Um dos fatos mais importantes para a constituição da Cooperjus foi a presença, nesta época, de aproximadamente 1500 famílias assentadas e com pouco incentivo por parte do setor público para organizar e estruturar as famílias em seus lotes de assentamento. Mesmo assim já se tinha uma produção considerável, e o desafio era chegar ao mercado.

Com este desafio, aparece um problema que, basicamente, determinou a necessidade de constituição da cooperativa: esta produção não estava organizada para ser comercializada. Apareciam, então, os atravessadores. Diante da precária condição financeira em que se encontravam as famílias, estes atravessadores apareciam e compravam os produtos muito abaixo do preço de mercado, ou seja, os trabalhadores assentados eram, mais uma vez, explorados.

As estruturas econômicas que pertenciam à Cooperjus, apresentavam algumas deficiências, no que se refere à quantidade necessária para atender à demanda por produtos agropecuários existente na região. Em seguida, pudemos perceber que, realmente, a maioria não se viabilizava economicamente.

As propriedades da cooperativa eram, basicamente, uma caminhonete 608, que fazia a coleta e transporte do leite nos assentamentos - *“esta camionete sempre trabalhou no vermelho, no início transportava 500 litros de leite a cada dois dias(...) os custos dela saia de outros setores”*. (assentado P. do 25 de maio) -, e recolhendo 500 litros de leite, a mesma deveria percorrer mais de 35 Km, ou seja, os custos eram grandes para produção existente e, portanto, não se viabilizava economicamente; uma outra caminhonete 608 fazia o transporte de erva mate para a ervateira no assentamento Santa Rosa I, e a entrega das compras de insumos e mercadorias aos assentados; uma toyota atuou, antes da 608, na coleta do leite, e depois passou a recolher a produção de grãos dos assentamentos, até a sede da cooperativa, e em outro momento passou a ser usada na ervateira; possuíam um caminhão, que era utilizado para fazer o transporte da produção ao mercado e, também, o transporte das compras que a Cooperjus realizava; um ônibus, que realizava o transporte dos assentamentos até a cidade - *“O ônibus teria uma administração à parte com conta corrente... prestação de contas pelo cobrador e revisão a cada 15 dias”* (Ata nº 001/95 do C. Deliberativo de 02/02/1995) -, sendo que este ônibus atuou em meio a muitas dificuldades econômicas.

A infra-estrutura consistia em: uma casa de alvenaria, no valor de R\$ 8.500, denominada de “Sede Social” da Cooperjus, onde funcionava o mercado e o armazém; o setor administrativo; um silo, que nunca funcionou – neste, constam investimentos das quotas partes dos sócios, investimento que não trouxe retorno algum, ou seja, literalmente, *“um dos piores investimentos, a construção do silo que, hoje, é um prejuízo de mais de 80 mil reais”*.

⁸ Programa de Assistência Técnica em áreas de assentamento. Conhecido como projeto Piloto por uma experiência a nível nacional.

(entrevistado J. do 25 de maio); uma balança rodoviária, com capacidade para 60 toneladas, estava junto com o projeto do silo, portanto representava recursos de cotas partes.

A ervateira, durante um tempo pertenceu à CCA/SC⁹, e em 1998, passou a ser da Cooperjus. É comum perceber nos assentados duas versões sobre as ervateiras: uma, diz respeito à necessidade da mesma se manter ativada para industrializar a produção existente, e a outra é de que a ervateira ficou devendo para muitos que entregaram a produção e não foram pagos por isso; uma borracharia que, com o início da crise da Cooperjus, passou a representar mais um meio pelo qual os assentados depreciavam a cooperativa, pois os equipamentos de maior valor passaram a “desaparecer”. Muitos assentados, em seus lotes individuais, produzem fumo (como integrados ou não), plantam soja e outros grãos, e criam gado leiteiro.

No assentamento, funciona uma escola que vai, da primeira à oitava séries do ensino fundamental, e uma pré-escola (futuramente, será implementado o segundo grau); a prefeitura fornece transporte para que o restante dos alunos estudem em Abelardo Luz. Há um ginásio poliesportivo, uma mercearia, uma igreja e um campo de futebol, todos estão localizados na linha central do assentamento, formando o que podemos chamar de um centro comunitário.

A Cooperjus foi uma importante organização social e econômica, que supriu muitas necessidades das famílias assentadas nos assentamentos de Abelardo Luz. Tal cooperativa resolveu os problemas urgentes e imediatos destas famílias, antes de seu fracasso econômico.

Em pleno auge de atuação da Cooperjus, a mesma enfrentou problemas de estender os preços do mercado, aos assentados, livrando estes de diversos atravessadores. A Cooperjus tinha uma política de vendas de fiados, este fato acabava resolvendo os mais sérios problemas dentro de curto prazo para famílias que necessitavam comprar a prazo. Na cidade de Abelardo Luz era muito difícil as famílias terem contas e poderem comprar a prazo.(assentado J.).

A realidade econômica e social dos assentamentos desta região passou a ter melhorias, como, por exemplo, a questão do transporte até a cidade de Abelardo Luz. As estruturas que a cooperativa comportava e que os assentamentos possuíam não ofereciam o suprimento de todas as necessidades sociais, como serviços de bancos, lojas de roupas, posto de saúde, hospital, serviços previdenciários, por outro lado, tampouco essa era a função da Cooperjus. Para solucionar estes problemas, a Cooperjus organizou o transporte de ônibus. A cooperativa

⁹ Central de Cooperativas dos Assentados de Santa Catarina, órgão criado pelo MST para planejar e gerir a ação das cooperativas filiadas.

proporcionava este meio, com melhores condições e preocupações do que a empresa concorrente e com mais viabilidade aos sócios e aos assentados da região.

1.1.2 Principais problemas enfrentados

A Cooperjus, como uma organização da classe trabalhadora do campo, era alvo direto dos diversos setores locais, que não mediram esforços para atacar os Sem Terra, com o claro objetivo de liquidá-los. Porque a Cooperjus, mesmo com inúmeras limitações, organizava os assentamentos, dava sustentação às ocupações promovidas pelo MST, liberava quadros para o MST qualificar a luta pela Reforma Agrária, acumulando força para a luta de classes. Assim organizavam-se os trabalhadores camponeses desta região. Para a burguesia local, este passou a ser o grande problema, os pobres se transformaram em sujeitos de sua própria história.

Por serem palco de disputas eleitorais e por proporcionarem a organização dos trabalhadores, os assentados e os membros da cooperativa, pesam politicamente na balança do setor partidário dos trabalhadores; por esse motivo, sofreram várias investigações e sabotagens de todas as espécies. Começaram a ser visados por bandidos e jagunços, tanto para sabotarem suas colheitas, como para assaltarem e aterrorizarem os assentados, chegando até a violentarem as mulheres assentadas.

E podemos destacar, ainda, que a maior dificuldade encontrada foi, realmente, a manutenção e a organização da própria estrutura criada para a implantação da cooperativa. As políticas empregadas, tanto pelo MST como pelos governos federais, estaduais e municipais, minaram as possibilidades de consolidação da cooperativa. Por meio de empréstimos, os bancos estaduais e federais, financiaram as construções, as lavouras e as máquinas, mas impondo uma taxa de juros que, a longo prazo, se tornou o maior empecilho para a manutenção da cooperativa.

1.1.3 Alguns problemas na relação com o MST

A Cooperjus tentou desempenhar o papel do MST, organizando os assentamentos. Obteve alguns êxitos (onde estavam os sócios), mas a grande maioria das tentativas foi frustrada. Em muitos casos, foi mais desgastante para a própria cooperativa do que seria para o MST, o que acabou gerando um conflito na organização dos núcleos, pois havia os núcleos da Cooperativa (sócios), e os núcleos do MST. Não se põem em dúvida a organização de cooperativas para fomentar os assentamentos e como expressão da cooperação. Por mais que as tentativas sejam frustradas, sem a presença das CPSs, os assentados estariam subordinados à

atuação de intermediários, implicando em maiores prejuízos ainda. Mas, é necessário esclarecer que cada qual, a cooperativa e o MST, tendo seu papel melhor definido, evitaria problemas, como os que acabaram ocorrendo na Cooperjus.

Após poucos anos de experiências com as CPSs, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), realizou um acompanhamento mais próximo das cooperativas e, de forma geral, identificou limites à atuação das CPSs. Limites estes impostos pelo modelo agrário vigente, pelas relações estabelecidas no modelo de sociedade capitalista, que são contraditórias às relações que se busca desenvolver nas cooperativas. Basicamente, estes limites eram impostos pela dependência criada por meio do financiamento que tinham como base de cálculo juros exorbitantes.

Num estudo realizado pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB, 2000), sobre os acontecimentos com as experiências de CPSs, constatou-se que poucas delas tiveram viabilidade econômica, política e organizativa, sendo que, na maioria dos casos, o efeito foi inverso à intenção. Segundo a CONCRAB, a maioria das cooperativas adotou uma estratégia econômica centrada em uma produção dos assentados com base na monocultura ou em produtos dependentes de insumos externos. Esse padrão é baseado no modelo de modernização conservadora de expropriação dos trabalhadores rurais, tem uma lógica contraditória com os assentamentos, por ser intensivo em capital, e dependente de insumos, com preços monopolizados pelo diversos tipos de capitais que circulam na agricultura e na sua relação com a indústria.

1.2. Situação atual: teria outra solução?

Atualmente, a Cooperjus encontra-se paralisada. Tem apenas uma direção para garantir a existência da mesma pelas vias legais, apenas para que a cooperativa não entre em processo de liquidação. Essa direção, juntamente com outras pessoas preocupadas com a organização dos assentamentos, vem debatendo e estudando a possibilidade de reestruturação da Cooperjus, mas não tem conseguido êxito. De fato, por motivos políticos dos assentamentos, há rejeição em relação à Cooperjus, por parte dos assentados. Além disso, houve os problemas externos, como os financiamentos com base em juros exorbitantes, a concorrência com outras empresas e cooperativas tradicionais da região, que acabam influenciando econômica e politicamente no interior do assentamento.

O problema econômico esteve ligado às suas contas, por não terem como fazer um balanço contábil confiável, por dependerem de financiamentos, pior ainda, dos problemas

econômicos derivaram o confisco e a inoperância das infra-estruturas necessárias para manter a cooperativa viva. A questão das contas é preocupante e é um dos fatores que, aparentemente, mais imperava para colocá-la novamente nos trilhos. De acordo com o relatório de auditoria, a cooperativa tem uma dívida com setores privados que ultrapassa a casa dos milhares de reais. Além disso, a cooperativa tem dívidas com o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera). O montante de capital investido, por meio deste programa, foi renegociado e era de R\$ 138.659,84. A cooperativa tem um crédito de R\$ 82.211, porém pouco deste montante pode ser cobrado, pois a maior parte é de vendas à prazo, anotadas em cadernos, que não têm valor jurídico. Também, merecem destaque as estruturas que estão se deteriorando, como o silo, e as que já foram vendidas para o pagamento de dívidas, como o caminhão.

No momento, o MST e o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, buscam parcerias com outras cooperativas (de assentamentos) para a recuperação das estruturas, com o objetivo de atender algumas necessidades das linhas de produção estabelecidas como estratégicas nos assentamentos. Vêm também uma possibilidade de parceria com a Cooperoeste para a utilização de recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), investindo no fortalecimento e desenvolvimento da produção e comercialização de leite. A idéia é organizar a produção agropecuária e a venda à prazo ou com descontos, na conta de leite de cada assentado. Com o objetivo final de passar à Cooperoeste a hegemonia no recolhimento do leite.

Do ponto de vista estratégico, para a direção, a produção de leite dos assentados deve estar nas mãos dos próprios assentados, ou seja, os assentados passariam a controlar e comandar a produção. Isso possibilitará uma maior circulação de capitais dentro dos assentamentos e, conseqüentemente, aceleraria o desenvolvimento sócio-econômico. No momento, porém, isso não acontece. São mais de quatro empresas que disputam a produção de leite.

Há um outro problema que não deixa de estar interligado a este e diz respeito às questões administrativas. Na cooperativa, faltam recursos humanos, quadros técnicos qualificados, experiência e práticas de gerenciamento e há pouco conhecimento do mercado capitalista. Além disso, as decisões das assembleias não eram cumpridas. Por exemplo, decidiu-se que a prioridade era organizar todos os assentamentos em núcleos, fazer formação, conscientização das famílias assentadas para serem sócias e assumirem a Cooperjus e a conscientização da importância de se fazer a luta pela Reforma Agrária.

Dentro do desenvolvimento da Reforma Agrária, a cooperação é uma opção estratégica, logo fortalecida com a organização da produção, optando pela organização da produção a partir dos núcleos. De acordo com os registros encontrados em atas, essa seria a atividade prioritária de alguns membros da direção da cooperativa, juntamente com o setor de formação do MST. Mas isso não aconteceu. A Cooperjus foi dominada pela direção e os sócios não assumiram a cooperativa como sua, nem disputaram o seu controle.

Devemos ressaltar que este não é apenas um problema decorrente dos quadros militantes ou de métodos inadequados para avançar na realização da cooperação. São limites que se impõem em todos os tipos de organizações de trabalhadores voltadas para a autogestão. Um outro problema resultou de condições econômicas das famílias que residem nos assentamentos, geralmente não equilibradas financeiramente. As compras à prazo eram muito freqüentes, além de suas reais possibilidades. Por precaução, em assembléia, decidiu-se que não se venderia mais fiado a ninguém, mas essa recomendação, quando foi seguida, já era tarde.

Nessa questão, muitas vezes não eram respeitadas as decisões tiradas em assembléia, onde muitas vezes decidia-se que não se venderia mais fiado nem aos sócios, mas se continuava a vender. Por vários motivos, os mais comuns eram por ser amigo do vendedor, ou para resolver necessidades precárias.(assentado P.)

Além de vender fiado, os controles feitos nessas vendas não possibilitavam transparência e precisão, ou melhor, não havia controle. Nem se utilizavam mecanismos que possibilitassem realizar as cobranças, como notas promissórias.

A Cooperjus não manteve uma estrutura administrativa suficientemente organizada para realizar operações – como, por exemplo, os repasses aos assentados dos custeios e projetos de investimentos, como o Procera. A deficiência de recursos humanos (profissionais qualificados), associada à uma certa indisciplina administrativa, e controle ineficiente, dificultaram as condições de desenvolvimento da cooperativa. Limitavam a experiência cooperativa e ampliavam suas possibilidades de fracasso.

Associado a essas limitações administrativas, os sócios nada sabiam sobre o que era feito com o capital que circulava pela Cooperjus. A relação com o Incra foi um outro fator de relação política que gerou desgaste. Houve um acordo que comprometia a Cooperjus a repassar os recursos de projetos de investimento para o assentamento Capão Grande, e foi o que a cooperativa fez. Mas após ter repassado os recursos, os técnicos do Incra realizaram vistorias e constataram que os projetos não tiveram os investimentos de acordo com o que os

mesmos estabeleçam, portanto o órgão não liberou as parcelas restantes. De fato, os cooperados não se responsabilizaram pela fiscalização do destino dos recursos. O prejuízo financeiro da cooperativa foi se tornando insustentável nos últimos anos de vida da Cooperjus (de 1998 a 2000), o que depois veio a fortalecer seu fracasso.

Ainda vale lembrar que, este corte nas negociações de liberação de recursos, para financiar as produções em assentamentos rurais de reforma agrária, não foi isolado, mas fazia parte da agressiva política do governo federal contra o MST e era apenas uma das medidas em execução. Como relatado por um assentado entrevistado que acompanhou todo o processo histórico da Cooperjus, os repasses de recursos foram as principais causas da crise, *“Se não fosse o bloqueio do Proceca a cooperativa estaria funcionando”*.

Foi indo, foi indo, até um certo tempo. Nós tínhamos uma pessoa contratada de fora, que não trabalhou bem, não cuidou. Tanto foi que parou. Mas agora com a Cooperoeste, vai começar a andar, eles têm o laticínio. No meu ver, a Cooperoeste não vai se envolver. Claro que eles não vão assumir nossas dívidas. Eles vão primeiro tentar normalizar.

Na Cooperjus, aparecem as mesmas deficiências que o MST enfrenta com relação à falta de recursos humanos. A Cooperjus obrigou-se a trazer administradores de fora, sem ligação com o MST, e estes se tornaram “patrões” da Cooperjus, destruindo as relações entre cooperados alternativos ao modelo capitalista. Os técnicos não compreenderam que deviam executar seus trabalhos de responsabilidade técnica, ficando as decisões a cargo da direção coletiva e dos sócios. O descontrole contábil e administrativo não possibilitou uma prestação de contas efetiva aos cooperados. Os dados nem sempre eram corretos e também não se tinha por hábito fazer o registro regular da prestação de contas, isso resultou em desconfiança dos sócios em relação aos administradores e à direção.

O montante de capital investido nas estruturas da Cooperjus não era elevado e, conseqüentemente, o retorno era baixo. Além disso, foram feitos investimentos que atenderiam às necessidades da comunidade, mas tinham altos custos para manutenção, por exemplo, a coleta do leite foi iniciada pela Cooperjus, com uma caminhonete que percorria mais de 60 Km, a cada dois dias, para recolher 400 ou 500 litros de leite; levando-se em consideração os custos da coleta e da produção, esta atividade tornou-se insustentável financeiramente e durante toda a sua atuação não obteve receitas. Para cobrir estas despesas deveria haver outras atividades na Cooperjus.

Atualmente, a produção de leite nos assentamentos aproxima-se dos 400 mil litros por mês. A linha de coleta de leite que a Cooperjus fazia está sendo controlada por uma CPA do assentamento Volta Grande, e recolhe em média 130 mil litros mês. O restante é coletado por outras empresas. É importante destacarmos que, hoje, graças à cooperativa, a linha do leite ainda funciona. Além da Cooperjus ter feito as primeiras coletas que resultaram apenas em despesas para ela, a mesma financiou equipamentos para o assentados viabilizarem a produção de leite. E foi juntamente com a assistência técnica do Lumiar, que a discussão de se fazer investimento nesta linha de produção de leite foi fomentada. Nas reuniões realizadas pela equipe técnica nos assentamentos, era ressaltada a importância de produzir leite.

Outra situação que aumentou o prejuízo da cooperativa está relacionada ao ônibus, qual seja: ele sempre trabalhou no vermelho, a cada três meses era preciso um novo jogo de pneus, foi transferido para Coronel Passo Maia e, logo em seguida, em 1999, foi vendido para pagar contas. Por fim, depois de mais um a batalha política, a prefeitura teve que financiar a linha de ônibus para os assentamentos da região.

A única unidade de funcionamento que conseguia ter retorno financeiro era o pequeno mercado. Porém, com as vendas a prazo, não conseguiam repor os estoques e continuaram funcionando por mais dois anos, aproximadamente, sendo obrigados a fechar.

O descontrole na administração da Cooperjus, por um lado, e os desacertos políticos, por outro, trouxeram uma desestruturação generalizada. Portanto, quatro aspectos importantes podem ser citados para entender porque a Cooperjus entrou, pouco a pouco, num desmonte econômico e financeiro, acirrando sua crise: 1) a entrega de insumos aos assentados duas ou três vezes; 2) as entregas domiciliares de insumos e mercadorias sem custo adicional; 3) os recursos não repassados por parte do Incra; e 4) financiamentos com base em juros exorbitantes.

A desestruturação interna é resultado do descontrole proveniente do setor administrativo e que reflete a maneira precária com que as políticas públicas atuaram para com a Cooperjus. Além disso, a luta de classe, bem como o alto custo de manutenção da cooperativa em funcionamento, influenciou para que a Cooperjus tivesse um déficit financeiro. Esse luta de classe fica expressa pela relação estabelecida entre o assentamento, os partidos e o governo, tanto municipal como federal. Com os partidos, se acirravam as disputas em épocas eleitorais, e com os governos ocorriam financiamentos que tinham como base juros exorbitantes, o que acabava por comprometer ainda mais os poucos recursos da cooperativa.

Um dos problemas financeiros da Cooperjus, era a falta de dinheiro em caixa, este é um dos fatores que mais influenciaram na crise da cooperativa. Por várias razões: primeiramente, a falta de dinheiro em caixa impossibilita enfrentar o concorrente com a mesma eficácia. Do ponto de vista do capital, com o montante de capital de giro que possui uma cooperativa em seu início sempre é um risco enfrentar o mercado, simplesmente pela oscilação de preços. É um risco grande comprar da produção do associado porque exige um volume de dinheiro em caixa considerável que especificamente neste caso, dificilmente tem-se na formação das cooperativas. Esse problema a Cooperjus enfrentou do princípio até o momento da crise.

A pouca circulação de mercadorias pela cooperativa, fazia com que, no momento da comercialização, esta acabasse vendendo a atravessadores, pois não conseguia viabilizar o beneficiamento para livrar-se dos atravessadores. Pouca circulação de mercadoria a ser levada ao mercado dificultava a tentativa de conseguir melhores preços, este fator está relacionado ao tempo de demora no recolhimento da produção até a entrega ao mercado. Primeiramente, porque a principal atuação na prestação de serviços e comercialização acontecia na linha de grãos, que também sofria com a falta de capital de giro, o que dificultava a compra da produção dos assentados não sócios.

Sobre a relação financeira entre MST e Cooperjus, há controvérsias. Alguns assentados afirmam que a Cooperjus têm uma dívida para com o Movimento, referente à cobrança de 4% para a qual a Cooperjus não fez o repasse. Outros afirmam que a Cooperjus emprestou dinheiro para a Regional do MST e não recebeu de volta. Nos registros de auditoria encontra-se registrada uma dívida da regional para com a Cooperjus, no valor de mais de R\$ 13.000,00. A cooperativa realizava o trabalho de arrecadação das contribuições dos assentados para o Movimento, porém não identificamos registros de comprovação do repasse para o MST. Todavia, é provável que este repasse tenha ocorrido, pois quem custeava as atividades do MST, do ano de 1995 até, mais ou menos, o de 1999, era a Cooperjus. Nesta época, o MST mantinha estritas relações com a Cooperjus.

É importante ressaltar que, a CCA-SC repassava dinheiro para a Cooperjus, não para o Movimento. Porém como a Cooperjus não conseguiu consolidar-se como uma cooperativa autogerida voltada para executar os serviços a que se propusera, fazia-se a luta social pela cooperativa. A Cooperjus era uma ferramenta política na região. Este é outro motivo para os latifundiários se articularem contra a Cooperjus, gerando uma acirrada disputa pelos parcos

recursos municipais. Enfim, exprimindo de forma mais clara a luta de classes, entre os proprietários dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho.

A estrutura da cooperativa exigia, mensalmente, um montante elevado de recursos financeiros. Segundo um assentado, apenas para pagamentos de salários de funcionários, os gastos eram de aproximadamente 28,5 salários mínimos. Havia, ainda, outros altos custos de manutenção como energia elétrica, telefone, borracharia, sendo que sua estrutura não viabilizava receitas para cobrir estes custos. Esse cenário possibilita-nos perceber como, nos anos de gênese e crise da Cooperjus, referente aos aspectos políticos, econômicos e financeiros, a mesma “nasce morrendo”, isto é, natimorta.

A reposição de estoque da agropecuária e do mercado sempre enfrentaram limites, devido à demanda de finanças na Cooperjus. Na maioria das vezes, as compras eram feitas para pagamento em trinta e sessenta dias, do que resultam dois limites: primeiro, que não se atingia o objetivo de conseguir comprar com preços mais acessíveis e, conseqüentemente, barganhar mais lucro, pois se comprava a prazo e, por isso, limitava-se em atingir um dos principais objetivos; o segundo limite está relacionado à forma de repassar com vendas a fiado, que influenciavam diretamente o primeiro e vice-versa.

A grande maioria dos sócios utilizou a cooperativa apenas como meio para seu benefício próprio. Segundo assentados, os sócios sempre buscavam usufruírem das estruturas da cooperativa: quando não tinham dinheiro, compravam fiado no mercado e usavam o transporte da cooperativa; quando adquiriam o dinheiro, usavam o transporte normal e compravam em outros mercados da região. Além dos sócios, os assentados da região também estabeleciam esta relação. Este é um problema oriundo da falta de uma prática cooperada e, por isso, se estabelece uma relação de sócios usuários. Para inverter este quadro, caberia à Cooperjus empenhar-se num trabalho educativo de relações cooperadas. Quanto a isso, nas pesquisas realizadas não constatamos trabalhos para superar esses limites. Como demonstrado na fala do assentado T.

Em 2001, foi quando nós conseguimos fechar, o presidente abandonou, mas ainda temos uns processos para responder. Como estava tudo quebrado, ninguém queria assumir. Eu quero dizer que o maior problema que aconteceu foi por que as lideranças fortes ficaram todas para trás. Foram para Dionísio Cerqueira [...] É difícil trabalhar junto. A maioria do pessoal entra numa associação, mas não sabe como é. Entra só para pegar os recursos. Quer ajuda para comprar e vender. Mas nós também ajudamos no movimento, tinha o caminhão que a gente levava o pessoal para os acampamentos.

Deficiências de compreensão das atribuições dos cooperados aparecem, igualmente, na direção coletiva da Cooperjus: *Agora ele vai resolver o nosso problema, Tem que vir alguém de fora que saiba dizer sim e dizer não*. Essas expressões são contraditórias com uma direção coletiva, além de demonstrarem a assimilação que o capitalismo propiciou: o pensamento de que onde tiver patrão para mandar e comandar está resolvido. Características do entendimento que se tem da direção coletiva, da autogestão desta organização, pois a mesma não se deu conta de que a direção coletiva é uma instituição implementada para que todos possam autogerir seus negócios. Os assentados sempre esperavam por alguém de fora que resolvesse seus problemas e esta situação criou influências na constituição da Cooperjus, definindo seus modos de agir.

A prestação de contas, como uma importante ação para assegurar transparência aos donos do patrimônio social, serve também para criar credibilidade e confiança na organização social. No caso da Cooperjus, que tinha intenção de inserir mais sócios, a prestação de contas poderia ser uma meta fundamental para atrair a participação de novos sócios e estimular os sócios atuais. Porém, constatamos que as prestações de contas apresentaram inúmeras deficiências, como, por exemplo, na contabilidade sobravam R\$ 12.000 e no caixa não havia nada. Os relatórios encontrados não são especificados. Outros, tinham a linguagem própria da contabilidade e, por isso, inacessível aos sócios, gerando mais desestímulo na participação.

Encontramos um discurso economicista (voltado para maximizar os interesses particulares) no relato de alguns assentados. Ouvimos que, em muitas discussões nos núcleos de base da cooperativa, tinha o objetivo discutir o bem estar social das famílias partindo da discussão da produção dos alimentos básico para a subsistência (como mandioca, hortaliças, batata doce), e também de assuntos referentes à saúde e educação, mas sempre as discussões recaiam na situação financeira da cooperativa. Em suas organizações, os assentados tiveram uma visão que privilegiou o interesse particular, por mais que seja ele um camponês, trabalhador rural assentado, esses valores culturais são produtos da sociedade em que está inserido. E essa visão economicista do fato, que todas as coisas resumem-se em mercadorias e estão representadas no dinheiro, é uma criação da sociedade capitalista. Portanto, sempre desperta, em primeiro lugar, o querer saber de quanto o indivíduo vai ganhar financeiramente. E é claro que as dificuldades enfrentadas pela cooperativa acabam acirrando ainda mais esses conflitos e desconfianças entre os assentados.

Os membros da cooperativa não souberam trabalhar essa situação, portanto não conseguiram fazer com que os sócios entendessem sua forma de participação na cooperativa.

Esse também é um dos fatores que impossibilitaram a Cooperjus avançar no processo de cooperação na região, pois a mesma não conseguiu massificar a cooperação em suas mais diversas formas. Condição essa que proporcionaria o fortalecimento e a resistência das CPSs e dos assentados da região.

Como pode ser percebido acima, aconteceram diversos entraves no decorrer da história desta cooperativa. A Cooperjus enfrentou vários limites, ligados ao quadro geral da agricultura brasileira e ligados ao gerenciamento, que tiveram influência direta em sua crise. Estes limites foram enfraquecendo a estrutura orgânica da Cooperjus e impedindo que a mesma se firmasse econômica e socialmente.

É importante ressaltar que, os fatores decisivos para a crise da Cooperjus foram, em sua maioria, fatores externos, relacionados à região do assentamento, de onde derivaram os desacertos políticos por um lado, e o descontrole na administração da Cooperjus por outro, trazendo uma desestruturação generalizada; os poderes públicos locais e nacionais, os poderes privados locais e as condições de existência do assentamento na economia regional interferiram diretamente. Estes poderes aproveitaram as fragilidades internas e faziam os ataques nos momentos mais oportunos e estratégicos, é o caso das eleições, do bloqueio dos investimentos para o assentamento Capão Grande, do corte do programa de assistência técnica (LUMIAR), das ameaças às lideranças, dentre outros exemplos. Diante dos ataques à Cooperjus, principalmente à Direção, não se conseguiu formular uma ofensiva e nem consolidar uma organização consistente para garantir a organização interna. Mais uma vez, está montado o cenário que possibilita-nos perceber como a Cooperjus nasce morrendo, isto é, natimorta. Em sua criação já estavam dadas as condições de existência que a levaram a falência.

Um outro elemento importante que devemos ressaltar é como as cooperativas do MST auxiliam na luta pela Reforma Agrária e, neste caso, a cooperativa passou a ser o órgão ativo na organização dos sem-terra, o que acabou sobrecarregando seus diretores e ampliando os conflitos internos. Percebemos que toda a organização do Movimento Sem Terra passava pela Cooperjus, ou seja, quem fazia as atividades do MST era a Cooperjus e, em muitos casos, ela arcava com os gastos financeiros. Não que fazer a luta não seja importante, mas talvez fosse necessário separar as finanças, fazendo uma reserva de recursos para se destinar à luta, saindo da sobra da cooperativa e não de qualquer movimentação financeira, como acontecia na Cooperjus.

A falta de outras formas de cooperação (como, por exemplo, os mutirões e as roças comunitárias) para dar sustentação e resistência à cooperativa foi um dos fatores que também contribuíram para com as fragilidades organizativas da Cooperjus. Como é um dos objetivos das CPSs desenvolver, fortalecer e massificar outras formas de cooperação, além de tentar resolver outras relações de produção, estas formas de cooperação é que poderiam dar a sustentação para as cooperativas de serviços. Onde as CPSs, conseguiram fortalecer e organizar outras formas de cooperação, como as Cooperativas de Produção Agropecuária, os grupos coletivos e semi-coletivos, as associações e outras formas de cooperação nos assentamentos, onde essas formas de cooperação conseguiram avançar, as CPSs, com vários limites, conseguiram se viabilizar.

Muitas cooperativas conseguem combinar todos os aspectos sociais com eficácia econômica. Atuando no mercado local e regional. Além de ter um acerto na escolha de sua atuação, a organização de sua base social é fundamental para a consolidação e o fortalecimento das CPSs. Como demonstrado no estudo de Christoffoli (2000), onde ele fez uma comparação de casos, procurando analisar o processo de constituição e desenvolvimento de cooperativas de trabalhadores rurais vinculados ao MST.

Neste estudo, o autor identificou as contradições que estabelecem limites e possibilidade de desenvolvimento de quatro cooperativas do Sul do Brasil. Segundo o autor, há melhorias significativas em relação às condições de vida dos assentados após a associação. Porém, a análise econômica demonstra que há deficiências em termos de capacidade de geração de receitas, aproveitamento eficiente da força de trabalho disponível, geração de excedentes, entre outros aspectos. Estas deficiências tornam a cooperativa incapaz de competir com empreendimentos capitalistas. Foi constatada a existência de contradições entre os ideais autogestionários e socialistas que inspiram essas experiências e a prática do assalariamento de trabalhadores não associados. Segundo o autor, as cooperativas empregam força de trabalho como condição para a sua reprodução.

Há algumas decisões estratégicas da Cooperjus que não foram efetuadas como organizar todos os assentamentos em núcleos de base e fortalecer a cooperação na organização da produção, deixando a cooperativa sem forças para atuar. É necessário desenvolver as relações cooperadas sem nos apegar a formas, mas devemos ser rígidos nos princípios e nos objetivos. As diversas formas de cooperação acima citadas, sendo base das CPSs, aumentariam as responsabilidades das famílias, enquanto sócias de uma empresa social. Isso, basicamente, porque é nas relações de cooperação mais próximas que as

responsabilidades aumentam. Estas famílias teriam maiores possibilidades de concretizar as novas relações sociais cooperadas.

Ficam vários caminhos a serem percorridos para um melhor aprofundamento sobre a crise da Cooperjus. Cremos que aqui esteja um pequeno recorte desta realidade. Podemos apontar um que é extremamente importante e refere-se ao método de fundar cooperativas, fazer uma avaliação deste método. Antecipando, esclarecemos que o método utilizado para constituição da Cooperjus é ultrapassado. É necessário encontrar outras formas de organizar a produção e os serviços dentro dos assentamentos, as cooperativas sendo consequência dessa organização. Um melhor aprofundamento seria compará-lo com experiências em que foram adotados procedimentos parecidos, e procurar as vicissitudes que a levaram obter bons resultados. Como exemplo, a Cooperoeste, em São Miguel do Oeste. Outro caminho nos leva a dissertar sobre as condições gerais sob as quais são constituídas as cooperativas como a Cooperjus.

Capítulo 2

O Dilema entre ser Empresa Capitalista ou Cooperativa Autogerida

Os caminhos tortuosos, pelos quais passam as cooperativas de trabalhadores rurais, como a Cooperjus, estão numa mesma rota, a qual nos cabe dissertar neste momento. Nas últimas décadas, o espaço rural brasileiro tem sido palco de importantes transformações. Novas regras, novos atores e inúmeras pequenas e grandes mudanças introduzem consideráveis transformações na articulação dos trabalhadores rurais. O estado, cada vez mais, se concentra no estabelecimento das macropolíticas econômicas, retirando-se, paulatinamente, das políticas setoriais e delegando, em governos estaduais, municipais e em outras instâncias de menor abrangência, a aplicação de políticas focalizadas, num processo de descentralização que tem o seu impulso e marco jurídico a partir da Constituição Federal de 1988.

Nesse cenário, podemos distinguir o surgimento de duas políticas destinadas à agricultura: uma, que estabelece medidas destinadas a favorecer a produção agrícola e sua expansão, conquistando mais espaço nos mercados internacionais e visando, principalmente, aos empresários rurais; e, a outra, é mais focalizada na “agricultura familiar”, com uma compreensão mais social da situação e dos atores, ainda que sem abandonar o seu foco produtivo, visando impedir a exclusão dos mercados de numerosos produtores de menor escala e com uma compreensão diferente dos objetivos da exploração agrária.

As cooperativas, com longa tradição nos países do Mercosul, têm sido vistas, quase sempre, como uma ferramenta de desenvolvimento do meio rural. Frequentemente, diferentes governos as utilizaram como canal de políticas dirigidas ao setor agrário, em geral, ou a grupos de produtores específicos. Porém, essa intermediação não é mais necessariamente requerida pelo Estado, ficando as cooperativas sujeitas, exclusivamente, às estratégias que possam implementar para assegurar o seu desenvolvimento e o de seus produtores (NAVARRO, 1996). Todavia, o Estado ainda demanda dos produtores uma determinada representação coletiva para se beneficiar de determinados tipos de política, fazendo com que as formas associativas (cooperativas e associações) ainda sejam instrumentos válidos para se

integrar nas políticas públicas – como é o caso em algumas diretrizes do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) e o da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Nessa perspectiva, produzem-se mudanças no relacionamento do Estado com as empresas associativas. No caso específico das cooperativas de trabalhadores rurais, a mudança na relação do Estado com esta atividade econômica específica, as impele a modificar suas relações, antes voltadas ao bem-estar dos assentados, agora, subjugadas ao interesse econômico. Em tal cenário, como ocorre também na Cooperjus, debate-se a vigência desta forma organizacional para competir com êxito nos mercados globalizados e poder propiciar aos produtores uma melhoria nas suas condições de vida, ou sucumbir entrando em falência, como levantado por CHRISTOFFOLI (2000). Seu perfil de empresa associativa, geralmente de alcance regional, gerida democraticamente, por e para seus membros, faz das cooperativas organizações econômicas singulares com problemas e características diferentes aos de outros tipos de empresas. Por conseguinte, é válido se perguntar se elas terão capacidade suficiente para conservarem-se genuínas em um mundo fortemente internacionalizado.

A gestão das cooperativas sofre, nas últimas décadas, profundas transformações. Algumas vezes, tais transformações foram provocadas por resultados negativos obtidos por terem falhado ao reagir às mudanças econômicas em curso, absorvendo, freqüentemente, uma parte importante dos custos gerados no setor primário por sucessivos pacotes econômicos antiinflacionários fracassados. Mas essas transformações na gestão cooperativa, muitas vezes, são mal-sucedidas, ou não conseguem ser implementadas com o apoio e a compreensão de todos os assentados, como aconteceu na Cooperjus. Numerosas cooperativas continuaram apresentando um fraco desempenho e, paralelamente, o setor rural, em conjunto, viu-se exposto a pesadas exigências de reconversão e à absorção imposta de uma parte importante dos custos, que exigia a transformação econômica dos países. (NAVARRO, 1996).

O ambiente econômico dominante requer a aplicação de estritos critérios empresariais na gestão das cooperativas e, até mesmo, na própria gestão dos governos. Os critérios econômicos parecem dominar sobre quaisquer outras considerações na tomada de decisões. Assim, a gestão social nas cooperativas, embora possa cumprir um papel importante, tem sido alvo de críticas que questionam sua pertinência nos momentos de crise, como ocorreu na situação do transporte colocado pela Cooperjus. Na tentativa de melhorar a competitividade destas empresas, muitas vezes, busca-se torná-las similares às empresas não cooperativas, dando a entender que existe a crença de que devem ser menos cooperativas, para que possam

ser mais competitivas. As pressões para que as cooperativas adquiram feição empresarial têm sido fortes e crescentes. Entretanto, tais mudanças, se levadas além de determinados limites que distorçam sua própria identidade, podem afetar a dinâmica interna das cooperativas e sua relação com seus cooperados. Trata-se, portanto, de analisar se, mesmo falindo devido às grandes mudanças político-econômicas, existem estratégias de desenvolvimento que possam facilitar o desempenho destas cooperativas e assegurar uma melhora na qualidade de vida dos associados. Além de expor os descaminhos que as levam a sucumbir, pretende-se, com isso, destacar possíveis estratégias de desenvolvimento.

Procuraremos, ao longo deste trabalho, examinar as características das cooperativas de trabalhadores rurais que resultam no comprometimento do seu desempenho. Preocupamo-nos em saber se existem opções estratégicas específicas para as cooperativas e/ou seus associados que lhes permitam adaptar-se ao novo cenário mundial, conservando sua autenticidade, e quais as transformações necessárias para melhorar suas condições, promovendo, assim, uma maior renda para as famílias assentadas. Outrossim, preocupamo-nos, especificamente, em analisar a eventual correspondência dessas estratégias com os processos de desenvolvimento rural, focalizando o surgimento dos conceitos de autogestão, economia solidária e suas eventuais correlações com o desenvolvimento cooperativo ou não.

Por um lado, consideramos que essas organizações são uma alternativa para que os assentados possam participar do sistema agrário que lhes permitam melhorar seu bem-estar e obter melhores resultados econômicos. Referimo-nos, de forma particular, aos pequenos e médios agricultores familiares e trabalhadores rurais, sem volume de comercialização suficiente para obterem benefícios especiais em suas transações com as empresas fornecedoras de insumos ou com as que compram sua produção.

Por outro lado, a própria autogestão e a ação social da cooperativa modelam o tipo de relacionamento que elas mantêm com os seus associados, podendo, mediante a implementação de estratégias específicas, se transformar num processo de capacitação permanente. Conseqüentemente, de forma conjunta, poderão desenvolver projetos ou influências políticas sobre os assuntos que os afetam. Nesse sentido, as cooperativas são entendidas como organizações econômicas, sociais e políticas, pois é desta forma que elas têm agido ao longo dos anos. Assim, as cooperativas apresentam especificidades que, a nosso ver, exigirão estratégias de desenvolvimento diferentes das de uma empresa não cooperativa com funções econômicas equivalentes. Assim, as cooperativas podem desempenhar uma importante função no setor rural. Refletiremos sobre o caso das cooperativas de trabalhadores

rurais com alguma atividade agroindustrial, embora muitas de nossas considerações possam se estender a qualquer outra cooperativa agrária ou, em alguns casos, às não agrárias.

Quando falamos de produtores, pensamos, principalmente, nos pequenos e médios trabalhadores rurais assentados; quando falamos em cooperativas, nos referimos àquelas geridas por estes trabalhadores; e quando pensamos no ambiente do país, estamos nos referindo à realidade de Estados que dispõem de limitados recursos para investir, bem como estão diminuindo sua participação real na economia. Consideramos esse tema dentro de uma reflexão mais ampla sobre as contribuições das cooperativas no desenvolvimento do setor rural, no momento atual em que os governos estão se distanciando dessas atividades.

2.1. O trabalho coletivo e a constituição de cooperativas

Escapa dos objetivos deste trabalho fazer uma análise da evolução das políticas públicas para o setor agrário ou discutir todas as transformações pelas quais passaram esse sistema, mas queremos ressaltar as principais transformações que servem para montar o palco destas reflexões.

Iniciaremos destacando que, conforme MARX e ENGELS (1979, p. 27), os homens distinguem-se dos animais por produzirem seus meios de vida: “O que os indivíduos são coincide com a sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem”. O trabalho é, inicialmente, um ato que se passa entre o homem e a natureza. O trabalho “é a condição fundamental primeira de toda vida humana, e o é a tal ponto que podemos dizer: o trabalho criou o próprio homem” (ENGELS, 1974, p. 171).

Ao mesmo tempo em que age por esse movimento sobre a natureza exterior e a modifica, ele modifica sua própria natureza também e desenvolve as faculdades que nele estão adormecidas (MARX, 1988, p. 180).

Esse processo inicial de trabalho, de busca da sobrevivência e reprodução das condições de existência, apresenta como característica constitutiva o fato de ser exercido sempre enquanto relação social, como inter-relacionamento de clãs, de comunidades, de classes sociais. E é um processo caracterizado não apenas pela atuação direta do organismo humano sobre a natureza, mas pela mediação por meio da utilização de ferramentas e objetos de trabalho. Ou seja, o trabalho é, desde sua origem, um processo mediatizado, simultaneamente, pelos instrumentos, ferramentas e pela sociedade; a produção é a produção das condições sociais de existência.

Pelo fato de os operários (sejam eles agrícolas ou industriais) serem obrigados a vender a sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção, por não possuírem seus próprios meios de produção e, principalmente, por trabalharem em processos produtivos que operam dentro da complexa divisão social do processo produtivo (divisão técnica do trabalho), imprime-lhes, gradualmente, a necessidade de sua efetivação como classe. Porém, historicamente, essa efetivação ocorre por meio de lutas contra a classe burguesa e por meio de ações coletivas na elaboração e concretização de experiências coletivas de produção autônoma.

Talvez, o fato de o mundo no século XIX, visto em seu conjunto, ter sido marcado por afastamentos entre a fantástica e nova capacidade de gerar riquezas por meio do desenvolvimento industrial, tecnológico e comercial, por um lado, e os sistemas políticos e o desenvolvimento social, por outro, tenha levado ao surgimento dos primeiros críticos da realidade da época:

Portanto, quando a luta entre capitalista e trabalhador ainda encontra-se meio encoberta, quando ninguém sabe exatamente para onde caminha a nova sociedade anunciada aqui e acolá, por profundas transformações, alguns pensadores começam a fazer propostas, a escrever suas idéias sobre o como devia ser governada a nova sociedade que, já não era mais feudal, e que também, ainda não era totalmente capitalista no século XIX (AUED, 2003, p. 19).

De acordo com essa concepção, processos de experimentação conduzidos por meio de atividades coletivas ou do desenvolvimento de experiências de cooperação em atividades complexas, permitiria influenciar intencionalmente a ação coletiva dos trabalhadores e, por fim, a consciência destes, no sentido de minimizar o individualismo. Sobre esse aspecto, Teixeira (2002, p. 28) acrescenta:

Deslumbrados com os avanços da ciência, tinham uma fé inabalável na razão e na onipotência do pensamento, acreditando, por isso, que a educação e a universalização do conhecimento científico eram o único caminho para transformar a sociedade e o homem. E, nesse sentido, sempre que usarmos a designação ‘utópico’, daqui para frente, ela terá esse exato sentido: projetos de organização da sociedade, desligados da realidade política e social da época, e fé inabalável na ciência e na educação como meios de transformação da realidade.

O desenvolvimento destes projetos, chamados de utópicos, se dá em um processo de transformações qualitativas dependente, em grande parte, do modo de vida, determinado pelas relações sociais existentes e pelo lugar que o indivíduo ocupa nestas relações. Como as condições sociais de existência humana se desenvolvem por mudanças qualitativas e não

apenas quantitativas, estas experiências vão se transformando, igualmente, de maneira qualitativa no decurso do desenvolvimento histórico e social.

Essa condição pode ser alcançada mediante a utilização/estabelecimento de mecanismos, instrumentos e objetos que resultem em relações de produção coletivas para sua operação e que, uma vez postos à disposição do grupo social, remetam, como que obrigatoriamente, ao estabelecimento de relações sociais que conduzirão a alterações organizativas, concretamente estabelecidas e ligadas à realidade.

Um grupo social, composto por indivíduos inseridos em processos produtivos simples e que exijam pouca divisão social do trabalho, portanto, que produzem artesanalmente, ao ser incorporado em processos produtivos que envolvam a mediação com objetos complexos, representados em aplicação tecnológica e capital acumulado em grande volume, necessariamente também significará o emprego do trabalho coletivo de parte dos sujeitos envolvidos nesse processo produtivo. Desse modo, estarão sendo submetidos a situações que colocam em contradição toda a sua experiência organizativa, bem como seus reflexos na produção.

O nível tecnológico que reflete o grau de desenvolvimento de uma cooperativa, sobretudo por meio do capital constante, impõe, desde logo, um novo perfil de estrutura organizativa do processo produtivo. Com efeito, pelo fato de que as máquinas somente representam um novo meio de trabalho, socializado ou comum, o caráter cooperativo do trabalho se converte em uma necessidade técnica ditada pela natureza mesma daquele meio que se põe à disposição dos cooperados. A intervenção das máquinas anula a força de trabalho como princípio regulador da produção coletiva. A organização e os próprios meios materiais à disposição do grupo social exercem uma série de mediações que, gradualmente, resultam em novos reflexos sociais, que são contraditórios, em sua maioria, aos anteriormente encontrados na produção individual dos trabalhadores rurais.

Outrossim, para exemplificar a forma de organização coletiva em que trabalhadores (neste caso, trabalhadores rurais) autonomamente produzem sua existência, exponho o desenvolvimento inicial de grupos de produção coletiva. Estes, propositalmente ou não, revivem os processos e dilemas experimentados pelos utópicos do século XIX¹⁰.

Os grupos de produção coletiva em assentamentos de Reforma Agrária, no Brasil, em geral, têm surgido com o agrupamento de famílias de trabalhadores rurais com base em

discussões desenvolvidas nos períodos de acampamento (fase inicial da luta pela terra). Com a realização do assentamento das famílias, o coletivo é implantado e inicia seu funcionamento real, normalmente sob as seguintes condicionantes: baixo desenvolvimento das forças produtivas – disposição de poucas ferramentas e meios simples de trabalho (enxadas, foices, arados de tração animal, animais reprodutores comuns); inexperiência na gestão de organizações de complexidade mediana, como é o caso de coletivo nascente, onde o principal fator de produção é a força de trabalho de seus associados; terras que, geralmente, exigem investimentos elevados, em termos de trabalho e capital, para colocá-las em condições adequadas de produção (destocas, roçadas, correção de acidez e fertilidade, conservação de solos, formação de pastagens, etc.); muitas vezes, as moradias são inadequadas (como barracos de lona ou casas de madeira em estado precário) e o consumo mais amplo (roupas, alimentação, móveis, utensílios) é reprimido por insuficiência de renda monetária; baixa produtividade do trabalho, devido às condições das terras, dos meios de produção, da baixa qualificação da força de trabalho e da inadequada gestão dos poucos recursos existentes; existência de número insuficiente de postos de trabalho capazes de absorverem a força de trabalho e de gerar excedentes econômicos, o que resulta em subemprego da força de trabalho existente no coletivo. (MST, 2001). No caso da cooperativa estuda aqui, a Cooperjus, os caminhos e descaminhos foram praticamente os mesmos, porém neste caso houve a divisão do assentamento em lotes e grupos familiares.

Nos grupos familiares da Cooperjus o trabalho é, geralmente, organizado por meio de setores, nos quais se distribuem os associados. As atividades produtivas absorvem pequena parcela da força de trabalho potencial e o fazem de forma que o processo produtivo seja desenvolvido com base na plena manifestação da subjetividade de cada associado. É fato comum que cada trabalhador e cada setor estabeleçam seus próprios ritmos e padrões de desempenho do trabalho, sem ser essa questão fruto de discussão e elaboração coletivas. Com isso, há muita variação no conteúdo e na forma como é desenvolvido o trabalho entre setores e entre trabalhadores no coletivo.

Entretanto, as contradições derivadas do modo de produção, da propriedade privada, têm preponderância e dificulta o ritmo de desenvolvimento inicial do grupo, gerando resistência ao planejamento, ao controle, à auto-suficiência e gestão coletiva. As relações comerciais se dão por meio da venda esporádica/eventual de excedentes da produção (grãos, em especial). Não se estabeleceram, nesse primeiro momento de existência do coletivo,

¹⁰ Como descrito por Teixeira (2002).

atividades voltadas especificamente para o mercado e com vistas à geração de excedentes econômicos. A contradição entre a carência nas condições de vida das famílias e a necessidade de investir na estruturação da produção, com a entrada inicial de recursos (sejam estes oriundos de fonte externa ou gerados pela produção interna), gera uma tensão inicial – que pode perdurar por diversos anos – a respeito de onde deveriam ser investidos os poucos recursos disponíveis: se em melhorias sociais, sacrificando, os investimentos produtivos; ou, ao contrário, sacrificando os padrões de consumo e a qualidade de vida a curtos e médios prazos, tendo em vista uma ampliação gradativa na capacidade produtiva do coletivo e, portanto, a melhoria sustentada das condições de vida e produção das famílias no futuro. (MST, 2001).

Ao inserir-se em processos associativos, esses trabalhadores enfrentam reflexos contraditórios à sua existência anterior. Com o decorrer do processo de complexificação das estruturas coletivas, agora condicionadas não apenas pela divisão social do trabalho em uma escala de criação de setores de trabalho e de algumas instâncias de mediação coletiva, mas já evoluindo para o estágio mais avançado da divisão social do trabalho, representado pela divisão técnica do trabalho (DTT) e pelo maquinismo avançado. A DTT surge, basicamente, com o desenvolvimento da manufatura ou da inserção de maquinaria de ordem mais complexa no processo produtivo. Nos coletivos de trabalhadores rurais, criados por meio do MST, isso ocorre por ocasião dos investimentos em agroindústrias (pequenas ou médias), mas que por si só colocam a necessidade obrigatória de coordenação, planejamento, direção e controle, e leva a um parcelamento de tarefas determinadas não pela subjetividade dos associados, mas já por uma condição técnica embutida no maquinismo. Como também ocorreu na Cooperjus.

Entretanto as máquinas são construções humanas e colocam, pela primeira vez, a possibilidade histórica de superação do trabalho como obrigação, pena ou castigo a que o ser humano estaria submetido. Mas, na medida em que se estabelecem sistemas, sejam eles de ordem mecânica ou por meio de programas de informática, a relação direta trabalhador-máquina caracteriza-se pela subordinação do primeiro à última, enquanto necessidade objetiva de cumprimento das funções estabelecidas *a priori* no projeto da mesma.

Com essas alterações na posição relativa ocupada pelos trabalhadores no processo produtivo, nas implicações de ordem prática (de inserção na linha de produção) e nas alterações de ritmo, conteúdo e intensidade do trabalho, instaura-se uma série de novos elementos, representados pelos objetos mesmos ou pelas novas relações de trabalho/produção,

que levam à conformação de reflexos diferenciados em relação às experiências anteriores do trabalhador (mas não apenas dele, o mais importante é que essas novas relações acabam se impondo ao conjunto de associados). A realidade pode, então, ser lida de várias formas, mas em todas elas, novos fatores objetivos impõem-se como componentes ao redor do qual estrutura-se uma série de práticas sociais renovadoras. Elementos e instrumentos gerenciais necessários ao funcionamento de organizações complexas e que antes, não encontravam ressonância nos componentes do coletivo, agora, como num passe de mágica, se transferem em percepções qualitativas distintas da realidade organizativa, e que são claramente percebidos como necessários e aceitos pelos membros do coletivo. (MST, 2001.)

2.2. As Cooperativas e o Estado¹¹

Para tratar das cooperativas de trabalhadores rurais no Brasil, especificamente da Cooperjus, se torna necessário explicar que: no setor agrário brasileiro, cooperativas começam a se propagar, fundamentalmente, no período entre as duas guerras mundiais; devagar, no início, mas depois de forma muito dinâmica, quando produtores vindos da Europa, trouxeram a idéia cooperativa e aplicaram-na no desenvolvimento da sua nova pátria, aproveitando o apoio do Estado que, freqüentemente, promoveu o estabelecimento e o desenvolvimento destas organizações.

Os dados disponíveis que quantificam a importância das cooperativas agrárias, são relativamente raros. Mesmo assim, podemos afirmar que elas ainda constituem um segmento importante da economia rural no continente. Como exemplo, as cooperativas são responsáveis por quase toda a produção de batatas, no Panamá, assim como pela maior parte da produção de milho e feijão, na Nicarágua e na Costa Rica, e de grande parte do leite consumido em quase todos os países do continente. Na produção do café, produto de exportação muito importante para vários países latino-americanos, a presença das cooperativas não só é fundamental como também é por meio delas que os trabalhadores rurais têm acesso ao comércio alternativo como a rede de comércio solidário ou orgânico, direcionado principalmente para os consumidores europeus. (VERANO, 2001).

¹¹ O Estado é entendido aqui como o surgimento de um poder político instrumentalizado na forma de dominação econômica do homem pelo homem. O Estado vem a ser uma ordem coativa, instrumento mediante o qual uma classe exerce poder sobre a outra. Em seu Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels afirmam que a História da Humanidade sempre foi a história da luta de classes: numa palavra, exploradores e explorados sempre mantiveram uma luta, às vezes oculta, às vezes patente. Sendo utilizado como um instrumento de coerção violenta, o Estado também reforça e garante a estabilidade da classe dominante através de instituições que reproduzem sua ideologia, como a escola, os meios de comunicação e a Igreja. Assim, o “estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX e ENGELS, 1998).

O interesse foi (e, às vezes, ainda é) usá-las como instrumento de aplicação das políticas públicas orientadas para o setor agrário ou, no caso das empresas, como canais para articular produtores rurais. Neste caso, as empresas diminuem os seus custos de transação mediante a utilização da cooperativa como ponte no seu relacionamento específico com os produtores familiares.

Podemos utilizar o caso do leite, um exemplo de como o Estado agia na promoção das cooperativas como ferramenta de desenvolvimento. Esse é um produto considerado de primeira necessidade, e os governos, em geral, tentaram promover a sua produção de modo a torná-la acessível à população urbana. Para tal, aplicaram-se diferentes políticas setoriais com o objetivo de, por um lado, aumentar a produção de leite e, por outro, garantir sua distribuição a preços módicos (fixando preços para o consumidor ou distribuindo-o gratuitamente ou de forma subsidiada a determinados setores populares, entre as estratégias utilizadas mais frequentemente). Assim, muitas vezes, promoveu-se a criação de cooperativas de produtores para organizar e melhorar o abastecimento de leite para a população.

Ao analisar o desenvolvimento das cooperativas, vemos como o referido processo estava em consonância com as políticas públicas aplicadas ao setor. O fato de serem empresas associativas de propriedade dos produtores (uma espécie de empresa de todos, consideradas, em diversos momentos, como empresas quase para-estatais), transformava-as em mediadoras ou ferramentas idôneas na articulação público-privada. No entanto, muitas vezes, foram também usadas pelas oligarquias rurais em seu próprio benefício.

Dessa forma, as cooperativas de modo geral, e especificamente a Cooperjus, articularam, para os produtores, as políticas públicas de assistência social e de fomento à produção. Entre as formas mais comuns de intervenção estatal, as cooperativas foram levadas a administrar alguns programas ou investimentos específicos e a receber e/ou administrar verbas ou subsídios especiais. A regra, por muito tempo, foi a seguinte: elas foram beneficiárias da proteção dos governos e, ao mesmo tempo, executoras dessa proteção para os seus cooperados. Tudo isso gerou uma determinada cultura paternalista de resolução dos problemas, tornando-se característica das cooperativas. É assim que os cooperados chegavam a ser beneficiários das políticas públicas, além de terem acesso a todos os serviços e vantagens pelo fato de serem integrantes da cooperativa. Muitas vezes, a função empresarial dos dirigentes via-se distorcida, já que por determinados períodos transformavam-se em uma

espécie de administradores locais de políticas públicas, em lugar de criadores e promotores de estratégias empresariais próprias das cooperativas (PRESNO AMODEO, 1999).

Porém, as relações entre as cooperativas de trabalhadores rurais e o Estado, geraram políticas públicas de fomento à produção, que eram relativamente adequadas em outra conformação agrícola e, hoje, quase não são utilizadas. Como o ocorrido na Cooperjus, quando se criou a linha de crédito para o leite dos assentamentos, sem a devida precaução na aplicação dos recursos e o devido cuidado com o pagamento dos juros. Atualmente, as contínuas mudanças no gerenciamento do Estado, na relevância adotada pelos trabalhadores rurais e no poder relativo de cada segmento produtivo, modificaram intensamente o marco de organização das cooperativas. As cooperativas, inclusive as de trabalhadores rurais, se estabelecem, geralmente, como fornecedoras de insumos, bens e serviços aos produtores, como *traders* (com diferentes níveis de complexidade ou alcance) ou como industrializadoras da produção dos cooperados. Seu âmbito de ação é na interface entre a agricultura e a indústria, tanto a indústria de insumos ou bens para a agricultura como a indústria que compra a oferta agrícola para o seu processamento e distribuição. Elas avançaram, a montante e a jusante, a fim de obter melhores resultados para os seus cooperados, na medida em que, paralelamente, se intensificaram os processos de modernização da agricultura ao longo do século XX. (PRESNO AMODEO, 1999).

As cooperativas concentravam sua atividade nos mercados de matéria-prima (*commodities*) e sua capacidade de comercialização ou processamento estava determinada pelo nível de produção de seus cooperados, estando, portanto, regidas pela oferta. Essa ainda é a situação em muitas das cooperativas, assim como na Cooperjus. Sua produção normalmente é canalizada para o consumo das massas. Como veremos a seguir, essa realidade vê-se duramente afetada não só pelas mudanças nas políticas públicas de fomento à produção com base em juros exorbitantes, mas, também, pelas profundas modificações sofridas pelo sistema agrário em seu conjunto.

Deste modo, as cooperativas, inclusive as de trabalhadores rurais, foram aumentando o seu leque de atividades segundo as necessidades dos seus cooperados, em vez de seguir uma tendência de crescimento coerente própria da cooperativa. Atualmente, podemos observar que, entre as ações desenvolvidas pelas cooperativas, as mais comuns são as seguintes: venda de insumos (fertilizantes, sementes, agrotóxicos), ferramentas e maquinaria agrícola; pesquisa e assistência técnica aos produtores; processamento, industrialização e distribuição da produção; exportação; representação dos interesses dos produtores ante os governos e

instituições públicas ou privadas; classificação, padronização e embalagem de produtos *in natura*; serviços de créditos, seguros e administração.

As cooperativas de trabalhadores rurais constituem, conseqüentemente, estruturas complexas, que devem concorrer simultaneamente em muitos mercados com características distintas e desenvolvendo atividades paralelas que produzem benefícios para as famílias assentadas, uma produção primária e não tanto no segmento de transformação de produtos. Elas se articulam no ambiente econômico agroindustrial, segundo sua lógica própria, mas no âmbito e conforme as regras de funcionamento do sistema agrário.

2.3. As Cooperativas e o Mercado¹²

Para compreender como se estabelecem as cooperativas de trabalhadores rurais, e como se estabeleceu a Cooperjus, urge dissertar sobre as cooperativas e o mercado. O capitalismo está voltado para a fabricação de produtos, denominados mercadorias, com o objetivo de obter lucro por meio da exploração do trabalho alheio. Esse sistema está baseado na propriedade privada dos meios de produção, ou seja, todos os utensílios, ferramentas, matérias-primas e edificações utilizadas na produção pertencem a alguns indivíduos (os capitalistas). Nas sociedades capitalistas, um elemento central da economia é o capital, que pode ser entendido como o montante de dinheiro que é investido no processo produtivo, com o objetivo de gerar lucro, que advém da exploração do trabalho alheio. Diferencia-se do dinheiro que se destina à satisfação das necessidades pessoais dos indivíduos. O capital é aplicado em instalações, máquinas, força de trabalho, entre outros elementos, ou agentes de produção.

Como no capitalismo a produção se destina ao mercado, ou seja, à comercialização, dizemos que os países capitalistas adotam a economia de mercado. É em função das necessidades das pessoas que os mercados se desenvolvem, desenvolvem a produção, a circulação (ou sistema de distribuição para o mercado consumidor) e o consumidor dos produtos. Essas etapas caracterizam o chamado ciclo de reprodução do capital, conforme MARX (1988, p. 660).

¹² O momento produtivo do processo de reprodução social só tem sentido, quando vinculado ao momento do consumo. Ambos os momentos são, portanto, partes de uma mesma totalidade (MARX, 1988, p.126-7). A reprodução social revela-se inicialmente como um processo produção/consumo, forma pela qual o ser social integra-se à natureza, garantindo sua autoperpetuação. Entretanto, as esferas da produção e do consumo estão interligadas por um terceiro momento: o distributivo. De instância mediadora entre a produção e o consumo, a esfera distributiva incrusta-se no processo de reprodução social, passando a determiná-lo (MARX, 1988, p. 165-170). Caracterizando o que passamos a chamar de mercado.

Para produzir e comercializar suas mercadorias, os proprietários contratam os trabalhadores, os não-proprietários, que nessa relação também estão vendendo uma mercadoria: sua força de trabalho. Cada vez mais, as transformações econômicas, sociais e tecnológicas, assim como o aprofundamento da divisão social do trabalho, têm inserido elementos novos na sociedade capitalista, de modo que hoje é preciso considerar fatores como o surgimento de novas atividades e novas práticas profissionais necessárias para atender às exigências de um mercado cada vez mais diversificado. (BURLAMAQUI DA CUNHA, 1997).

O sistema capitalista nasceu das transformações pelas quais passou a Europa feudal, sobretudo a partir do século XII. O fundamento da riqueza deixou paulatinamente de ser a terra e a servidão, passando à uma economia tendo como base a exploração do trabalho assalariado. O crescimento e o aumento do número de cidades favoreceram o desenvolvimento de relações mercantis e propiciaram a diversificação e a mobilidade social até então praticamente inexistentes.

As trocas comerciais entre diversas regiões estimularam as transformações no mundo do trabalho, com o surgimento do trabalho assalariado e de uma incipiente divisão técnica das atividades. A partir do século XV, as relações mercantis, ampliaram-se geograficamente com as Grandes Navegações e a inserção de novas terras no sistema capitalista de produção. Desenvolveu-se então a fase do chamado capitalismo comercial; o ciclo de reprodução do capital estava acentado principalmente na circulação e distribuição de mercadorias realizadas entre as metrópoles e as colônias.

Os papéis diferentes que assumiram a Europa de um lado e, de outro, a Ásia e as terras recém-descobertas do além-atlântico inauguraram a divisão internacional do trabalho (DIT), genericamente caracterizada pela exportação de manufaturas pelas metrópoles e pela produção de matérias-primas, pelas colônias.

Mas o sistema capitalista só iria se consolidar definitivamente no século XVIII, com a substituição da manufatura pelas máquinas a vapor, iniciadas nas indústrias têxteis da Inglaterra. A mecanização imprimiu um novo ritmo à produção de mercadorias, e o trabalhador, que antes produzia sua mercadoria individualmente e de modo artesanal, agora passa a trabalhar em linhas de produção, onde se reúne com centenas de outros operários assalariados. As transformações sociais e econômicas associadas a esse período ocorrem de

forma tão intensa que culminou na chamada Revolução Industrial. Essas transformações tiveram como origem um fato que Marx nos demonstra.

A expropriação e a expulsão de uma parte da população rural libera trabalhadores, seus meios de subsistência e seus meios de trabalho, em benefício do capitalista industrial; além disso, cria o mercado interno.

Na realidade, os acontecimentos que transformam os pequenos lavradores em assalariados e seus meios de subsistência e meios de trabalho em elementos materiais do capital, criam ao mesmo tempo para este o mercado interno. Antes, a família camponesa produzia e elaborava os meios de subsistência e matérias-primas, que eram, na sua maior parte, consumidos por ela mesma. Esses meios de subsistência e matérias-primas transformam-se agora em mercadorias [...] Assim, à expropriação dos camponeses que trabalhavam antes por conta própria e ao divórcio entre eles e seus meios de produção correspondem a ruína da indústria doméstica rural e o processo de dissociação entre a manufatura e a agricultura. E só a destruição da indústria doméstica rural pode proporcionar ao mercado interno de um país extensão e solidez exigidas pelo modo de produção capitalista. (MARX, 1988, p.865)

A partir de então, o capitalismo se fortaleceu, passando por diversas crises e atingindo a formação de grandes conglomerados econômicos e de um grupo de potências que, graças à sua força econômica, influenciaram os padrões mundiais de desenvolvimento, controlam a maior parcela da produção econômica mundial e, como consequência, interferem no destino de toda a humanidade.

Nos séculos XVIII e XIX, o capitalismo florescia na forma de pequenas e numerosas empresas que competiam por uma fatia do mercado, sem que o Estado interferisse na economia. Nessa fase, denominada capitalismo liberal, ou concorrencial, predominava a doutrina de Adam Smith, segundo a qual o mercado deve ser regido pela livre concorrência, baseada na lei da oferta e da procura: quando a oferta é maior que a procura, os preços se elevam. Refletindo o otimismo científico-tecnológico característico do período, Smith acreditava que o mercado atingiria um equilíbrio natural por si só e que o progresso constante conduziria a humanidade à condição ideal, na qual não haveria escassez e tudo seria bem-estar.

A teoria econômica liberal difundiu a idéia de que a busca do enriquecimento individual é uma característica “natural” dos homens, e que qualquer interferência com ela é “artificial” e danosa. Polanyi (2000) busca evidências na história e na antropologia para mostrar que, na realidade, a atividade econômica sempre esteve, no passado, integrada e

embebida em outras atividades de tipo social, e que a primazia do econômico, assim como a expansão e o predomínio do mercado, são fenômenos essencialmente modernos.

Ao transformar a terra, o trabalho e o dinheiro em mercadorias “fictícias”, o mercado capitalista vai pouco a pouco corroendo a própria sociedade que lhe deu origem e condições de surgir e de se desenvolver. Polanyi faz um estudo aprofundado do desenvolvimento capitalista na Inglaterra em relação às chamadas “leis dos pobres”, que tratavam, de alguma forma, de proteger certos setores da sociedade do avanço avassalador do mercado. Estas leis se mostraram incompatíveis com o desenvolvimento capitalista, e foram sendo progressivamente abolidas.

Segundo a ideologia liberal, o resultado seria o fim da pobreza, ainda que pelos rigores da seleção malthusiana. Na realidade, a pobreza na Inglaterra e em outros países capitalistas só foi sendo progressivamente diminuída mais tarde pela reintrodução de uma série de instituições sociais e políticas - os sindicatos, os partidos políticos de base popular e operária, a legislação social - que conseguiram, em boa parte, “interferir com as leis da oferta e da procura em relação ao trabalho humano, afastando-o da órbita do mercado” (POLANYI, 2000, p. 179).

Outrossim, nos meandros desse processo as cooperativas são colocadas como diretrizes para amenizar a realidade crua. Porém, progressivamente o processo de internacionalização das mercadorias, que logo teve influências até no Brasil, alavancando um aumento da atividade das indústrias transnacionais do setor agrário e a sua participação internamente, paralelamente, se produziu uma forte segmentação e diferenciação, procurando captar a aprovação e fidelidade do consumidor. Desse modo, a agricultura passou a ser crescentemente orientada pela demanda, com um aumento da proporção de produtos com maior valor, acompanhando as mudanças nos hábitos de vida, de consumo e fatores demográficos (aumento do trabalho feminino e das refeições fora do lar; preferência por comidas semi-preparadas ou por alimentos *diet* ou *light*, naturais e orgânicos; e diminuição do tamanho das famílias, entre os mais destacáveis), o que desestabiliza as possibilidades de desenvolvimento pelas quais também passou a Cooperjus.

Para atender ao consumo das massas, articulam-se cadeias de valor onde várias etapas intermediárias separam a produção primária do consumo, embora existam atividades tecnologicamente diferentes (como classificação, embalagem, ou até processos mais complexos, como pasteurização) que possam ser feitas no próprio assentamento, porém as

cooperativas, como a Cooperjus, não passam por outras formas de organização capazes de dinamizar estas operações mais ligadas ao âmbito dos mercados.

A indústria foi crescendo e transformando os produtos agrícolas em alimentos, por meio de um processo de substitucionismo (GOODMAN, SORJ; WILKINSON, 1990), no qual os produtos agrícolas são modificados, perdendo, muitas vezes, a sua aparência natural característica e podendo, ao converter-se em insumos industriais, ser substituídos por produtos não agrícolas, preparados pela indústria química, por exemplo. Assim, a indústria passa a entender os produtos agrícolas como meros insumos, sendo, desta forma, transformados em simples ingredientes intercambiáveis, ficando mais exigente em qualidade e homogeneidade nas características dos produtos e podendo negociar um melhor preço para os seus interesses, influenciando sobremaneira a forma como as cooperativas, incluindo a própria Cooperjus, devem agir.

A produção agrícola passa a ficar à mercê das exigências particulares dos processos de industrialização que, por sua vez, começam a determinar requerimentos específicos nas práticas agrícolas, nos insumos e nas maquinarias usadas pelos produtores, como ocorrido na Cooperjus. Dessa forma, o crescimento industrial tem seguido um processo de apropriação (GOODMAN, SORJ, WILKINSON, 1990), no qual:

Dentro dos limites mutáveis definidos pelo progresso técnico, elementos discretos do processo de produção têm sido conquistados pela indústria. [...] Assim, diferentes aspectos da produção agrícola foram transformados em setores específicos da atividade industrial” (GOODMAN, SORJ, WILKINSON, 1990, p.74).

A indústria processadora de alimentos é oligopolizada e, geralmente, comanda a agricultura. Dentro desse setor, as indústrias transnacionais são muito importantes, tanto como processadoras da produção de origem agrária, quanto nas indústrias e serviços conexos. Merecem ser especialmente lembradas as atividades destas empresas nos setores da produção de sementes, agroquímicos e biotecnologias, setores, muitas vezes, unificados num mesmo conglomerado empresarial e que estão provocando as maiores mudanças no meio rural.

A fatia correspondente à matéria-prima, no preço final dos produtos de origem agrária, é continuamente decrescente, devido, entre outros fatores, à maior sofisticação da produção, ao aumento do valor incorporado aos produtos e à estrutura crescentemente oligopólica dos mercados. O número total de produtos aumenta em virtude de uma crescente incorporação de novidades ao mercado dos alimentos, ocasionando, ainda, uma vida útil menor. A vida média

de um produto alimentar diminuiu de forma progressiva e só uma pequena parte dos novos produtos consegue êxito mais ou menos duradouro.

A diversidade e a especificidade dos produtos, a segmentação dos mercados e a importância de fatores como a saúde ou o cuidado com o meio ambiente, influenciam muito na escolha dos consumidores. O consumo segmentado, muito diversificado e tentando atender às preferências individuais dos consumidores, é o novo paradigma que exige uma produção mais flexível, variada e complexa, mote para o qual as cooperativas do MST não se colocam, apesar do fomento de políticas públicas nesse sentido.

Resumindo, no novo padrão agrário, os processos produtivos no campo se relacionam cada vez mais com os requerimentos dos processos industriais. A qualidade deixa de ser considerada uma característica para ser um pré-requisito no atendimento da demanda, que passa a ser soberana. Em outras palavras, os assentados transformam-se em produtores e fornecedores de ingredientes standardizados para a indústria de alimentos. Novos e mais complexos âmbitos de investigação, como a biotecnologia e as variedades transgênicas, aparecem dominando as tendências de desenvolvimento. A robótica, informática, microeletrônica, novas tecnologias de comunicações e demais inovações tecnológicas que dominam hoje a trajetória de desenvolvimento, são aplicadas, também, na produção de alimentos e na articulação do sistema. Assim, tanto a pesquisa produtiva como a industrial, são fatores críticos de sobrevivência e ambas devem ser especialmente consideradas e incorporadas pelas cooperativas que querem sobreviver no sistema agrário atual.

Tudo isto exige que as cooperativas, para continuar no mercado e conseguir melhores resultados, obtenham níveis de flexibilidade, de capacidade de investimento e de agilidade não facilmente alcançáveis para todas elas, sem que deixem de lado seu viés político e de criação de novas condições de vida para os assentados. E ainda, sob o dilema de que, uma mera função intermediária, sem produzir valor para nenhuma das partes envolvidas, apenas servindo para sustentar-se, atualmente seria, rapidamente eliminada, como talvez seja a situação pela qual a Cooperjus passou.

2.4. As Cooperativas e os Integrados

Como no caso da Cooperjus ocorre um certo tipo de integração para a produção do tabaco, os requerimentos impostos aos assentados, na atual conformação do meio rural, merecem uma menção aparte. Em geral, quanto mais fortemente integrada seja a cadeia de valor correspondente, menores serão os graus de liberdade dos assentados. Nos assentamentos

da região oeste catarinense, há grande quantidade de assentados integrados com as indústrias tabagistas e de carnes em geral. Um exemplo desta situação é a cadeia de carnes, especialmente de aves, na qual a indústria entrega os filhotes para que os produtores os engordem com a ração, o manejo e os cuidados sanitários especificados por ela, para, posteriormente, pagar o preço por quilo, também por ela estabelecido.

Assim, aparentemente, espera-se dos assentados que se especializem em aplicar os pacotes tecnológicos que se lhes indiquem, utilizando os insumos que se lhes forneçam, a conta da entrega de sua produção. Cabe perguntar, portanto, como poderiam as cooperativas agroindustriais promover entre os seus associados esse tipo de relação hierárquica e passiva, sem que, paralelamente, veja prejudicado o desenvolvimento das capacidades ou a difusão de conhecimentos específicos entre eles para que, posteriormente, possam contribuir melhor para uma adequada gestão cooperativa, devido a sua condição de “donos” da empresa?

Entretanto, não devemos menosprezar o papel que cabe às instituições na regulação do sistema agrário e que podem ser desconsideradas na análise, já que estão entre os elementos que dão um suporte, não neutro, ao sistema econômico. São, como as define Douglas North (1990), “as regras do jogo”. Segundo afirma Burlamaqui (1997, p. 11), “são as instituições que constroem os espaços onde as relações econômicas têm lugar”. Portanto, o ambiente institucional (leis, cultura, tradições, costumes, organização política, influência internacional etc.) afeta o ambiente organizacional e o funcionamento do sistema econômico, em seu conjunto. Como resultado, o contexto institucional leva a diferenças organizacionais, de acordo com a institucionalidade dominante. Logo, as instituições seriam o marco em que se desenvolve o sistema e, desta forma, por exemplo, o ambiente econômico, as regulamentações sanitárias, as leis de patentes, a estabilidade das normas e do ambiente, podem influir, decisivamente, no resultado econômico e na sobrevivência das cooperativas.

A agricultura contratualizada teve seu início em países capitalistas avançados exatamente na avicultura e suinocultura, estando porém restrita à produção de alguns gêneros como carnes, legumes, leite e frutas. As agroindústrias optam pelo processo de integração como uma maneira de obter matéria-prima a um custo menor do que a produção própria (onde há investimentos em terras, instalações, máquinas, além dos custos de administração e de força de trabalho). Por este meio, tais empresas, obtêm as matérias-primas em quantidade, qualidade e tempo adequado ao ritmo do processo produtivo, possibilitando a adaptação às condições instáveis de mercado (FERREIRA, 1993). Segundo Ferreira (1993), os agricultores decidem pela integração motivados pela garantia de escoamento do produto, produção

ininterrupta, maior facilidade de acesso ao crédito e incorporação mais rápida de inovações tecnológicas.

O sistema de integração pode ser definido como uma forma de articulação vertical entre empresas agroindustriais e pequenos produtores agrícolas, em que o processo de produção é organizado industrialmente, ou o mais próximo possível desse modelo, com aplicação maciça de tecnologia e capital. São produtores integrados aqueles que, recebendo insumos e orientação técnica de uma empresa agroindustrial, produzem matéria-prima exclusivamente para ela. (PAULILO, 1990).

De acordo com Paulilo (1990) ao optar pela integração, o produtor busca segurança e comodidade, ou seja, quer garantir o mercado para a sua produção sem precisar sair de casa para comprar insumos ou vender os animais. Além disso, ele valoriza a assistência técnica, que tende, cada vez mais, abranger todas as atividades da propriedade. A desvantagem estaria por conta da pouca participação dos produtores na determinação dos preços e na impossibilidade de escolherem os compradores que pagam os preços mais altos para venderem sua produção nas épocas de escassez de suínos.

Consideramos importante ressaltar que uma análise da situação, das vantagens e das limitantes das cooperativas e dos integrados, no seu desempenho, não pode se restringir aos aspectos meramente econômicos ou institucionais: fatores sociais, culturais, históricos e políticos afetam e podem ser cruciais. Diante do novo cenário, as cooperativas vão profissionalizando os seus quadros gerenciais e, freqüentemente, contratam empresas consultoras (muitas vezes, sem experiência prévia em cooperativas) para definir as mudanças a serem feitas. Porém, deveriam as cooperativas aplicar estratégias idênticas às outras empresas não cooperativas, ou mesmos as estratégias dos integrados? As características intrínsecas destas organizações influem no leque de opções para alcançar uma maior competitividade? Técnicas destinadas a empresas organizadas em função do lucro podem dar conta das complexidades destas empresas criadas com a intenção de dar um tratamento ao capital subordinado às pessoas, com princípios e valores específicos diferentes daqueles das empresas não cooperativas? Essas questões iluminam a análise sobre as possibilidades ou oportunidades das cooperativas e, por sua vez, possibilita avaliar as perspectivas dos produtores obterem melhor desempenho que lhes permita aumentar sua qualidade de vida.

2.5. A gestão social nas cooperativas

As cooperativas de trabalhadores rurais ligados ao MST são de propriedade coletiva, pertencente aos seus associados e democraticamente gerida por eles. Essa associação, numa cooperativa, dá-se ou por união de capitais ou pela união do trabalho e/ou do compromisso de realizar as transações de forma conjunta e de participar na organização. Nestas organizações, a principal relação interna a ser gerida, é a relação da cooperativa com os seus membros. Essa relação privilegiada com seus cooperados é sua vantagem política e competitiva. Para isso, o envolvimento efetivo e o compromisso dos seus membros passam a ser cruciais, assim, essa relação é construída com bases na educação e na comunicação para a procura da emancipação social.

Os apelos para a profissionalização da gestão e a busca de sobrevivência podem ser considerados o eixo que orienta as transformações recentes das cooperativas. Desta forma, impõe-se uma gestão empresarial e considerações econômicas passam a comandar as decisões, enquanto, freqüentemente, são abandonadas as considerações de ordem social ou política na relação cooperado-cooperativa. Não queremos, aqui, minimizar a importância desses esforços de profissionalização da gestão, os quais consideramos válidos e imprescindíveis. No entanto, queremos assinalar o perigo que reside no fato de uma adequada gestão empresarial substituir ou prescindir de uma adequada gestão social para não sucumbir.

Com a cooperativa sendo bem organizada, sobretudo, por se tratar de uma organização gerida coletiva e democraticamente, os cooperados passam a ter uma relação tripla com a mesma: como donos, como usuários e como investidores (cumprindo simultaneamente, os papéis de agente e principal). Essas três relações implicam, cada uma, responsabilidades e recompensas específicas. Provavelmente, este tipo de organização apresente um dos casos mais complexos de autogestão, e a forma como é implementada e resolvida é tão importante como resolver a forma de produção. Os custos da autogestão, com a participação dos associados na gestão, a rotação e a representatividade dos dirigentes, a realização das assembléias, evidentemente, são significativos e podem transformar-se em inversões, nessas vantagens competitivas mencionadas, para que a própria essência da organização não a prejudique. Tudo isso requer, necessariamente, que se reforce a educação cooperativa e que haja uma eficiente comunicação e aprendizados conjuntos. Os associados, portanto, aprendem a cooperar “competitivamente” para que a cooperativa possa manifestar a sua potencialidade.

Na realidade contemporânea, os trabalhadores rurais fornecem à agroindústria os produtos ou “ingredientes” segundo as especificações requeridas. Para tanto, uma cadeia de valor deve ser organizada para atender a demanda e conquistar esses mercados. Essa cadeia de valor só poderá ser eficazmente organizada se o fluxo de informações e a sua autogestão são especialmente promovidos para conseguir tirar o melhor proveito, tanto da oferta dos produtores como das características da produção, para que elas gerem o maior valor possível.

Douglas North (1990), por sua parte, argumenta que as instituições que favorecem mais a performance econômica são aquelas que permitem que as ações cooperativas substituam os conflitos no processo de aprendizagem, inovação e procura da eficiência. Ele não está se referindo às organizações cooperativas, mas às ações de cooperação como forma de coordenação econômica que promovem o desenvolvimento. Essa cooperação é proposta aos diferentes agentes econômicos como forma de melhorar a eficiência e, resulta que organizações baseadas nessa cooperação estariam alinhadas com comportamentos cooperativos.

Porém, consideramos que a Cooperjus, como uma CPSs, apesar de não contribuir para consolidar a política de cooperação, em certa medida foi importante porque viabilizou a sobrevivência dos assentados num momento em que a reforma agrária era sinônimo de mera distribuição de terras e a pequena agricultura não encontrava outras formas de apoio institucional (preço, seguro), além das linhas de crédito. Do ponto de vista organizativo interno, considera-se que foi um equívoco deixar que a cooperação se reduzisse a uma política de criação de cooperativas, supondo que a institucionalização poderia solucionar os problemas político-organizativos, pois isto somente ocorre quando as organizações estão sustentadas por um movimento social forte. Mesmo concebendo a cooperativa como uma ferramenta de luta política e social ocorre que, na prática, ela é tida, principalmente, como meio de organizar a atividade econômica e, esta sua dimensão coloca em xeque e até se sobrepõe à dimensão político-organizativa. Ou seja, a criação de cooperativas, em si, não organiza politicamente os assentamentos. Ao contrário, a institucionalização da cooperação e as exigências legais advindas podem acarretar uma carga burocrática e administrativa intensa e consumir grande parte do tempo dos dirigentes que, depois de alguns anos, não conseguem visualizar mais do que os problemas do cotidiano. Esta “máquina” administrativa passa a dar o tom na organização e os dirigentes são por ela consumidos, mesmo estando técnica e politicamente preparados.

Uma possibilidade colocada para que a cooperativa melhore seu desempenho, é captar o significado da identificação dos cooperados com a ideologia da cooperativa e fazer com que ela seja ampliada e mantida. Assim, o conceito crucial que emerge é o da confiança baseada na identificação com a cooperativa. A identificação com a organização e, paralelamente, a confiança nas estratégias das cooperativas, afetam positivamente na aceitação e cumprimento dos contratos e, conseqüentemente, no seu desempenho, todavia, são produtos de um processo de longo prazo.

A educação cooperativa será mais efetiva na medida em que seja um processo contínuo, mais que fruto de um acontecimento isolado. A própria prática cooperativa deveria ser educativa. Atualmente, reconhece-se a importância da capacitação e dos processos de aprendizagem na atividade econômica. Essa abordagem propõe transformar a relação cooperado-cooperativa em um processo de aprendizagem que potencialize as possibilidades de desenvolvimento das cooperativas, lhes brinde a possibilidade de criar uma cultura comum que funcione como cimento e as posicione da melhor maneira para aproveitar os benefícios da cooperação.

Consideramos interessante dizer que a questão da eficiência econômica, primeiro como um conceito macro no contexto do desenvolvimento nacional, impõe às cooperativas, paralelamente, dois processos opostos. Um processo que vai da agricultura ao mercado, organizando a estrutura agrária para incorporar segmentos de utilidade econômica (por exemplo, incorporando valor ou contribuindo para a rastreabilidade), transformando-se, assim, no caminho natural de fortalecimento da agricultura, enquanto esta se moderniza. O outro processo é no sentido inverso, como veículo de forças externas à agricultura, que promovem sua modernização seguindo determinados padrões. Como foi mencionado anteriormente, os estados as têm utilizado muito neste sentido, mas ainda cumprem essa dinâmica de forma articulada com grandes empresas fornecedoras (de maquinaria, de sementes, agrotóxicos e de outros insumos para a agricultura) e para outras agroindústrias, em especial, como elo na integração vertical dos produtores.

A importância dos associados na gestão participativa e democrática destas organizações colabora no controle destes processos, adequando-os às necessidades dos trabalhadores rurais e transformando-os em gestores do seu próprio desenvolvimento. Um exemplo disto é quando se aplicam políticas de fomento da agricultura familiar, na contramão das fortes pressões do mercado que favorecem a concentração de recursos e o monocultivo; ou quando privilegiam o desenho de tecnologias apropriadas às condições produtivas de seus

produtores, em vez de promover pesquisas de produto ou processo industrial. A participação dos produtores no sistema agrário, assim passa a ser promovida ativamente, visando uma melhor integração de sua produção nas cadeias de valor, promovendo paralelamente o desenvolvimento da região na qual a cooperativa opera.

Por isso, fica claro porque consideramos os cooperados como um ativo específico das cooperativas. Uma ampla bibliografia sustenta a importância do capital social, do capital humano ou, simplesmente, dos recursos humanos para o êxito das empresas, das indústrias, das regiões e dos países. Portanto, ressaltar a importância dos associados nas cooperativas, não exclusivamente, como base de suas estratégias empresariais e dessa relação específica como indutora de diferenças no desenvolvimento, torna-se um ato de simples coerência acadêmica.

2.6. A concepção de atividades coletivas para o MST

O MST elegeu as cooperativas como a principal materialização tática das ações coletivas nos assentamentos, apesar de revisão/redefinição recente do método e suas estratégias de ação. As cooperativas têm se constituído num dos principais instrumentos de desenvolvimento de ações coletivas. Segundo Ribas e Machado (2003), o cooperativismo pauta-se numa tática pela qual o MST materializa seu projeto de gestão territorial nos assentamentos com um ordenamento específico expresso nos lugares e formam redes de contra-poderes.

Trata-se de uma construção territorial que não passa pela dimensão camponesa, ou seja, que não reconhece na construção do território camponês as condições favoráveis para transformações sociais revolucionárias, pois o coletivo forjado na esfera política das relações camponesas tem um conteúdo “menor” do que aquele forjado no interior da produção como ocorre com os operários da fábrica. Esta compreensão é inspirada numa matriz teórica que reconhece a expansão das relações capitalistas como portadora de desenvolvimento. Ao estudar o desenvolvimento do capitalismo, Lênin (1982) aponta para as transformações no campo com a industrialização. A grande indústria mecanizada transfere para o campo o modo de vida urbano/industrial, provocando uma “revolução” nas condições de vida das populações rurais. A expansão das relações capitalistas por meio da indústria é vista como possibilidade de desenvolvimento com a modernização de relações sociais e de produção.

Constata-se, enfim, que os dados relativos aos operários fabris russos corroboram plenamente a teoria d'O Capital segundo a qual a grande indústria

mecanizada provoca uma completa e decisiva revolução nas condições de vida da população industrial, separando-a definitivamente da agricultura e das seculares tradições de vida patriarcal a elas vinculadas. Mas, destruindo as relações patriarcais e pequeno burguesas, a grande indústria mecanizada cria, por outro lado, condições que aproximam os operários industriais assalariados dos proletários rurais: em primeiro lugar, ela transfere inteiramente para o campo o modo de vida industrial e comercial articulado inicialmente nos centros não-agrícolas; em segundo lugar, propicia a mobilidade da população, criando amplos mercados de trabalho tanto para os operários industriais quanto para os agricultores e, finalmente, introduzindo máquinas na agricultura, leva até a aldeia operários industriais experimentados, cujo nível de vida é sensivelmente mais elevado (LÊNIN, 1982, p. 341).

As ações do MST no início da década de 1980 foram caracterizadas por lutas de conquista da terra. A conquista da terra levou o sem-terra para ações coletivas nos assentamentos. A produção nos assentamentos passou a ser entendida como uma forma de sustentação do projeto político dos sem-terra. No período de início do MST, que vai de 1979 a 1985, não havia política cooperativista definida para os assentamentos, como destacou o documento da Concrab (2000). Eram atividades coletivas que se materializavam nas associações de assentados, mutirões, troca de dias de serviço. A orientação dessa cooperação simples, como os mutirões, por exemplo, tinha raiz na Igreja, com quem parte significativa da militância possuía fortes vínculos.

No período entre 1985-1989, quando se consolidaram as idéias de que a luta dos assentados é uma luta do MST, aumentou a atenção para as formas de organização dos assentamentos, conforme percebido no documento da Concrab (2000). Documento este, onde também é descrito que, no I Encontro Nacional dos Assentados em 1986, teve a decisão de incluir os assentados como pertencentes do MST, formando neste Encontro uma Comissão Nacional de Assentados. Entre 1989 e 1990, são formadas as primeiras cooperativas, como foi o caso da Coanol (Cooperativa Agrícola Nova Sarandi Ltda) e Cooptil (Cooperativa de Produção Trabalho e Integração Ltda.), ambas no Rio Grande do Sul. Começa a se esboçar uma política cooperativista no interior do MST, que mais tarde, desemboca na criação do SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados).

Ainda neste período, são definidas as primeiras linhas políticas na formação do SCA, marcadas essencialmente pela busca de melhorar a produção como forma de viabilizar as lutas nos assentamentos. A CPA foi considerada, pelo MST, como uma forma superior de cooperação com a coletivização da terra, trabalho, gestão e capital. A produção de subsistência não foi desprezada, mas a melhoria das condições de produção, visando a produção de mercadorias, teve uma importância destacada, como descrito por Souza (1999).

Para garantir organicidade foram criadas as Centrais de Cooperativas (a primeira CCA surgiu no Rio Grande do Sul). Também foi criada a Concrab, em 1992, na cidade de Curitiba, resultante dos debates internos do MST. Conforme documento da Concrab (1998), esta é uma organização das cooperativas na terceira instância, que tem a função de coordenação geral das políticas e planejamento do desenvolvimento das atividades das cooperativas. Cabe ainda, à Concrab, organizar a formação técnica (administrativa, financeira e agrônômica) de caráter nacional, desenvolver estudos e estratégias de mercado, cuidar das relações internacionais relacionadas às cooperativas (exportação, por exemplo) e articulação com outras confederações.

As reflexões feitas entre 1989 e 1993, resultaram em algumas definições expressa na elaboração de um conjunto de documentos que indicaram a necessidade de intensificar as relações de produção de mercadoria nos assentamentos. Desde 1993, as CPAs enfrentam dificuldades, o que levou o MST a dedicar sua atenção ao debate sobre o cooperativismo. Foi neste contexto que o MST elaborou um importante documento: *A cooperação agrícola nos assentamentos* (1993). Este documento aprofundou a preocupação com uma concepção de cooperativa sustentada basicamente para a organização da produção, apesar de referir-se às razões e objetivos sociais e políticos. Ficou destacado que a cooperação nos assentamentos se daria por meio da divisão do trabalho e deveria funcionar como uma empresa econômica.

Os debates sobre a cooperativa-empresa econômica ou uma cooperativa mais de conteúdo político foi discutido no documento *Sistema cooperativista dos assentados* de 1998, que exprime, até os dias atuais, a concepção de cooperativismo do MST. Essa tensão de concepções se manifesta no documento de 1998 que se refere à organização dos núcleos de base/produção, de um lado, e a necessidade da divisão de trabalho de outro, como forma de viabilizar as cooperativas. Apesar do enfoque político, a dimensão econômica, é a lógica fundante da cooperativa.

Embora o MST/Concrab tenham estimulado as mais variadas formas de associativismo agrícola nos assentamentos, as cooperativas são a principal forma de organização econômica, social e política. “Portanto, o paradigma da década de 90 foi constantemente reafirmado: *cooperação é igual à cooperativa ou dá-se através dela* [grifo do autor]” (CONCRAB, 1999, p. 32).

O entendimento dos dirigentes do MST/Concrab é de que não existem condições do assentado progredir econômica, social e politicamente através da produção familiar. O

modelo de produção capitalista inviabiliza esse progresso, sem necessariamente inviabilizar a produção familiar, que permite o acúmulo para os capitalistas. Nesta concepção, os assentados passam a reconhecer no trabalho em cooperativas a possibilidade de seu desenvolvimento. A proposta de cooperação através das CPAs refere-se ao desenvolvimento das forças produtivas como condição para viabilidade dos assentamentos. Conforme a Concrab (1993), existe a necessidade de aumento de capital constante, produtividade do trabalho, divisão e especialização do trabalho, racionalização de acordo com os recursos naturais e desenvolvimento de agroindústrias para alcançar patamares de produção cada vez mais elevados nos assentamentos.

É importante destacar na proposta das cooperativas coletivas a divisão do trabalho, que implica na produção de um excedente cada vez maior, possibilitando assim a ampliação das trocas. Esta “troca” é a base para o desenvolvimento da economia mercantil capitalista e advém da necessidade de cada vez mais ampliar a divisão e especialização para criação de mercado de consumo. A produção, neste caso, tem como objetivo a satisfação das necessidades do outro, realizado nas trocas. A necessidade de organizar uma cooperativa que possa produzir mercadoria e integrar-se ao mercado, como indica MST/Concrab (1999), é a forma de construir a resistência nos assentamentos.

Uma unidade de produção qualquer, *somente conseguirá progredir se criar alternativas de produção de mercadorias*, ou seja, vender fora do assentamento, em quantidades para garantir remuneração da mão de obra aplicada [grifo nosso] (CONCRAB, 1999, p. 14).

A produção familiar implica numa redução das trocas, pois apresenta uma outra divisão do trabalho. Para estimular a divisão do trabalho nos assentamentos, o MST organizou cursos de formação aos assentados, dos quais se destacam os Laboratórios Organizacionais O modelo de racionalidade econômica e organização empresarial é considerado pelo MST a forma de viabilizar econômica e politicamente as CPAs. A organização empresarial defendida pelo MST é semelhante à proposta de Lênin nas Tarefas Imediatas, quando estimulou a implantação do sistema taylorista e utilização de processos científicos de trabalho (LINHART, 1983, p. 77). O sistema Taylor, duramente criticado por Lênin antes da revolução, considerado como um sistema para esmagar e sujeitar os operários às máquinas, passou a ser defendido depois do período revolucionário. Paradoxalmente, Lênin visualizou o impulso democrático e a participação das massas nas tarefas de administração e contabilidade, procurando diferenciar o taylorismo soviético do americano. Procurou forjar um taylorismo proletário e libertador.

Organizadas como uma empresa dirigida pelos assentados, as cooperativas, segundo o MST (1993), produzem em escala para colocar seus produtos no mercado a preços mais competitivos. “No mercado capitalista sempre se consegue os melhores preços quando se negocia quantidades maiores e produtos de maior qualidade. Através da cooperação, portanto, aumentam as chances de resultados financeiros mais rentáveis” (MST, 1993, p. 11).

Atualmente, sabemos que os assentamentos enfrentam muitas dificuldades de sobrevivência, inclusive a sobrevivência de suas cooperativas na esfera do mercado, tanto aquelas tradicionais, como as de resistência, que não contam com o apoio do poder público (Estado) como ocorre com muitos empreendimentos capitalistas privados. Oliveira (1994), analisando as propostas de cooperativas agrícolas vê dificuldades para os assentados. Diz que a especialização que estaria implícita nesta proposta, inclusive nas CPAs, pode significar a entrada nas enrascadas da estrutura bancária para adquirir tecnologias e instrumentos a fim de competir com os produtores capitalistas. Considera ainda que o rumo trilhado pela agricultura camponesa, onde se inclui aquela desenvolvida nos assentamentos, deve ser a de uma alternativa defensiva de recuperação da policultura em oposição à lógica da especialização, diminuindo ao máximo a dependência externa.

Os agricultores camponeses por sua vez têm sido pressionados no rumo da especialização. Muitos autores progressistas têm apontado as cooperativas e a especialização como alternativa aos camponeses que chegam à terra, depois de muita luta [...] Entretanto, parece que o rumo a ser trilhado pela agricultura camponesa pode e deve ser outro [...] Esta alternativa defensiva consistiria na recuperação da policultura como princípio oposto à lógica da especialização que o capital impõe ao campo camponês. A policultura baseada na produção da maioria dos produtos necessários a manutenção da família camponesa. De modo que ela diminua o máximo sua dependência externa. Ao mesmo tempo, os camponeses passariam a produzir vários produtos para o mercado, sobretudo aqueles de alto valor agregado, que garantiria a necessária entrada de recursos financeiros (OLIVEIRA, 1994, p. 49-50).

Portanto, uma organização de cooperativas nos assentamentos, sustentada teoricamente em paradigmas que valorize a organização familiar dos assentados, uma cooperativa edificada a partir das relações sociais que considere a importância da produção familiar, possibilita a absorção das crises vividas pelas cooperativas. As investidas do Estado contra esta forma de organização dos sem-terra chegou a ponto de considerar que, para combatê-la, seja necessário inviabilizar os projetos de desenvolvimento dos assentamentos, como foi o caso do Projeto Lumiar de assistência técnica, pois o enfraquecimento das cooperativas se tornou elemento principal na política dos órgãos oficiais de gestão dos assentamentos no fim da década de 1990.

Somada às dificuldades colocadas pela ação direta do governo federal para dismantelar as cooperativas e projetos desenvolvidos nos assentamentos, acrescenta-se o modelo agrícola excludente adotado na modernização da agricultura, diminuição de subsídios agrícolas, abertura e liberalização do comércio com importação de produtos agrícolas, exposição da agricultura à voracidade da competição internacional, entre outros fatores.

A partir desta conjuntura nacional desfavorável, do final da década de noventa, os dirigentes do MST/Concrab tem feito uma série de reflexões sobre a organização da produção e cooperação nos assentamentos, resultando na criação em 2002 do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente em substituição ao SCA. Se no período anterior houve uma valorização das lutas pelos créditos oficiais na formação das cooperativas, agora a preocupação volta-se mais para a organização interna, com cooperativas tendo mais na sua base a mão-de-obra e a terra e menos a expectativa de créditos e projetos de alocação de recursos financeiros. O Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente foi dividido em cinco frentes de atuação: Frente da Cooperação Agrícola e Cooperativas, Frente da Organização de Base, Frente da Assistência Técnica e da Produção, Frente de Formação e Capacitação, Frente do Meio Ambiente e Pesquisa Agropecuária.

Para o MST, a base material em que os camponeses estão inseridos, não permite que eles se construam enquanto sujeitos políticos. Há a necessidade, segundo este entendimento, de uma força unificadora e aglutinadora para que os produtores familiares possam participar do processo político. A eliminação dessas características dos assentados seria uma necessidade, pois são um obstáculo para o desenvolvimento econômico, social, político dos assentados. A própria expansão das lutas, dependeria da superação das características destas por parte dos assentados.

Os camponeses pôr serem produtores autônomos de mercadorias não visualizam de forma clara o seu explorador (não há patrão). Por não compreender o seu processo de exploração, tende sempre a dirigir sua contestação ao Governo, reivindicando sempre melhores condições de preço. *Por não entenderem a sua posição e situação de classe, desenvolve uma consciência corporativa e economicista.* Estes camponeses pôr organizar o seu processo produtivo de forma familiar (sem divisão técnica do trabalho) e com base na propriedade privada, tende a construir uma visão de mundo subjetivista e oportunista [grifo nosso] (CONCRAB, 2001, p. 7).

A compreensão de desenvolvimento de atividades coletivas e cooperação do MST, sustentada teoricamente em pressupostos marxistas, apresenta características que reconhece o caráter progressista das relações capitalistas na agricultura, sendo o campesinato uma relação

atrasada. Esta concepção de marxismo está calcada no entendimento da II Internacional, marcada pelo evolucionismo.

O que se observa no assentamento é uma discrepância entre os projetos dos produtores familiares assentados e o projeto de cooperativas com trabalho coletivo do MST/Concrab. Verificou-se assim que a cooperativa, enquanto empreendimento econômico, está sustentada na idéia de reprodução ampliada, característica da sociedade moderna. Esta compreensão entra em confronto com a reprodução simples da produção familiar. Essa racionalidade não é a de produtor de mercadorias e excedentes conforme ocorre na empresa capitalista, embora ele acabe gerando renda para a acumulação capitalista – quando os produtos agrícolas são transformados em mercadorias na circulação da produção. O desafio colocado é o de conciliar a proposta principal de cooperação do MST (coletivização) e as aspirações de reconstrução do projeto de ser produtor familiar autônomo; relação que envolve “autonomia” e “auto-suficiência” se comparada com a proposta de modernização de relações, incorporação ao mercado, com o estabelecimento de regras rígidas de trabalho (estabelecimento de horários, por exemplo), divisão do trabalho e controle da produção.

[...] o móvel principal da luta pela terra que empreenderam foi a busca da efetivação do projeto de ‘ser colono’, ou seja, ver viabilizada uma forma de apropriação da terra e ter sobre seu controle a organização e os resultados da produção (ZIMMERMAN, 1994, p. 208).

Em outro sentido, o ideal de autonomia é o que motiva, também, a disposição do assentado lutar e manter a terra conquistada, procurando ampliar suas conquistas agora na condição de assentado produtor de mercadorias. As características da produção familiar, ao contrário de fragilidade, são uma condição para a luta. Não somente luta para entrar na terra, mas também para nela permanecer e garantir sua autonomia e liberdade. Portanto, aquilo que o MST considera uma fragilidade é condição de resistência e existência. Os produtores familiares têm demonstrado que podem desenvolver atividades coletivas que se traduzem, na sua prática, em resistência, como ocorre no caso dos mutirões. Não é somente aquela ação coletiva proveniente da consciência construída no processo de produção, como ocorre com os operários da indústria, que permite a organização dos trabalhadores. A organização familiar dos assentados também é construída no processo de enfrentamentos com o capital e os proprietários de terra.

A raiz de produtor familiar dos sem-terra é que sustenta sua disponibilidade de luta ou, essa disponibilidade e identidade são construídas a partir de outras raízes. O prosseguimento da construção do movimento depende da manutenção destas características (as raízes, as

novas identidades e as formas de luta). Assim, as características dos assentados continuam preservadas para a ampliação das lutas, não se justificando a necessidade de sua superação para alcançar patamares superiores de luta (CPA), como defende o MST. A dimensão econômica e produtiva não se constitui no único parâmetro para compreensão do desenvolvimento dos assentamentos. Organizados na forma de núcleos e grupos, os trabalhadores dos assentamentos canalizam seu potencial de luta política para garantir a sua existência no sistema adverso (capitalismo). Enfim, os grupos de assentados e núcleos formados nos assentamentos operacionalizam atividades coletivas e construção do assentamento que estão centradas nas relações sociais e não na produção de mercadorias.

A unidade existente entre as famílias dos núcleos e grupos de assentados não tem sido medida pela produção agrícola necessariamente, mas pela identidade e afinidades políticas construídas no processo de luta. O núcleo/grupo não é um espaço de produção agrícola apenas, mas espaço de socialização e construção política que oferece resistência à subordinação capitalista. Não é a produção, mas a identidade política e social construída na trajetória de lutas dos assentados, que forma os núcleos e grupos de assentados que caracterizam o espaço dos assentamentos.

Assim, os trabalhadores rurais assentados combinam variadas formas de relações, apresentando diferentes situações que não se esgotam numa fórmula única. Embora muitos grupos sejam formados por famílias motivadas por um condicionante econômico (produção), são as relações sociais, políticas e ideológicas que forjam as ações coletivas. A formação de núcleos e grupos de assentados materializa concepções políticas e ideológicas com discussões de questões que atinge a sociedade toda. Os assentados não ficam passivos diante de decisões tomadas para atender os interesses dos dominantes. É neste agir coletivo centrado na esfera política que os assentados vão constituindo o assentamento.

No processo de construção do assentamento, verifica-se que a cooperativa despontou como forma de participação dos assentados enquanto sujeito político. Entretanto, é a partir da inclusão econômica e produtiva que a cooperativa passa a representar, o que o MST entende como a formação de sujeitos políticos. E ainda, é como se a participação política exigisse o desenvolvimento de forças produtivas para existir.

Por um lado, os assentados vão construindo formas de participação que não passam necessariamente pelo desenvolvimento das forças produtivas como condição para construção de sujeitos políticos. Uma construção que ocorre mais pelo desenvolvimento de forças sociais

e populares do que pelo desenvolvimento das forças produtivas. É neste contexto de emergência de forças sociais que se expressa o conteúdo e natureza das organizações nos assentamentos de sem-terra.

Por outro lado, como forma de dar encaminhamento a este modelo de agricultura seletivo e excludente, um amplo processo de criminalização e isolamento dos movimentos sociais, em especial o MST, foi colocado em prática. Juntamente com a inviabilização da resposta econômica dos assentamentos por meio da retirada dos créditos anteriormente conquistados como, por exemplo, o Proceca. Portanto, neste contexto de extinção do crédito especial, de investigação das cooperativas do MST por meio de CPI, de cancelamento dos convênios com o Movimento para assistência técnica (o Lumiar), houve uma necessária (re)discussão por parte do Movimento a respeito dos caminhos da organização dos assentamentos.

Desta forma, passou-se do período em que a cooperação tinha como centro os recursos e os financiamentos, para um projeto de cooperação baseado na resistência e que tem como núcleo a terra, o trabalho e a família. Vejamos o que diz a respeito do assunto o Movimento:

Esta nova fase deverá levar em conta a situação atual da agricultura brasileira e dos assentamentos. Nesta fase nós deveremos valorizar mais a mão-de-obra que os recursos e financiamentos. Voltar a reconstruir a concepção que é possível organizar as cooperativas de produção tendo como base a terra e a mão-de-obra. O crédito passa a ser complementar (MST, 2002, p. 4).

Por conseguinte, partindo desse processo cumulativo de experiências, o MST passa a afirmar a impossibilidade de avançar organizando a produção apenas numa direção: ora subsistência ora mercado. Esta análise é fruto do entendimento de que o assentado, no capitalismo, está preso a um circuito de miserabilidade imposto pela sujeição da renda da terra pelo capital, que em última instância gera uma inclusão no marco da precariedade. Desta maneira, o desafio maior passa a ser o de desenvolver uma produção para subsistência, chamada de “retaguarda econômica”, e também para o mercado capitalista, organizada de forma cooperativa que contribua para a organização social dos assentamentos e da sociedade como um todo. Assim, é pensando neste desafio que nascem indagações como: a expansão e êxito das cooperativas só são possíveis por meio da competição e acumulação no mercado capitalista? É possível um cooperativismo não capitalista no capitalismo? Quais os limites e possibilidades da Proposta de Cooperação do MST? Tais respostas ainda estão por serem dadas, contudo o caminho já está sendo traçado.

Deve-se repensar a cooperação agrícola, voltando a priorizá-la como linha política de organização da produção, buscando sempre formas mais avançadas, e ao mesmo tempo que também desenvolva formas solidárias de organização social” (MST, 2002, p. 2).

É interessante destacar que neste processo de estruturação perante a nova realidade, o Movimento também vem repensando sua própria concepção de cooperativismo, isto é, se começa a apontar a possibilidade de ter havido um “desvio economicista” no afã de conquistar o mercado capitalista. Contudo, se houve problemas eles se referem ao cooperativismo – adjetivo –, e não a cooperação – substantivo –, como explica Horácio M. Carvalho:

A cooperação desenvolvida nos assentamentos de reforma agrária teve como propósito não apenas viabilizar economicamente a pequena produção familiar mas, sobretudo, construir um homem novo eivado de valores éticos e sociais que reafirmassem a solidariedade e a convivência social democrática. Entretanto, talvez a partir de um *desvio economicista*, o *cooperativismo* (principal produto da cooperação) pode ter contribuído para gerar um produtor com aspirações pequeno-burguesas de acumulação a partir de uma suposta inserção competitiva no mercado capitalista oligopolizado de produtos agropecuários (CARVALHO, 2000, p. 4, grifo nosso).

Outrossim, mesmo após este processo cumulativo de experiências em cooperação, uma parcela considerável dos assentados tem dificuldades em aceitar a proposta de trabalho coletivo, logo que ela não reproduz necessariamente o “modelo” agrícola de produção familiar. Por conseguinte, como a base do Movimento é formada, na sua maioria, por trabalhadores rurais que, por anos a fio, alimentaram a utopia da terra para si, das decisões individuais como sinônimo de liberdade, das atitudes do crer pra ver, o Movimento enfrenta fora e dentro dos assentamentos forte oposição à proposta política/ideológica de cooperação agrícola e principalmente a implantação das formas coletivas de produzir como mostram os trabalhos de Souza (1994), D’Incao e Roy (1995) e Navarro (1996).

A produção familiar, por um longo período, foi entendida pelo MST como um obstáculo para o desenvolvimento da produção cooperativa coletiva, por entender que as relações sociais e de produção não permitiam a formação de uma organização social e política, atribuindo a este comportamento individualista os possíveis fracassos no desenvolvimento de atividades coletivas entre os trabalhadores rurais. Segundo Moraes (1996), tratava-se de um comportamento individualista com relação à gestão do assentamento, a forma de apropriação da terra e o processo produtivo no sentido mais amplo.

Todavia, há fortes indícios como já foi comentado anteriormente de uma reavaliação do próprio Movimento a acerca dos conflitos em torno da problemática assentados individuais

versus grupos cooperados coletivos. E essa reavaliação tem apontado na direção da adoção de orientações que procuram conciliar a produção de subsistência com a produção para o mercado, sem abandono do princípio cooperativo. Doravante, a postura parece ser a de maior tolerância com a diversidade de produção e organização, bem como da busca de formas de perseverar a identidade sem-terra para além dos assentamentos como, por exemplo, as CRS (Comunidades de Resistência e de Superação). Por outro lado, os assentados e, principalmente, as lideranças estão “percebendo” que, no atual contexto político e econômico, a cooperação agrícola, como forma de organizar a produção, apresenta-se como estratégia de resistência tanto à expropriação da terra quanto às regras do mercado globalizado que procura subordiná-los.

Capítulo 3

Possibilidades das Cooperativas no Capitalismo

A Cooperjus se colocou como mais uma possibilidade de existência de uma cooperativa dentro do capitalismo, porém para compreendermos melhor o escopo de atuação que as cooperativas têm urge a necessidade de demonstrar que: o surgimento teórico e prático do movimento cooperativista passou, historicamente, por um processo de construção, a partir do século XIX. Com a instalação do modo de produção capitalista, naquele século, a exploração dos trabalhadores pelos industriais, característica do modo de produção capitalista, aumentou a miséria entre a classe proletária e, ao mesmo tempo, propiciou um ambiente de busca de alternativas para a melhoria nas condições de vida de uma massa de trabalhadores empobrecida, em decorrência do crescimento industrial e do desenvolvimento capitalista. Assinalam-se as primeiras formas do cooperativismo moderno.

O processo desencadeado pela Revolução Industrial foi responsável pelo agravamento das condições de vida dos operários sendo que, a partir daí, as discussões socialistas visavam atenuar a luta de classes e conciliar os antagonismos. Assim o movimento cooperativista moderno surgiu no século XIX como movimento de reação e busca de soluções para os problemas sócio-econômicos conseqüentes do liberalismo econômico e da Revolução Industrial (DUARTE, 1997, p. 128).

Neste sentido, assim como nas formas de cooperação pré-capitalistas, o cooperativismo moderno surgiu como reação a um problema comum (neste caso, o capitalismo), traduzido na busca de uma solução conjunta. Entretanto, esta reação surgiu, a princípio, externamente à classe proletária, de cima para baixo. Parte do mundo das idéias, para ser testada em forma de modelo na sociedade real. Desta forma, se desenvolveram as teorias e experiências dos socialistas utópicos. Suas experiências foram, entretanto, importantes para a construção do pensamento cooperativista. É, principalmente, com base no conjunto das idéias e experiências dos socialistas utópicos que é gerada a cooperativa dos Probos Pioneiros de Rochdale, na Inglaterra, em 1844.

Esta cooperativa, nascida dos ideais socialistas de igualdade, surgiu, entretanto, em um ambiente capitalista relativamente consolidado. Tanto que seus princípios iniciais (por exemplo, o pagamento de juros para o capital investido) contemplavam, em parte, as diretrizes capitalistas. Desta forma, o cooperativismo surge imerso em uma condição dialeticamente contraditória: procura aplicar os princípios socialistas de igualdade, mas passa a adaptar-se ao modelo capitalista, buscando a concorrência e o lucro.

Durante o período de constituição do pensamento cooperativista, surgiram teorias e formularam-se vários debates. Para um grupo de marxistas, por exemplo, o cooperativismo não era visto separadamente do modo de produção capitalista, sendo aquele um fruto deste. Como o exposto pelo próprio Marx:

O sistema de fábrica, proveniente do modo de produção capitalista, a cooperativa operária não poderia desenvolver-se, assim como não poderia sem o sistema de crédito resultante do mesmo modo de produção (MARX et. al., 1979, p. 29).

Ou como explicado por Kautsky:

O modo de produção capitalista é o único capaz de criar as condições prévias para o estabelecimento da cooperativa; ele gera uma classe de operários para a qual não existe a propriedade dos meios de produção em caráter pessoal (KAUTSKY, 1998, p. 180).

Assim como Marx, Lênin via no desenvolvimento do movimento cooperativista uma contradição. Entendia que o cooperativismo poderia seguir duas linhas diferentes. Uma, a linha de luta da classe proletária, reconhecendo o valor das cooperativas como um instrumento desta luta, como um de seus meios auxiliares, no lugar de serem simples empresas comerciais. A outra linha seria a pequena burguesa que obscurece o problema do papel das cooperativas na luta de classes do proletariado, permite que exista um significado que vai além da luta de classes (confunde as opiniões proletárias e a luta dos burgueses sobre as cooperativas) e define seus objetivos com frases gerais que também podem ser aceitáveis para o reformador burguês, sendo este o ideólogo dos grandes e pequenos patrões progressistas.

Seguindo esse raciocínio marxista, o cooperativismo poderia ser, por um lado, um processo de superação da sociedade capitalista. Mas por outro lado, as cooperativas poderiam se degenerar em vulgares sociedades anônimas burguesas. Segundo esta corrente de pensamento, este é o abismo que separa os pólos do cooperativismo: um que caminha para a superação da exploração e outro que reforça o sistema capitalista. No mesmo sentido, para Luxemburgo (1990), o cooperativismo caminha em torno de uma condição híbrida, onde apresenta características socialistas, mas, por estar em uma sociedade capitalista, acaba adaptando-se a ela.

As cooperativas e, sobretudo as cooperativas de produção são instituições de natureza híbrida dentro do capitalismo: constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista a troca domina a produção; por causa da concorrência exige, para que a empresa possa sobreviver, uma impiedosa exploração da força de trabalho, quer dizer, a dominação

completa do processo de produção pelos interesses capitalistas (LUXEMBURGO, 1990, p. 87).

Desta forma, Luxemburgo (1990) não visualiza no desenvolvimento das cooperativas nenhum ponto a favor da construção de uma sociedade socialista. Para esta autora, invariavelmente, as cooperativas acabariam por buscar a acumulação capitalista, explorando, assim como outras empresas, a força de trabalho do proletariado. Assim, a reforma socialista baseada no movimento cooperativista se afasta da luta contra o capital da produção, quer dizer, contra o setor fundamental da economia capitalista e se concentraria em direcionar seus ataques ao capital comercial. E estas se transformariam em ações simplesmente reformistas, não proporcionando nenhuma mudança significativa no modelo de produção vigente, sendo que desta contradição morreria a cooperativa, na acepção em que se torna uma empresa capitalista.

Mas, por outro lado, Marx em sua concepção dialética das contradições, não depreciava totalmente as possibilidades das cooperativas na construção de uma sociedade socialista. Neste sentido, o movimento cooperativista indicaria algumas alternativas e instrumentos para a construção do socialismo. Estas alternativas se traduziriam em um fator de organização do proletariado, de tal forma que as cooperativas poderiam contribuir com um projeto socialista de sociedade. A dialética entre o cooperativismo e as capacidades comunais e coletivas dos trabalhadores se expressa no processo de organização e superação histórica do sistema capitalista e da luta de classes.

Ou seja, a cooperativa seria uma socialização contraditória, mas prepararia diretamente a socialização autêntica do modo de produção dos produtores e ela associados (SAN VICENTE, 2003). Segundo San Vicente, para Marx, o movimento cooperativista poderia contribuir, de várias maneiras, no sentido da construção socialista, desde o atendimento às primeiras necessidades¹³ dos trabalhadores, o que considera o mais importante, até apoio a movimentos grevistas e sociedades recreativas. Neste sentido, conforme San Vicente descreve, dentro do que Marx entendia como primeira necessidade, via no cooperativismo um movimento que trabalharia a favor da organização do proletariado. Mas para que isto fosse possível propunha duas condições prévias, a saber, a constituição inicialmente de cooperativas de produção (e não de consumo) e a amplitude global do movimento.

¹³ Como primeira necessidade Marx inclui o permanente esforço da classe operária trabalhadora para manter ou aumentar o valor de sua força de trabalho com o estudo e aprendizagem; também introduz gastos relacionados com sua formação humana, cultural e sócio-política (SAN VICENTE, 2003).

Em seu discurso no Primeiro Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1866, Marx recomenda aos trabalhadores que criem cooperativas de produção antes que de consumo, pois as primeiras, afetam a base do capitalismo, enquanto as de consumo afetam somente a superfície. Algo do qual se prescindiu para a formação da Cooperjus. Porém, este argumento é central e estratégico em toda concepção marxista do cooperativismo, que vai desde o apoio mútuo pré-capitalista até a autogestão socialista como passo prévio ao modo de produção comunista (SAN VICENTE, 2003).

A força do argumento de Marx sobre as cooperativas de produção está em que estas ajudam a minar a lógica do capitalismo, seu processo de exploração e extração de mais valia. Já o cooperativismo de consumo só afeta a repartição, a esfera de circulação, podendo apenas mitigar parcialmente a injustiça não combatendo a exploração por sua raiz (SAN VICENTE, 2003, p.08).

Como está posto, para San Vicente, Marx não descartava a possibilidade de criação de cooperativas de consumo, desde que criadas após as cooperativas de produção. Em seu pensamento, entendia que somente as cooperativas de produção seriam capazes de promover a organização do trabalhador cooperado. Entretanto, ressalta que, para que isso fosse válido, estas deveriam se apresentar em escalas maiores:

Por excelente que seja nos seus princípios e por mais útil que se revele na prática, a cooperação dos trabalhadores, enquanto permanecer limitada a um círculo reduzido, enquanto apenas alguns operários [e camponeses] se esforçarem suceda o que suceder no que lhes pertence, então essa cooperação não será nunca capaz de travar os monopólios que crescem em proporção geométrica; ela não será capaz de libertar as massas, nem mesmo de aliviar de modo sensível o fardo da sua miséria (MARX et al., 1979, p. 15).

Em outras palavras, para que as massas trabalhadoras sejam libertadas, a cooperação deveria revestir-se de uma grande amplitude. Somente assim, na concepção marxiana, os trabalhadores poderiam combater os monopólios econômicos desenvolvidos sob a lógica capitalista, pois aqueles que reinam sobre a terra e sobre o capital usariam sempre de seus privilégios políticos para a perpetuação de tais monopólios.

Marx encara o cooperativismo dentro de uma perspectiva de mudança social ao nível de sociedade global: Para que as massas trabalhadoras sejam libertadas, o cooperativismo deveria tomar uma amplitude nacional, e, por conseguinte, seria necessário favorecê-lo com meios nacionais (RIOS, 1976, p. 38).

Assim, além de considerar importante a criação *a priori* de cooperativas de produção e seu desenvolvimento em maior amplitude, por meio desta concepção, pode-se considerar o apoio do Estado para o desenvolvimento de tais cooperativas, ao contrário do que aparenta, como um fator de degeneração do movimento, já que, nesta concepção, as cooperativas

apenas têm valor enquanto criações autônomas dos trabalhadores e não se forem criadas e protegidas pelo Estado.

No entanto, com o socialismo constituído, seria necessária a intervenção do Estado na criação e fortalecimento do movimento cooperativista. E como coloca Rech (2000), analisando as cooperativas do regime socialista soviético, “as cooperativas dos países socialistas foram constituídas, de modo geral, para serem utilizadas em suprir deficiências nas economias fundadas em planejamento centralizado, sob a tutela do estado” (RECH, 2000, p. 12).

Ou como defendia Lênin:

Assim, era necessário que o Estado conscientizasse a massa sobre a importância da associação, incentivar as cooperativas com créditos financeiros, e baseado, principalmente na educação cooperativa, pudesse concluir o projeto de uma sociedade socialista. [...] deve garantir-se um certo número de privilégios econômicos, financeiros e bancários às cooperativas – é assim que o Estado socialista deve promover o novo princípio em que a população se tem de organizar (LÊNIN, 1975 apud RESENDE, 2001, p. 15).

Lênin entendia que o cooperativismo seria uma peça chave para que fosse possível a construção de um Estado socialista, mas o entendia viável apenas se subordinado a um Estado. Assim, seria necessário conceder às cooperativas, créditos estatais que superassem os concedidos às empresas privadas até que alcancem os créditos para a indústria pesada, o que com o tempo levaria à eliminação das empresas capitalistas, restando somente as cooperativas socialistas. De forma relativa, esta concepção se desenvolveu, na prática, a partir da Revolução Russa, tendo como principal exemplo a criação dos *Kolkozes*¹⁴ entre os agricultores camponeses.

De forma geral, entende-se que as teorias marxistas sobre o movimento cooperativista não foram muito extensas. Mas, foi, sem dúvida, suficiente para levantar as contradições existentes na presença desta instituição no desenvolvimento do capitalismo. No entanto, existe uma visão de que o cooperativismo, tal como se apresenta hoje, está majoritariamente relacionado às concepções meramente reformistas. Assim, como coloca Rios:

[...] as cooperativas, tal como foram constituídas, seriam instrumentos de uma política de mudança social “controlada”, isto é, só poderiam obter melhoras marginais

¹⁴ Cooperativas de produção agropecuária criadas no regime socialista soviético para a organização produtiva de alimentos. Os Kolkoses poderiam assumir três formas diferentes: a Comuna, onde eram comuns os meios de produção e os bens de consumo; o Artel Agrícola, no qual são comuns apenas os meios de produção e; o Toz, onde são comuns apenas os instrumentos de trabalho (PINHO, 1965).

(toleráveis, portanto para o sistema capitalista circundante) dentro de uma ótica eminentemente reformista (RIOS, 1976, p. 32).

Deste modo, continua Rios (1976, p. 22), “[...] o tipo de interação predominante nas cooperativas será função em grande medida das relações de produção vigentes no meio mais amplo”. De acordo com tal perspectiva, podemos entender melhor quando Marx diz que as cooperativas “[...] constituem ilhas que estão sujeitas na esfera da produção às leis da economia capitalista e que apenas nessa medida existem no oceano de relações capitalistas” (MARX et al., 1979, p. 51).

Nesta concepção, a ação compreendida no terreno econômico, pelos produtores associados em cooperativas, somente terá êxito caso seja prolongada em uma ação política dos trabalhadores por sua conta própria, cujo objetivo seja a conquista do poder político, através, é claro, das cooperativas de produção. O ponto principal está no fato de que as cooperativas devem ter capacidade de autogestionar todo o processo de produção, circulação e distribuição, segundo os critérios cooperativistas e de ajuda mútua dos benefícios obtidos. Ou seja, rompendo pela raiz a lógica da acumulação capitalista.

Considerando todo o desenvolvimento histórico e teórico do movimento cooperativista, entendemos que esta forma de organização social assume, prioritariamente, um caráter contraditório, onde apresentam pressupostos socialistas, mas se desenvolve sob a lógica capitalista de produção, como no caso descrito da Cooperjus. No entanto, considerando o sistema capitalista consolidado, nesta contradição, os pressupostos socialistas sucumbem, acabando por se transformar, eles mesmos, em instrumentos da acumulação capitalista, ao passo que promovem uma harmonização das tensões sociais.

3.1. A Reinvenção da Economia Solidária e as cooperativas do MST.

O cooperativismo dos trabalhadores passou por profundas modificações nas últimas décadas, que acabam influenciando as cooperativas do MST, assim como a Cooperjus. A partir da segunda metade da década de 70, o desemprego estrutural em massa voltou a ser uma constante na vida dos trabalhadores. Nas décadas seguintes, nos países centrais e mesmo em países periféricos, como o Brasil, ocorreu a eliminação de vários milhões de postos de trabalho formal. Ter um emprego passou a ser um privilégio de uma minoria. Os sindicatos perderam sua capacidade de lutar pelos direitos dos trabalhadores. Nesse contexto, ressurgiu, na maioria dos países e com força cada vez maior, a economia solidária. Na verdade, ela foi reinventada. O que distingue esse “novo cooperativismo” é a volta aos princípios, o grande

valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento. A estratégia da economia solidária autogestionária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção capitalista. Portanto, o avanço da economia solidária, não expressa apenas a reinvenção de uma das formas de organização dos próprios desempregados, que prescinde apoio do Estado ou de qualquer agência de fomento?

As cooperativas fomentadas pela Concrab, que poderiam servir como exemplos do novo cooperativismo, mas impregnado de velhas convicções, enfrentam dificuldades de sobrevivência relacionadas, basicamente, a duas ordens de questões. De um lado, estão as dificuldades econômicas locais, relacionadas à ausência de políticas de crédito, de subsídios e de comercialização para a pequena produção agropecuária, o que também depende da situação econômica nacional e mundial. De outro, estão as dificuldades internas e subjetivas aos cooperados, relacionadas à falta de formação para organizar o trabalho e a vida cotidiana com base nos princípios cooperativistas preconizados pelo SCA. Aparentemente, essas são questões de ordens distintas, mas, quando se examina o cotidiano das cooperativas, evidencia-se a indissociabilidade existente entre elas, como no caso da Cooperjus.

Porém, ao relacionar a economia solidária e o desenvolvimento de cooperativas do MST, uma das formas de compreensão pode nos levar a perceber as cooperativas como formas de organização dos trabalhadores, onde se criam instâncias mediadoras do relacionamento entre os cooperados e a sociedade, através das quais pode ser possível garantir as condições de sobrevivência econômica e social. Inspirar-nos-ia na idéia de que estas organizações são um combinado dinâmico de processos técnicos e sociais, estruturas onde interagem sujeitos num processo de negociação cotidiana, regido por uma lógica e racionalidade próprias e mediado por valores sócio-culturais operantes na sociedade. Como destacado por Singer (2003a), tal dinâmica pode demonstrar que:

A extraordinária variedade de organizações que compõem o campo da economia solidária permite formular a hipótese de que ela poderá se estender a todos os campos de atividade econômica. Não há em princípio um tipo de produção e distribuição que não possa ser organizado como empreendimento solidário.(SINGER, 2003a, p.23).

Dentro desta perspectiva a economia solidária é:

Um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, composto por ex-desempregados que tenham um mercado protegido da competição externa para seus produtos (SINGER, 1999, p.122).

Ainda segundo o autor:

[A] idéia básica é assegurar a cada um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, de financiamento a orientação técnica, legal, contábil etc., através da solidariedade entre produtores autônomos (SINGER, 1999, p.132).

Desta forma, a solidariedade se torna a solução racional para a viabilidade destes empreendimentos. Ou seja, interpretadas desta maneira, as cooperativas combateriam as mazelas provocadas pelo capitalismo, na medida em que serviriam para combater o desemprego, mesmo que paliativamente. Portanto seu objetivo principal é:

[...] a criação de novas formas de organização da produção com lógica ‘includora’, ou seja, capacitada e interessada em acolher sem limites novos cooperados, e que ofereça a estes uma chance real de trabalhar com autonomia e de ganhar um rendimento suficiente para ter um padrão de vida digno (SINGER, 1999, p. 122).

Estas noções da economia solidária são tanto o produto da adoção de determinados modos de organização e gestão do trabalho como, também, a manifestação de um conjunto de comportamentos, socialmente adquiridos e partilhados, que podem orientar o modo de levar a vida, sustentar a unidade do grupo, revelar o significado do universo simbólico e os valores existentes e que não estarão desvinculados de estruturas e padrões sócio-culturais mais amplos (FLEURY, M. T. L., 1989).

Esta reflexão possibilita discutir o desenvolvimento de cooperativas como estratégia de socialização para autogestão, destacando os limites das interpretações relacionadas à economia solidária como meio de crítica e solução/transição dos problemas imputados aos trabalhadores rurais sem terra.

3.1.1. As possibilidades da Cooperativa

Ao pensar a consolidação e o desenvolvimento da cooperativa, é importante ter claro em que sentido as mudanças ocorrerem. Partindo-se da concepção de cooperativa como instância mediadora do relacionamento entre os cooperados e a sociedade, isto é, uma estratégia de resgate da dignidade e dos valores humanos de justiça e equidade social, não apenas como uma estratégia meramente inclusiva de desempregados, como definido pela economia solidária. Então, o objetivo geral desta concepção é o de contribuir para a organização e gestão das cooperativas, formando o que Bogo (1999) denominou:

[...] um novo tipo de camponês que, além de novos conhecimentos e produção, estabeleça novas relações de convivência com os seres humanos e com a natureza, e sinta alegria e gosto pela profissão de produzir na agricultura. (BOGO, 1999, p. 155).

Especificamente, trata-se de desenvolver estruturas e canais de diálogo que contribuam para a formação dos cooperados, por meio da socialização de novos conhecimentos científicos e novas habilidades técnicas e sociais importantes para garantir ao trabalhador rural condições dignas de reprodução, mantendo, ao mesmo tempo, as suas raízes culturais.

Para tentar superar os desafios colocados na Cooperjus, para a organização dos trabalhadores rurais e garantir o alcance dos objetivos propostos, algumas dimensões essenciais podem estar presentes no desenvolvimento da cooperativa. A primeira delas é a política. No entanto, o papel das lideranças no processo de planejamento é, também, humano e afetivo, pois as normas e objetivos, necessariamente, estão associadas a um código de valores éticos e morais pautado pela noção de igualdade e justiça social. No caso desta cooperativa estudada, a Cooperjus, como houve uma separação entre as principais lideranças (que foram para os postos da direção do MST) e os núcleos de famílias assentadas, pudemos perceber um certo descontentamento com esta situação o que, possivelmente, acarreta uma desestabilidade na organização da cooperativa. Como destacou Bogo, para haver avanço organizativo, a disciplina passa a ser entendida como um valor, e não como peso ou obrigação.

Uma outra dimensão é de ordem técnica e científica, que possibilita a interpretação dos diferentes aspectos que compõem a vida e a história dos assentados da Cooperjus, para transformá-los em instrumentos de melhoria da qualidade de vida e garantia da organicidade. Essa interpretação pode ressaltar os aspectos significativos da realidade a partir da ótica dos diferentes grupos e não, exclusivamente, da ótica do analista. No caso da cooperativa estudada, houve um preparo anterior, na organização dos núcleos de famílias ocorreram estudos e análises coordenados pelos próprios assentados, o que pode ter motivado e criado boas expectativas para as famílias, mas que posteriormente foram frustradas, pois a direção da cooperativa, sozinha, não conseguiu implementar os tais anseios.

Entre outras questões, organizar a constituição de cooperativas significa resgatar conceitos, como os de terra produtiva, de função social da terra, de diferenciar empresa capitalista de empresa social, de estudar os nexos existentes entre tecnologia e qualificação, sem esquecer a dimensão subjetiva, através do que Boff chama de *mística* (BOFF, 1998),

considerando a cultura - como conjunto de práticas, técnicas, valores, e símbolos que sustentam a unidade do grupo e são transmitidos aos novos membros através da educação. O esforço é no sentido de superar a visão de ser humano como força de trabalho e valorizar as referências simbólicas de convivência, ou seja, os elementos – objetivos e subjetivos – presentes no cotidiano e que mantêm a unidade e a motivação do grupo.

Para atingir os objetivos desejados na constituição da cooperativa, os líderes do MST partem do conhecido pressuposto da educação popular, que fundamenta o projeto educacional do MST, isto é, o de conhecer para transformar (FREIRE, P., 1983). A natureza política do problema a ser tratado e a finalidade humanista e transformadora do projeto de organização econômica e social em cooperativas populares autogestionárias os impedem de copiar as receitas prescritas em manuais de administração e requerem que se construa a proposta coletivamente, a partir de um método próprio. O ponto de partida, nessa concepção, se torna, então, um levantamento das necessidades comunitárias, com o objetivo de apreender a história, o perfil econômico, político, social e cultural e as expectativas dos cooperados. Mais do que simplesmente levantá-las, se torna importante hierarquizá-las, de modo que o grupo possa tratá-las por ordem de importância. Além disso, se torna essencial identificar formas e estruturas de referência, reais e simbólicas, para cada geração no tempo e no espaço, para perceber o que mantém a motivação e o que pode ajudar a canalizar o potencial humano existente para o fortalecimento da unidade interna, tornando a experiência de cooperação um prazer e não um desgaste.

É necessário reconhecer a existência de relações entre valores culturais e processo de aquisição de novos conhecimentos, habilidades e comportamentos. Ao resgatar aspectos relevantes do grupo, entendido como conjunto dinâmico de relações sociais situadas no tempo e no espaço, pode-se criar as condições para o cooperado projetar e construir a sua própria existência. Não se pode falar em construir um outro modelo de desenvolvimento econômico e social sem conhecer criticamente o existente. A realidade concreta do trabalhador rural brasileiro tanto carrega a herança do colonialismo, da escravidão, da dependência e da submissão do modo de vida rural ao modelo produtivo urbano-industrial, como a tradição das inúmeras lutas sociais travadas em favor da melhoria das condições de vida no campo. É essa realidade que marca os traços gerais da cultura predominante nessas organizações cooperativas, que necessita ser conhecida para ser transformada.

Na prática, apreender o desenvolvimento de cooperativas e observar, continuamente, a dinâmica do relacionamento entre os aspectos objetivos (técnicos) e subjetivos (sócio-

culturais), na busca da compreensão dos elementos simbólicos (FLEURY, M. T. L., 1989) que possam subsidiar sua consolidação, ocorrem mais adequadamente quando se atêm às necessidades dos cooperados. Esse processo, se desenvolvido de modo participativo, já é, em si, um desenvolvimento com potencial mobilizador e organizador. Mudanças não são feitas por decreto e não há cursos e/ou treinamentos que, por terem sido puramente ministrados, levem automaticamente à mudança.

Resta, ainda, destacar três elementos, que podemos elencar em torno dos quais as possibilidades de desenvolvimento da Cooperjus podem ser efetivamente pensadas. O primeiro deles pode ser a definição coletiva de qual seria o papel que a cooperativa pretende cumprir em um determinado momento histórico e por meio do qual deseja ser socialmente reconhecida. O segundo, projetar objetivos e definir como serão dirigidos os esforços para atingí-los. O terceiro diz respeito à adoção de postura crítica em relação aos projetos e métodos de trabalho, no sentido de revisá-los sempre que ficar evidente que os objetivos não estão sendo atingidos. Na prática, essas habilidades são adquiridas ao longo do tempo, do amadurecimento, da convivência, do balanço crítico dos acertos e erros da organização, ou seja, um processo de aprendizagem que não é homogêneo entre organizações do mesmo tipo e nem mesmo entre os membros de uma mesma organização. E há que se levar em conta que o trabalhador rural brasileiro não foi preparado, formal ou informalmente, para a cooperação autogestionária, pois a organização e gestão do trabalho no campo, historicamente, sempre estiveram atreladas à lógica da grande empresa agropecuária ou da pequena produção familiar de subsistência.

Concretamente, muito pode ser feito para facilitar o processo em cada caso específico. Essas decisões, em parte, passam pelo conhecimento de cada realidade. Mas, neste caso estudado, pudemos perceber que a implementação da proposta dos Núcleos de Base de Famílias é uma instância organizativa privilegiada para criar referências reais e simbólicas de convivência social, com vistas a superar a visão do ser humano como força de trabalho, por meio do desenvolvimento periódico de atividades culturais, de lazer e convivência social, associadas à organização de grupos de estudos e à realização de debates políticos sobre temas de interesse da coletividade, tais como cooperação, meio ambiente, saúde, relações de gênero, infância e juventude, educação, entre outros temas importantes. Por meio dos Núcleos de Base de Famílias, pode se pensar a capacitação técnica dos cooperados, também, no que se refere à organização e gestão da produção, tornando-se uma possibilidade de reorganização do assentamento.

Ao descrever a situação da Cooperjus, pudemos perceber as possibilidades que se colocam para melhor organizá-la, como a possibilidade de preparar os cooperados (porque o planejamento não deve ser atividade exclusiva de líderes, mas do coletivo) para formularem e responderem perguntas, tais como: que tipos de resultados econômicos e sociais obtemos? De que modo utilizamos nossos recursos técnicos, naturais, humanos e financeiros? Quais são as potencialidades e limites, enquanto um coletivo de produção e reprodução econômica e social? Que tipos de problemas ou dificuldades nos impedem de superar os obstáculos e atingir nossos objetivos? Ao responder a essas perguntas, os cooperados identificarão os principais problemas existentes na organização. Ao se perguntarem por que os problemas acontecem, identificarão as suas causas. Ao se perguntarem sobre quais são as alternativas de solução, que conseqüências essas alternativas trazem, qual é a alternativa mais desejável e viável neste momento e o que fazer para por em prática o planejamento, os cooperados estarão planejando um processo de transição.

A ausência de uma perspectiva de transição a uma nova forma histórica na constituição da cooperativa, pode revelar uma subordinação voluntária, ou involuntária, imposta pela ordem social capitalista (igualdade política inexoravelmente vinculada à desigualdade econômica frente aos meios de produção), uma vez que permanecem inquestionados seus elementos constitutivos fundamentais: o mercado e a expropriação do trabalho alheio. E, aqui, estamos nos referindo à ausência de medidas e propostas de uma perspectiva com longo prazo das transformações, necessárias, no entanto, para que as conquistas democráticas não se restrinjam às reivindicações já realizadas pelo Estado democrático, conforme referência crítica de Marx ao Programa de Gotha (MARX, 1974, p. 30). Ou que se constituam em “falsas mediações”, “constantemente produzidas pela ordem estabelecida de tal modo a integrar as forças de oposição” (MÉSZÁROS, 2002, cap.13).

3.1.2. Os limites da economia solidária no que tange ao desenvolvimento de cooperativas do MST

Em síntese, espera-se, com isso, atingir o objetivo maior que é o de possibilitar aos cooperados a oportunidade de refletirem, criticamente, sobre a realidade, desmistificá-la e proporem, coletiva e autonomamente, encaminhamentos e soluções adequadas para superar os problemas.

Desta maneira, ainda ressaltando que para estas propostas se viabilizarem, como destacado por Singer (1999), será necessário um amplo espectro de possibilidades, quais sejam:

[...] crédito solidário, formação profissional e aperfeiçoamento técnico continuado, além de serviços comunitários, como instâncias de arbitragem de disputas, câmaras que facilitem o entrosamento de empresas complementares das cadeias produtivas (por exemplo, entre confecções de produtores e varjistas) (SINGER, 1999, p.124).

Portanto, Singer deixa subentender que os empreendimentos econômicos solidários são, necessariamente, empreendimentos econômicos que passam a integrar uma rede de produção, circulação e consumo próprios e, portanto, distinta daquela formada pelo ciclo econômico da economia de mercado. Desta forma, Singer faz supor que o fator que caracteriza um determinado empreendimento como econômico solidário é meramente estratégico, isto é, estar inserido numa rede de economia solidária, por estruturar-se em uma lógica distinta da lógica capitalista, mas coexistindo em conformidade com esta lógica.

Assim, resguardadas particularidades, este tipo de compreensão limita o espectro de possibilidades que as cooperativas do MST representam, como possibilidades concretas de superação/transição da lógica capitalista, por não se colocarem em uma situação de coexistência de modos de produção, mas lutarem pra que se altere esta lógica capitalista.

E, ainda, potencializar as organizações econômicas, como a Cooperjus, é um desafio que vai além da concessão de créditos e da capacitação para a produção e o gerenciamento de um empreendimento solidário inserido numa economia de mercado que imprime permanentemente a competitividade. Este limite está na própria estrutura da grande maioria destes empreendimentos, que apesar de serem associativos e autogestionários exercem práticas apenas paliativas, onde a busca de viabilidade econômica com ausência de um projeto político mais amplo, faz com que muitas cooperativas acabem assimilando a dinâmica destrutiva do mercado capitalista, tentando – quase sempre, de forma muito precária – adaptar-se a ele.

O esforço empregado foi no sentido de refletir sobre a complexidade contida no desenvolvimento da Cooperjus e, por fim, ressaltarmos ainda que a questão não deve ser apenas tratada na perspectiva da construção coletiva, como na perspectiva da economia solidária, imputando ao grupo todas as responsabilidades sobre os resultados inesperados. É preciso levar em conta que, por meio da Cooperativa, os assentados, independente de como estabelecem suas relações internas, relacionam-se com a sociedade, que continua exercendo

pressões de todos os lados: são os comerciantes, que vendem mais caro; são os atravessadores, que levam fiado; são os freqüentes assaltos, que desencorajam muitos assentados; são as pressões do mercado, em geral, do técnico do Incra e até dos próprios pesquisadores. E, sobretudo, levar em conta que não há receita pronta. São as experiências de tentativas e erros que podem resultar em uma receita autêntica. Esse fato é suscetível de ocorrer, sobretudo com as formulações mais audaciosas, que associam a economia solidária a um novo modo de produção, não-capitalista (TIRIBA, 1997; SINGER, 2003a; VERANO, 2001), quer pela insuficiente explicitação conceptual das mesmas, quer porque tendem a não serem vistas como problematizações do tema, ou hipóteses revisáveis, mas sim como respostas seguras, chancelando tomadas de posição e juízos definitivos.

3.2. O Socialismo com Autogestão

A autogestão é uma idéia, mas antes de tudo é uma prática social e política. Assim, um “Projeto Histórico”, de transição, que pode ser definido como o conteúdo real de um modo de produção socialista, que sucede ao modo de produção capitalista. É, também, uma linha de mobilização dos trabalhadores e cidadãos, uma estratégia política para as conjunturas históricas, como perspectiva imediata. Nesta perspectiva, a autogestão retoma a idéia de Rosa Luxemburgo, da “Experimentação Social”, da articulação da idéia autogestionária com as experiências concretas. É agindo coletivamente que as massas aprendem a se autogerir. Não há outro meio de apropriação crítica da ciência.

Nesse sentido, a sociedade autogestionária é uma sociedade de experimentação social, que se institui e se constrói por si mesma. A autogestão é um método e uma perspectiva de transformação social. É um movimento, produto da experiência de vitórias e de derrotas; é um amplo processo de experiências em todo o conjunto da vida social. O direito à experimentação é o fundamento da autogestão. O direito à experimentação deve ser a primeira tarefa de um Governo que defende a perspectiva da autogestão. Mas o direito à experimentação coletiva de novas formas de vida e de trabalho não pode se construir “de cima”, a partir de iniciativas do Estado. A economia solidária e a autogestão se constroem a partir das iniciativas da sociedade civil, nas empresas, nos bairros, nas municipalidades.

Consoante com esta perspectiva, Singer (1998) afirma que “os praticantes da economia solidária foram abrindo caminhos pelo único método disponível no laboratório da história: o de tentativas e erros”. Nesta obra, o autor expõe as possibilidades da proposta socialista:

Como estamos longe de ter no mundo formações sociais em que o modo de produção socialista seja hegemônico, a implantação de cooperativas e outras instituições de cunho socialista é um processo que poderá ou não desembocar numa revolução socialista. Trata-se, portanto, de uma revolução social em potencial, cuja culminação ou “vitória” é uma possibilidade futura (SINGER, 1998, p.54)

A proposta autogestionária tem por eixo que a ação socialista deve ter por horizonte o princípio da “Autogestão Máxima” na vida social e comunitária. Nesse sentido, alguns eixos são fundamentais na redefinição da democracia socialista: - um Governo de esquerda no poder e, - um movimento social que coloque em prática a autogestão. A sociedade contemporânea, moderna e complexa, exige como alternativa um tipo de socialismo com base em um novo tipo de instituições comunais, cooperativas e coletivas, com a plena prática democrática do debate livre, assembleias e candidaturas livres e decisões democráticas. O princípio do “Máximo de Autogestão” tem por desafio principal a criação de formas diretas de poder popular, em vários níveis: no campo industrial e profissional, ao desenvolver formas de democracia interna, nos locais de trabalho, associadas a novas formas do processo democrático na economia, na educação, na política social e na cultura.

Nessa perspectiva, experiências históricas levam a rejeição de três alternativas sociais: a democracia liberal, o capitalismo de Estado e o socialismo de Estado. Por outro lado, a alternativa socialista, que tem por base a autogestão, apresenta três outras possibilidades para a transição: 1) A socialização dos meios de produção, implicando a abolição da propriedade privada dos recursos produtivos e sua substituição pela propriedade social, ou seja, a autogestão social; 2) A socialização do poder político, a participação dos cidadãos livres e iguais na formação coletiva de uma vontade política e no exercício direto da autoridade, ou seja, a democracia direta; 3) Enfim, a transformação do mundo das relações intersubjetivas, no sentido da afirmação da solidariedade, ou seja, a revolução cultural do cotidiano.

Por fim, vale ressaltar o visionário Kurz (1997) que, ao nos lembrar de um sonho ultimamente apagado, faz acender a velha chama de que é possível construir um novo mundo:

Existe um sonho característico da modernidade: o sonho da emancipação social, da autodeterminação do homem, de uma produção autônoma da vida. Ao mesmo tempo, o processo histórico da modernização destruiu a economia agrária, deu livre curso à produção de mercadorias e transformou todas as relações sociais em relações monetárias. Instituições pouco desenvolvidas, como Estado e o mercado, tornaram-se formas híbridas e começaram a preencher todo o espaço social. O que foi feito do sonho da emancipação social? (KURZ, 1997, p.151).

Uma de suas considerações sobre a resposta a esta pergunta pode ser relacionada com as situações por quais passa o MST:

Antigos marxistas preferem capitular diante do neoliberalismo a superar a criticamente seu próprio passado. Talvez seja mais refinado surpreender os neoliberais militantes com a seguinte resposta: vocês têm razão, a iniciativa pessoal e a organização descentralizada são tão superiores aos dinossauros do estatismo como Davi é superior a Golias; mas quem me diz que a alternativa deve assumir feições comerciais? As organizações sem fins lucrativos e as ONGs não podem restringir-se às atividades locais, pois hoje já formam uma rede internacional. Talvez o futuro esteja nas mãos de uma 'economia natural microeletrônica', fundada em vínculos cooperativos. (KURZ, 1997, p.157).

3.4. Problemas resultantes das possibilidades de transição

A intenção, nesse item, é aprofundar as possibilidades que se colocam para a cooperativa, que se encontra numa condição de subsunção de seus princípios cooperativas e, portanto, coloca a necessidade de repensar formas de transição nas relações sociais. Nesse sentido, se torna primordial aprofundar a discussão existente sobre a categoria modo de produção.

A tarefa que propomos impõe um tratamento das categorias e da teoria da transição em Marx, para seu confronto com os resultados apurados nesta pesquisa. Há uma riqueza pouco conhecida na teoria da transição de Marx, fazemos aqui uma tentativa de explorar essa riqueza. Suas conclusões nos levam a contradizer, parcialmente, a tese do novo modo de produção, antes evocada por vertentes dos defensores da economia solidária e do desenvolvimento sustentável.

Para Marx, a categoria modo de produção não tem um sentido unívoco. Compreende variadas formas, como o modo de produção simples, em que o trabalhador é o proprietário dos meios de produção, os põe em movimento, individualmente ou em diminutas unidades de produção, geralmente familiares, e negocia seu produto em condições que fogem à sua lógica e domínio. A categoria de modo de produção diz respeito, principalmente, à totalidade histórica, entendida como o conjunto de relações que vinculam os indivíduos e grupos ao processo de produção, no sentido amplo de suas condições materiais de existência, compreendendo, igualmente, a circulação e troca dos bens materiais (GODELIER, 1981, p. 174-5). Compreende a maneira pela qual cada sociedade é estruturada, pela qual são providas as suas necessidades materiais, em um dado estágio do seu desenvolvimento. Por conseguinte, a defesa de uma alternativa econômica (como as cooperativas do MST) sustenta-se em evidências de que, no modelo alternativo proposto, tais relações adquirem outro caráter e

possuem chances reais de vigência histórica, ou seja, refletem interesses subjetivos dos trabalhadores e respondem a condições objetivas de viabilidade e perduração.

Assim, somos levados a entender as cooperativas do MST como expressão de uma forma social de produção específica, contraposta à forma típica do capitalismo e da economia solidária e, no entanto, com elas devendo conviver, para subsistir em formações históricas ditadas pelo modo de produção capitalista. Nos dias atuais, as inovações principais que a nova forma traz e mostra-se capaz de reproduzir concentram-se no âmbito das relações internas, dos vínculos mútuos que definem o processo social imediato de trabalho e de produção dos empreendimentos autogeridos. Essa forma específica de organizar a produção e a comercialização não reproduz, em seu interior, as relações capitalistas, no melhor dos casos, as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento.

Para além das cooperativas do MST, iniciativas de grande interesse estão aparecendo, como as redes e clubes de troca, as cooperativas de crédito e outras, alternativamente à lógica mercantil do dinheiro e das trocas em geral, porém de modo ainda experimental, suplementar e subsidiário em muitos casos. Os argumentos de Singer, em defesa das mudanças propostas pela economia solidária, a melhora significativa nas condições de vida, advinda do trabalho numa empresa autogestionária (SINGER, 2003a, p. 18), em verdade, dimensionam a transformação social, paulatinamente, em longo prazo, o que retira de perspectiva, entender a alternativa solidária, como a um novo modo de produção, para além do capital, no sentido abrangente e profundo que o termo contém.

Por meio dos exemplos de autogestão e cooperação, praticados nas associações que se multiplicam nos assentamentos rurais, sob forma de cooperativas agropecuárias, cooperativas de serviços e outros formatos associativos, em que a socialização da terra e do trabalho, quando em graus avançados, rompe com a lógica e a tradição da pequena produção familiar e introduz vínculos de outra natureza entre os trabalhadores rurais (agora, assim chamados); modifica-se, portanto, a forma social de produção. Contudo, na grande maioria dos casos, a base técnica, derivada do estado das forças produtivas, permanece intocada ou superficialmente alterada, ao menos por um certo tempo; o modo material de produção não difere daquele empregado antes pela economia familiar, sobretudo quando essa incorpora uma parcela razoável das inovações tecnológicas promovidas pelo capitalismo.

Não obstante, como dizia Marx, é no seio da velha sociedade que se geram as novas condições materiais de existência. Não é necessário que a mesma esteja exaurida para dar curso à dialética entre as forças produtivas e as relações de produção. Pode ocorrer, ainda, que formas essencialmente não capitalistas sejam representadas como se o fossem, pelo efeito de dominação ideológica do modo de produção dominante.

Nestes termos, a transição significa uma passagem de uma sociedade estruturada sobre um modo de produção determinado, incapaz de se reproduzir como uma outra sociedade, que seria definida por outro modo de produção. Não se resume, portanto, a mudanças momentâneas ou setoriais, mesmo as de caráter evolutivo, cujo efeito ordinário é um novo acomodamento à ordem vigente, como praticado pela economia solidária. Apenas em circunstâncias especiais, tais mudanças podem criar as condições de superação daquela ordem, na medida em que sua resultante seja o incremento das possibilidades, internas ou externas, à reprodução do sistema econômico que sustenta aquela ordem, combinado ao aparecimento de bases substitutivas, geradoras de uma nova formação social.

A categoria central utilizada por Marx, que nos ajudaria a pensar as possibilidades de transição, é a categoria de “fetichismo”. Com isso, Marx mostra que a aparente racionalidade da modernidade capitalista, de certo modo, só representa a racionalidade interior de um sistema objetivado: uma espécie de crença secularizada em coisas, a qual se manifesta nas abstrações tornadas palpáveis do sistema de produção de mercadorias, de suas crises e resultados destrutivos para o ser humano e para a natureza. Na autonomização da economia, na fetichização de trabalho, valor e dinheiro, opõe-se, aos seres humanos, a sua própria sociabilidade, enquanto poder alheio e externo.

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles entre os produtos do seu próprio trabalho [...] Uma relação social definida, estabelecida entre homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer à região nebulosa da crença [...] Chamo a isto de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 1988, p.81)

A situação consiste em que essa autonomização destruidora das coisas mortas, economizadas, tomou a forma da obviedade axiomática. Com seu conceito de fetiche, que ele também estende para Estado, política e democracia, Marx produz o que todo grande

descobridor produz nas coisas humanas: ele transforma o aparentemente simples, o cotidiano, a “dimensão silenciosa” do óbvio, no alheio, no carente de explicação.

Marx, ao retirar a modernidade de sua posição de rainha dentro da História, não justifica e idealiza, como os críticos meramente reacionários da era moderna, as relações das sociedades agrárias pré-modernas, mas sim, pelo contrário, insere a era moderna no contexto de uma história social de sofrimentos da humanidade, uma história não suprimida, insere-a no horizonte de um ainda válido “*ya basta*”.

Quando Marx examina a História como um todo, no sentido do conceito hegeliano, voltado para o materialismo, de desenvolvimento e progresso, ele o faz com o conceito de uma “História das lutas de classe”: ele só projeta, portanto, o processo de desenvolvimento e imposição intercapitalista para toda a História existente até o momento. É só com o conceito de fetiche empregado por ele que se torna possível denominar, em um nível teórico de abstração mais elevado, uma comunidade de todas as formas sociais surgidas até então, produzida não apenas por meio de retroprojeções da era moderna: por mais diferentes que as suas relações possam ter sido, nunca houve sociedades autoconscientes, que pudessem decidir livremente sobre o emprego de suas possibilidades; sempre só houve sociedades que foram monitoradas por meios fetichistas dos mais diferentes tipos (rituais, personificações, tradições determinadas pela religião etc.). Sob essa ótica, dever-se-ia falar de uma “história das relações de fetiche”. O moderno sistema de produção de mercadorias, com a sua economia autonomizada, representa apenas uma forma do fetichismo social, cega, alienada, por meio de sua própria dinâmica. Ou seja:

O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.

Este fato nada mais exprime senão: o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o que se fixou num objeto, fez-se coisal, é a objetivação do trabalho. A efetivação do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado-econômico como desefetivação do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento, como alienação. (Marx, 1982, apud Ranieri, 2001, p.457-8).

A hipotética redução de complexidade das relações sociais, por meio desse metabolismo social capitalista, que sempre representou mais ideologia que realidade, mais alienação do que conscientização, novamente se transforma em destruição, desta vez, travestida em terrorismos de todas as partes. Também por essa razão, o salto é tão grande e rodeado de temores. Mas as relações de crise, que se tornaram reconhecíveis através de sua

contínua evolução, reclamam implacavelmente: desde a “mão invisível” do culto aos ancestrais até à “mão invisível” do mercado capitalista mundial, ainda poderá surgir uma transformação social. No lugar de um meio cego, pode surgir um processo decisório socialmente controlado, organizado por instituições autodeterminadas (não estabelecidas *a priori*), para além de mercado e do Estado.

Como nos descreveu Mészáros (2002, cap 24):

A ‘força das circunstâncias’ que tragicamente constrangeu e determinou o carácter do esforço de transição como uma operação de manutenção é uma coisa, a necessidade de uma transformação social radical em escala global é bem outra. Nesse sentido, a necessidade, hoje, de uma teoria compreensiva da transição aparece na agenda histórica da perspectiva de uma ofensiva socialista, baseada em sua atualidade histórica geral, em resposta à crescente crise estrutural do capital que ameaça a verdadeira sobrevivência da humanidade.

Com o desenvolvimento do capitalismo, este submete ou mantém reclusas outras formas sociais de produção, como as cooperativas do MST. Para estas, às vezes, a única saída é adotar a base material moderna, oferecida como mercadoria, e curvar-se ao capital comercial e financeiro, do que temos um exemplo cabal nos pequenos produtores rurais integrados à agroindústria. Nesse caso, uma outra forma social de produção se reproduz sobre uma base material capitalista, o que propicia a contradição dos meios de produção e das relações de produção, assim ela não consegue se desenvolver por si própria, sendo por essa base coagida. Trata-se de uma subsunção, que deixa as formas sociais alternativas de organização da produção em situação de instabilidade, ao sobreviverem no interior do modo de produção capitalista, as desnorteiam de seu viés político tornando-se inaptas para corresponderem à lógica capitalista, vindo então a dissolverem-se ou a desfigurar-se, por sua incapacidade de reprodução. Contradições não faltam ao capitalismo, mas isso tampouco significa que esteja em colapso, ou que haja fatores que impeçam sua entrada em uma crise agônica, reiterativa Kurz (1992), incapaz de dar lugar, por um longo tempo, a outras formas promissoras, livres daquelas contradições.

Nas condições atuais, colocamos em pauta a categoria de práxis: apenas uma nova prática – uma nova inserção no mundo do trabalho – pode gerar uma nova maneira de pensar e provocar, sucessivamente, novas mudanças na prática. Esse é um requisito que levamos em conta ao pesquisarmos as experiências cooperativistas dos trabalhadores rurais atualmente em curso, motivando a busca das possibilidades de superação e recriação de um novo mundo. Ainda ressaltamos que o êxito das possibilidades de transição não significará que os empreendimentos estejam em vias de sobrepular as empresas capitalistas, tornando-se

disfuncionais ao sistema econômico para, a seguir, colocar em risco ao próprio capitalismo. O papel possível não é apenas o de dar a prova de que a autogestão não é inferior à gestão capitalista no desenvolvimento das forças produtivas (SINGER 2003a, p. 28). Outrossim, colocar a prova de que é possível criar outras possibilidades da existência da vida que não dentro da forma capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elucidação das questões relacionadas às possibilidades de transição/superação desse modo de produção pode interessar, não somente aos que queiram obter uma emancipação social, porque dentro do capitalismo uma emancipação social poderia interessar a grande maioria da população sem condições de vida no mundo. O aspecto central está em que, mesmo que haja a institucionalização de distintas experiências, limitando suas possibilidades, em todas elas há grandes aprendizados e, por que não, soluções para a vida dos trabalhadores.

Nesse sentido, o texto procurou abordar o processo evolutivo da cooperativa Cooperjus, a fim de entender e explicar os processos e dificuldades organizativas presentes nesse tipo de experiências, com vistas a identificar as possibilidades e limites desse tipo de experiência. No que se refere à organização social e política do assentamento, pudemos perceber que a cooperativa se encarrega de organizar a produção e os núcleos de base no assentamento, promovendo a organização de sua base social. Além da cooperativa se tornar força econômica coletiva, é mais uma ferramenta de luta e resistência no embate de projetos na sociedade. A Cooperjus foi uma importante organização social e econômica, que supriu muitas necessidades das famílias assentadas nos assentamentos de Abelardo Luz, possibilitando sua auto-suficiência e, também, sua permanência na situação de trabalhadores rurais. A mesma resolveu os problemas urgentes e imediatos destas famílias, antes de seu fracasso econômico.

Outrossim, frisamos que as estruturas econômicas pertencentes à Cooperjus apresentavam algumas deficiências, no que se refere à quantidade para atender a demanda por produtos agropecuários existente na região. Aparentemente, percebemos que as linhas de produção adotadas tinham condições de atender as demandas mais urgentes, se houvesse um bom gerenciamento de cada uma delas. Em seguida, notamos que a maioria não se viabilizava economicamente e, portanto, não foi simplesmente a questão administrativa que propiciou uma crise na cooperativa, mas também as condições e a maneira de implementação na qual a organização cooperativa e os trabalhadores rurais estão inseridos.

E, ainda, pudemos perceber que a maior dificuldade encontrada foi, efetivamente, a manutenção e organização da própria estrutura criada para a implantação da cooperativa. As políticas empregadas, tanto pelo MST como pelos governos federais, estaduais e municipais, minaram as possibilidades de consolidação da cooperativa. Por meio de empréstimos, os bancos estaduais e federais, financiaram a construção, as lavouras e as máquinas, mas

impondo uma taxa de juros que, em longo prazo, se tornou o maior empecilho para a manutenção da cooperativa. Além disso, os cooperados continuaram buscando solucionar a falta de crédito por meio do apoio de políticas públicas. Assim, observamos como uma solução se transforma num problema.

Atualmente, a Cooperjus ainda encontra-se paralisada. Os assentados contam com uma direção, para que seja possível garantir a existência da mesma pelas vias legais, apenas para que a cooperativa não entre em processo de liquidação. Essa direção, juntamente com outras pessoas preocupadas com a organização dos assentamentos, vem debatendo e estudando a possibilidade de reestruturação da Cooperjus, mas não tem conseguido êxito. De fato, por motivos políticos, no interior dos assentamentos, há rejeição em relação à Cooperjus, por parte dos assentados. Estes assentados já passaram por diversas experiências de trabalho cooperado, como em mutirões e outras associações, portanto, ao compararem tais experiências, não se colocam como fundamentais as possibilidades criadas pela Cooperjus.

De acordo com o relatório de auditoria, a cooperativa tem uma dívida com setores privados que ultrapassa a casa dos milhares de reais. A cooperativa também tem dívidas com o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera). Do crédito que resta à cooperativa, pouco pode ser cobrado, já que a maior parte é de vendas a fiado, anotadas em cadernos que não têm valor jurídico. Há outros altos custos, como para manutenção, energia elétrica, telefone, borracharia, sendo que sua estrutura não viabilizava receitas para cobrir estes custos. De fato, os cooperados não assumiram a fiscalização do destino dos recursos. O prejuízo financeiro da cooperativa foi se tornando insustentável nos últimos anos de vida da Cooperjus (de 1998 a 2000), o que mais tarde veio a fortalecer seu fracasso.

Portanto, além da aparência, não é a falta de administração que deteriorou a situação da cooperativa. Esta não é apenas resultante da ação inexperiente em administração ou gerenciamento dos quadros militantes ou de métodos inadequados para avançar na realização da cooperação. Os seus limites são de ordem interna e, sobretudo, externa às organizações voltadas para a autogestão e derivam das condições nas quais estas experiências estão inseridas.

Desde a gênese até a crise da Cooperjus, ela se evidencia como natimorta, não ocasionada devido à ausência de políticas públicas inexistentes ou insuficientes. As políticas públicas, do governo federal, estadual ou municipal, estavam presentes desde os primórdios da cooperativa, mas ao invés de solucionar os problemas enfrentados pelos cooperados,

minaram as possibilidades de consolidação da cooperativa. Isso se tornou evidente diante dos empréstimos cedidos pelos bancos estaduais e federais, que acenaram para o crédito fácil na construção de uma cooperativa, a constituição das lavouras e a aquisição das máquinas, mas impuseram uma taxa de juros que, em médio prazo, “sangrou” a vitalidade da cooperativa.

Outro fator externo que dilapidou a Cooperjus, foi a relação com o Incra, gerando desgastes nas relações políticas municipais, estaduais e federais. A pior crise deu-se no momento do acordo que comprometeu a Cooperjus a repassar os recursos de projetos de investimento para o assentamento Capão Grande (também em Abelardo Luz, ver anexo II). Após ter repassado os recursos, os técnicos do Incra realizaram vistorias e constataram que os projetos não tiveram os investimentos de acordo com o que os mesmos estabeleciam, levando o órgão a não liberar as parcelas restantes.

Nas relações entre o Incra e os assentamentos do MST, o corte nas negociações de liberação de recursos, para financiar as produções em assentamentos rurais de reforma agrária, não foi casual nem isolado, mas faziam parte da agressiva política do governo federal contra o MST, era apenas uma das medidas em execução. Ainda temos que ressaltar que, a CCA-SC repassava dinheiro para a Cooperjus, não para o MST. Porém, como a Cooperjus não conseguiu consolidar-se como uma cooperativa autogerida, voltada para executar os serviços a que se propusera, fez-se uma luta social acirrada no controle deste recurso.

Além disso, a cooperativa enfrentou problemas externos e de luta de classes. A concorrência com outras empresas e cooperativas tradicionais da região revelaram uma significativa luta pelo poder econômico e político local. A Cooperjus foi relevante ferramenta econômico-política na região. Este é outro aspecto que contribui para dificultar a ação da cooperativa, pois os latifundiários se articularam contra a Cooperjus, gerando uma acirrada disputa pelos recursos municipais. Enfim, exprimindo de forma mais clara a luta de classes, entre os proprietários dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho.

A falta de outras formas de cooperação (como, por exemplo, os mutirões e as roças comunitárias) para dar sustentação e resistência à cooperativa foi um dos fatores que também contribuiu para fragilizar a organização da Cooperjus. Como é um dos objetivos das CPSs desenvolver, fortalecer e massificar outras formas de cooperação, além de tentar resolver outras relações de produção, estas formas de cooperação é que poderiam dar a sustentação para as cooperativas de serviços. Onde as CPSs, conseguiram fortalecer e organizar outras formas de cooperação, como as Cooperativas de Produção Agropecuária, os grupos coletivos e semi-coletivos, as associações e outras formas de cooperação nos assentamentos, onde essas

formas de cooperação conseguiram avançar, as CPSs, com vários limites, conseguiram se viabilizar.

As cooperativas, para o MST e para os assentados, não são um fim em si mesmas, mas meios para alcançar fins. Elas tornam-se mecanismo de sobrevivência por mais tempo no meio rural, dão mais força política e barganha aos assentados e ao MST, mas ao mesmo tempo, reproduzem o modo excludente de produção ao qual os próprios assentados já foram vítimas. Tenta-se algo novo, mas baseado no velho.

Ao descrever a situação da cooperativa, pudemos perceber as possibilidades que se colocam para melhor organizá-la e as possibilidades de preparar os cooperados. Apesar dos dilemas e desafios enfrentados, o assentamento ainda resiste. Sua viabilidade econômica é colocada a prova a todo o momento, sem deixar de reafirmar seus princípios coletivistas, que se mantêm mais por um passado de lutas em comum, pela estrutura organizativa e pela conscientização por meio da vinculação com o MST, do que por exigência da base produtiva dos assentados.

Suas possibilidades são limitadas, pois estas experiências, inseridas no modo de produção capitalista, exprimem contradições ao mesmo tempo em que as contestam. E é assim que está sendo construída a possibilidade de transição social na forma de assentamentos do MST. Ou seja, no contexto da sociedade capitalista atual, na medida em que se impõe como entraves, também abre possibilidades para a construção de novas experiências, ainda que estas se demonstrem como possibilidades contraditórias. Ao comporem o MST, procuram alternativas para sua sobrevivência, destacando-se este como uma das únicas alternativas coletivas vigentes capazes de concretizar suas aspirações. E, talvez, aí esteja seu maior trunfo e desafio, ao assumir que o desenvolvimento da cooperativa não é avaliado somente pelo volume de produção, isto é, assume-se seu papel de desenvolvimento social e político do meio rural brasileiro. A liberação de militantes para desenvolver lutas nas “frentes de massa”, com organizações de ocupações de terras em outras regiões, é um exemplo desta perspectiva política, implícita na concepção de cooperativa. E impõe-se como o desafio primordial do MST, isto é, a necessidade de expandir cada vez mais a organização dos sem-terra.

Portanto, há vários caminhos a serem percorridos para enfrentar a crise da Cooperjus, uma entre muitas outras cooperativas em dificuldades operacionais. Vale frisar, uma vez mais, que a autogestão cooperativa não é inferior à gestão capitalista da cooperativa. É uma outra gestão capaz de criar novas possibilidades de experiências que, desde os socialistas

utópicos aos teóricos que procuram fundamentar o ressurgimento do movimento cooperativo enquanto possibilidade de emancipação social, vêm instigando a compreender.

Podemos apontar uma dentre outras possibilidades, refere-se ao método de fundar cooperativas, ao fazer uma avaliação deste método, possibilitará aprofundar as discussões relativas aos mecanismos utilizados para implementar e consolidar cooperativas. Podemos esclarecer que o método utilizado para constituição da Cooperjus é ultrapassado, portanto colocamos como uma das possibilidades para o desenvolvimento de cooperativas no MST, encontrar outras formas de organizar a produção e os serviços dentro dos assentamentos, as cooperativas sendo consequência dessa organização. Um melhor aprofundamento seria comparar as experiências que foram adotados os mesmos procedimentos, mas estão dando bons resultados. Exemplo a Cooperoeste em São Miguel do Oeste.

Finalmente, gostaríamos de frisar que o mais importante de tudo isso, é ter em vista a categoria de práxis: apenas uma nova prática pode gerar novas idéias e provocar, sucessivamente, novas mudanças na prática, criando novas experiências para uma possível transição. Esse é o requisito básico, posto nas experiências cooperativistas dos trabalhadores rurais atualmente em curso, que nos motiva na busca das possibilidades de cumprimento das exigências da práxis para a transição.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. A. & PAULINO, E. T. *Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações*. Londrina: Revista do Departamento de Geociências, v. 9, n. 2, 2000.
- AUED, Bernardete. W & FIOD, Edna Maciel. *Origens Sociais dos Movimentos Rurais em Santa Catarina*. In: Célia Regina Vendramini. (org.). *Educação em Movimento na Luta pela Terra*. Florianópolis: EDUFSC, 2002
- AUED e CHAVES. *O desemprego não é inexorável*. Florianópolis: Revista Plural, APUFSC, 2003
- AUED, B e outros. *Origens Sociais do Cooperativismo*. Florianópolis, 2003 (Texto de apoio)
- BOFF, L. *Alimentar nossa mística*. In: MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (org.). *Mística – uma necessidade no trabalho popular e organizativo*. São Paulo, MST, 1998, p.20-46. (Caderno de Formação n. 27)
- BOGO, A. *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999, 160p.
- BOURDIEU, CHANBOREDON e PASSERON. *A profissão de sociólogo*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BURLAMAQUI DA CUNHA, L. *Sociologia Econômica, Instituições, e a Perspectiva Evolucionária na Teoria Econômica: A Recuperação de um Diálogo*. Texto apresentado no XXI Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1997.
- CARVALHO, Horácio M. *Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil*. Curitiba: NEAD, 1998.
- CARVALHO, Horácio M. *A crise de identidade dos pequenos produtores rurais familiares: possibilidades de superação*. Curitiba, 2000. (prelo)
- CARVALHO, H. M. *Comunidade de resistência e superação*. Curitiba: Gráfica e Editora Peres Ltda., 2002.
- CHAYANOV, Alexander V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

- CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. *O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades*. Curitiba: UFPR, 2000.
- CONCRAB – MST. *A Cooperação Agrícola nos Assentamentos*. São Paulo: Concrab, 1993. (Cadernos de Formação, n. 20)
- CONCRAB – MST. *Cooperativas de Produção*. São Paulo: Concrab, 1994. (Cadernos de Formação, n. 21)
- CONCRAB – MST. *Perspectivas da cooperação agrícola nos assentamentos*. São Paulo: Concrab, 1995. (Cadernos de Cooperação Agrícola, n. 4)
- CONCRAB – MST. *Quatro Anos Organizando a Cooperação*. São Paulo: Concrab, 1996.
- CONCRAB – MST. *Sistema cooperativista dos assentados*. São Paulo: Concrab, 1998.
- CONCRAB – MST. Caderno de Cooperação Agrícola nº08 - *A Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola no MST (1989 a 1999)*. São Paulo: Concrab, 2000.
- DALMAGRO, Sandra Luciana. *Trabalho, Coletividade, Conflitos e Sonhos: a formação humana no assentamento Conquista na Fronteira*. Florianópolis: CED/UFSC, 2002. Dissertação de mestrado em Educação sob orientação de Célia Regina Vendramini.
- D'INCAO, Maria C.; ROY, Gérard. *Nós, Cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ENGELS, F. *Dialética da Natureza*. Rio de Janeiro: Presença, 1974.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERREIRA, Ângela Duarte. *Agricultura e a razão agroalimentar: a regra da contratualização*. In: GREEN, Raúl H. e SANTOS, Roseli Rocha. *Brasil um sistema agroalimentar em transição*. CREDAL-IHEAL. Paris. 1993.
- FLEURY, M T. L. et al. *Cultura e poder nas organizações*. S. Paulo, Editora Atlas, 1989. 170p.
- FREIRE, P. *Extensão ou Comunicação?*. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983. 93p.
- GODELIER, M. *De um modo de produção a outro: teoria da transição*. Paris: Revista de Estudos Sociológicos, vol. 2, 1981.

GONÇALVES, Belchior V. *A Lógica da Construção das Cooperativas de Prestação de Serviços – CPSs*. São Paulo: Concrab, 1999.

GOODMAN, D; SORJ, B. & WILKINSON, J. *Da Lavoura às Biotecnologias*. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda. 1990.

GORGER, Frei Sérgio A.; STEDILE, João P. (orgs.). *Assentamentos: resposta econômica da Reforma Agrária*. Petrópolis: Vozes, 1991.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KURZ, Robert. *Os últimos combates*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997

LÊNIN, Vladimir I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas)

LINHART, R. *Lenin, os camponeses, Taylor*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

LISBOA, Tereza Kleba. *A Luta dos Sem Terra no Oeste Catarinense*. Florianópolis: Editora da UFSC, co-edição MST, 1988.

MARX, Karl. *O capital*. Livro Primeiro. São Paulo: Editora Abril. 1988

MARX, K e ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

MARX, K e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1979

MARX, K e ENGELS, F. *Crítica dos Programas Socialistas de Gotha e de Erfurt*. Porto: Tipografia Nunes, 1974.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. Capítulos 13 e 24. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, Maria C. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MORAES, Clodomir S. *Elementos sobre a teoria da organização no campo*. São Paulo, 1986. (Caderno de Formação, n. 11)

MST. *Normas gerais do MST*. São Paulo: MST, 1989.

MST. *Construindo o caminho*. São Paulo: MST, 2001.

MST. *Os desafios da produção e a organicidade do setor*. São Paulo: MST, 2002. (Mimeo.)

NAVARRO, Zander. *Políticas Públicas, Agricultura Familiar e os Processos de Democratização em Áreas Rurais Brasileiras (com ênfase para o caso do Sul do Brasil)*. In: ENCONTRO ANUAL DAANPOCS, Caxambu, 1996.

NORTH, D. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. New York: Cambridge University Press. 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. *Geografia e Território: desenvolvimento e contradições na agricultura*. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, Águas de São Pedro, 1994.

PEDRAZZANI, Gabriel Silva. *Dilemas e Desafios das Cooperativas do MST: estudo de caso no assentamento “Conquista na Fronteira” e sua cooperativa “CooperUnião”*, Dionísio Cerqueira. Florianópolis, UFSC, 2003. Monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais sob orientação de Bernardete W. Aued.

PRESNO AMODEO, N.P.. *As Cooperativas Agroindustriais e os Desafios da Competitividade*. Tese de doutorado, CPDA/ UFRRJ. Rio de Janeiro, 1999.

RANIERI, Jesus. *A câmara escura. Alienação e estranhamento em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2001.

RIBAS C. e MACHADO L. *Economia solidária: atualização e reforço da (des)ordem neoliberal*. In: Revista Plural. Florianópolis: APUFSC, 2003.

RIOS, G.S. *Cooperativas agrícolas no nordeste brasileiro e mudança social*. Piracicaba: USP/ESALQ, 1976.

SAN VICENTE, Iñaki Gil de. *A obra de Carlos Marx e Frederico Engels frente ao século XXI*, 2003. Consultado na www.primeiralinha.org em 25/03/2006.

SINGER, P. *Economia Solidária: um modo de produção e distribuição*. In: SINGER, P. & SOUZA, A. R. *Economia Solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Editora Contexto, 2003a.

SINGER, Paul. *Uma Utopia Militante: Repensando o Socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 126p.

SINGER, P. & SOUZA, A. R. *Economia Solidária no Brasil*. A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Editora Contexto, 2003.

SOUZA, Maria Antonia de. *A Formação da Identidade Coletiva: um estudo das lideranças de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema*. Campinas: Faculdade de Educação/UNICAMP, 1994. (Dissertação Mestrado)

SOUZA, Maria Antonia de. *As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do MST*. Campinas: Faculdade de Educação/UNICAMP, 1999. (Tese de Doutorado em Educação)

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

TEIXEIRA, A. *Utópicos, heréticos e malditos*. São Paulo, Record, 2002

TIRIBA, L.. *Los trabajadores, el capitalismo y la propiedad colectiva como estrategia de supervivencia y de sociedad: rastreando el debate histórico*. Ijuí: Contexto e Educação, 1997.

VERANO, L. *Economia solidária, uma alternativa ao neoliberalismo*. Santa Maria: Cesma Edições, 2001.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. *Os desafios da organização interna de um assentamento*. In: Medeiros; Barbosa; Franco; Esterci e Leite (orgs). *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Edunesp, 1994.

ANEXO I

Quadro sobre a situação atual das cooperativas vinculadas ao MST em Santa Catarina

NOME COOPERATIVA	DATA DE FUND.	Nº DE SÓCIOS	FINALIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
CCA/SC	18/12/1988	8 cooperativas 3 associações	Central das cooperativas da reforma agrária de SC (sócios pessoas jurídicas) coordena a produção dos assentamentos do mst.	Em atividade
COOPEROESTE	20/07/199	aprox. 350	Prestação de serviços a assentados e pequenos agricultores. (atua principalmente na agroindustrialização do leite e produção de semente de milho).	Em atividade
COOPERCONTE STADO	30/10/1997	aprox. 200	Prestação de serviços, produção de leite e agroindustrialização e também produção de grãos (empacotamento)	Esteve em dificuldade. Projetos incompletos por falta de recursos. Processo de retomada das atividades.
COOPERJUS	31/07/1994	aprox. 280	Prestação de serviço – produção de leite e grãos	Parada, sem atividade. Iniciou-se uma discussão de parceria com outra cooperativa.
COOPERCOM	sem informações	aprox. 180	Prestação de serviços	Sem atividade.
COOPAGRO	25/10/1990	29 famílias	Coop. de produção agropecuária. (terra e trabalho coletivo).	Em atividade.
COOPERCAN	22/08/1997	22 pessoas	Coop. de produção agropecuária. (terra e trabalho coletivo).	Sem atividade.
COOPERUNIÃO	sem informações	60 famílias	Coop. de produção agropecuária. (terra e trabalho coletivo).	Em atividade
COOPRANOVA	26/09/1991	12 famílias	Coop. de produção agropecuária. (terra e trabalho coletivo).	Em atividade
COOPTRASC	agosto de 1997	aprox. 80	Cooperativa de trabalho (prestação de serviço).	Sem atividade
COOPTAASC	sem informações	aprox. 60	Cooperativa de trabalho (prestação de serviço).	Sem atividade
COOP. PADRE JOSIMO TAVARES	2002.	aprox. 60	Cooperativa de trabalho (prestação de serviço).	Sem atividade

ANEXO II

Assentamentos no município de Abelardo Luz

Assentamentos	Comunidades	Área (ha)	Nº Fam.	NºPortaria/ Data	Nome da Fazenda
Bela Vista	Santo Antonio	1295,0415	95	049-09/12/1998	Gleba Timbaúba e Itanhanga
Capão Grande		1285,0000	91	908-28/06/1988	Faz. Capão Grande
Indianópolis	Boa vista e Boa Esperança	1.337,2527	90	006-10/01/1995	Fazenda Indianópolis Quinhão A
João Batista		419,4195	30	018-29/11/1999	Fazenda Invernada dos Paióis
José Maria	Sta. Luzia, Sagrada Famílias, D. José, Serra Alta	3.995,7000	271	026-06/11/1997	Fazenda Congonhas
Juruá		419,4737	40	068-21/12/1995	Fazenda Juruá
Maria Silverston		87,4959	7	002-22/03/2002	Fazenda Capão Grande
Nova Araçá		94,9857	7	011-08/07/1999	Parte das fazendas Esperança e são João do deserto
Nova Aurora		749,1504	50	016-08/11/1999	Fazenda Invernada da Cochilha
Novo Horizonte		765,3280	60	002-11/04/1997	Fazenda Taipa
Papuan I		359,0311	27	013-14/01/1986	Fazenda Papuan
Papuan II	Malgarida Alves	890,8287	63	286-01/04/1987	Fazenda Papuan
Recanto do Olho D'Água		470,4472	25	034-05/08/1996	Fazenda Recanto do olho D'água
Roseli Nunes		1.058,4025	84	015-21/08/2000	Estância das araucárias e estância portal do sol
Sandra 25 de Maio		1.01,4421	58	008-14/01/1986	Fazenda Sandra
Santa Rosa I	Pe. Ezequiel e Pe. Josimo	1.193,7123	82	065-22/01/1987	Fazenda Santa Rosa
Santa Rosa II		669,5105	52	307-10/07/1987	Fazenda Santa Rosa
Santa Rosa III	N.S. de Lurdes	232,7000	16	001-05/01/1996	Fazenda Santa Rosa

São Sebastião		323,0000	32	044-14/10/1996	Fazenda São Sebastião
Três Palmeiras		765,3280	70	042-14/10/1996	Fazenda três Palmeiras
Treze de Novembro	N.S. Aparecida N.S. Salete	1.797,0000	105	001-26/02/1997	Fazenda Indianópolis Quinhão B
Volta Grande		1.326,3100	74	162-08/03/1989	Fazenda Volta Grande
Total		20.536,3100	1429		